

**MESA DA ASSEMBLEIA**

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

**SUMÁRIO****1 – CONCURSO PÚBLICO****2 – ATAS**

- 2.1 – 29ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada à realização do Seminário Reforma da Previdência de Minas Gerais
- 2.2 – 30ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a debater proposições relacionadas à pandemia de covid-19
- 2.3 – 31ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada à realização do Seminário Reforma da Previdência de Minas Gerais

**3 – ORDEM DO DIA**

- 3.1 – Plenário

**4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA****CONCURSO PÚBLICO****DECISÕES RELATIVAS A RECURSOS**

A Comissão de Coordenação e Supervisão do Concurso Público para provimento de cargos do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa, a que se referem os Editais n°s 1/2007 e 1/2019, comunica, nos termos do item 9.8 do Edital n° 1/2019, as decisões relativas aos recursos apresentados pelos candidatos das provas de 3ª etapa dos concursos para a especialidade Consultor Legislativo, área VII – Desenvolvimento Social e Defesa Social. Informa, ainda, conforme previsto no item 9.9, que a fundamentação da decisão relativa a cada recurso estará disponível para consulta do próprio candidato recorrente no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br):

Inscrição	Candidato	Recurso	Questão	Resultado
2854802	Ane Santos Duarte	144761	1	Indeferido
2854802	Ane Santos Duarte	144762	2	Indeferido
2822894	Flávio de Araújo Cançado	144753	1	Indeferido
2822894	Flávio de Araújo Cançado	144754	2	Indeferido
2854649	Gabriela Campos Fonseca	144756	1	Indeferido
2854649	Gabriela Campos Fonseca	144758	2	Indeferido
2854584	Kelly Vital Silva Ferreira	144755	1	Indeferido
2854584	Kelly Vital Silva Ferreira	144757	2	Indeferido
2825087	Liliana Maciel Simeone	144760	1	Indeferido
2825087	Liliana Maciel Simeone	144759	2	Indeferido

**CLASSIFICAÇÃO APÓS ANÁLISE DE RECURSOS**

A Comissão de Coordenação e Supervisão do Concurso Público para provimento de cargos do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa, a que se referem os Editais n°s 1/2007 e 1/2019, comunica a classificação do concurso para a especialidade de Consultor Legislativo – Área VII – Desenvolvimento Social e Defesa Social, após a análise dos recursos da 3ª etapa.

Inscrição	Nome	Class. Geral	Total Prova 1ª Etapa	Total Prova 2ª Etapa	Total Prova 3ª Etapa	Total Final
2822894	Flávio de Araújo Cançado	1	52,00	53,00	80,00	185,00
2855167	Helen Cristina Alkmim Tavares	2	39,00	47,00	80,50	166,50

2854949	Andrea Fátima Santos e Campos	3	42,00	40,00	82,00	164,00
2854649	Gabriela Campos Fonseca	4	41,00	36,00	79,50	156,50
2854584	Kelly Vital Silva Ferreira	5	43,00	36,00	77,50	156,50

Pessoa com Deficiência – PCD

Inscrição	Nome	Class. PCD	Total Prova 1ª Etapa	Total Prova 2ª Etapa	Total Prova 3ª Etapa	Total Final
2855167	Helen Cristina Alkmim Tavares	1	39,00	47,00	80,50	166,50

Observação: Ressalta-se que, conforme o item 9.1 do Edital nº 1/2019, caberá interposição de recurso fundamentado à Fundep, contra a classificação no concurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, no horário das 9 horas do primeiro dia às 23h59min do último dia, ininterruptamente, contados do primeiro dia subsequente à data de publicação do objeto do recurso.



ATAS

## ATA DA 29ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 15/7/2020

### Presidência do Deputado Cristiano Silveira

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras do Presidente – Palavras da Sra. Ana Paula Glinfskoi Thé – Palavras do Sr. Alberto Diniz Junior – Palavras do Sr. Antônio Baptista Ruback – Palavras do Sr. Adolfo Garrido – Palavras do Sr. Marco Antônio Couto dos Santos – Palavras do Sr. Rilke Novato Públio – Palavras do Sr. Lincoln Alves Miranda; Homenagem Póstuma – Palavras do Sr. Carlos Mário Paes Camacho – Palavras da Sra. Denise de Paula Romano – Pronunciamentos de Deputados – Encerramento – Ordem do Dia.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

### Abertura

O presidente (deputado Cristiano Silveira) – Às 14h10min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

### Ata

– O presidente, nos termos do § 3º do art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.737/2020, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

### Destinação da Reunião

O presidente – Destina-se esta reunião à realização do Seminário Reforma da Previdência de Minas Gerais, realizado com a finalidade de debater a proposta de reforma encaminhada pelo Governo do Estado; e de ouvir as representações sindicais das diversas categorias de servidores públicos estaduais e recolher, junto a elas, contribuições para o aperfeiçoamento da proposta de reforma da previdência em tramitação neste Parlamento.

### Composição da Mesa

O presidente – A presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Alberto Diniz Junior, desembargador e presidente da Associação dos Magistrados Mineiros; Antônio Baptista Ruback, diretor administrativo e financeiro da Associação dos Servidores do Instituto Mineiro de Agropecuária; Adolfo Garrido, presidente da Federação Sindical dos Servidores dos Departamentos de Estradas de Rodagem do Brasil; Marco Antônio Couto dos Santos, presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais; Rilke Novato Públio, diretor de administração e finanças do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais; Lincoln Alves Miranda, presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; e Carlos Mário Paes Camacho, diretor financeiro do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Pesquisas, Perícias, Informações e Congêneres de Minas Gerais; e as Exmas. Sras. Denise de Paula Romano, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais; e Ana Paula Glinfskoi Thé, presidente da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Montes Claros.

### Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente – A presidência, procederá, na sequência, aos esclarecimentos sobre a organização dos trabalhos deste evento:

O Seminário Reforma da Previdência de Minas Gerais, que se iniciou ontem, acontecerá até a próxima quinta-feira, contando com diversos momentos.

Ontem pela manhã ocorreram exposições sobre os aspectos centrais da Reforma da Previdência Federal e suas implicações para os Estados, e sobre os principais pontos das reformas previdenciárias já realizadas pelos Estados da Bahia e do Rio Grande do Sul.

À tarde, os Secretários de Estado de Governo e o Secretário de Estado de Planejamento e Gestão apresentaram a proposta de reforma previdenciária elaborada pelo Governo do Estado e responderam perguntas dos deputados.

Hoje e quarta-feira, nos períodos da manhã e da tarde, será concedida a palavra às representações sindicais, que terão oportunidade de expor seu posicionamento e apresentar suas sugestões de aprimoramento da proposta de Reforma da Previdência apresentada pelo Governo.

Também foi solicitado às representações sindicais convidadas que encaminhem suas propostas por escrito, por meio de um formulário digital.

Por fim, na quinta-feira, no turno da tarde, serão debatidas as propostas encaminhadas por escrito pelas representações sindicais, com a participação de representantes do Poder Executivo e dos parlamentares desta Casa.

O seminário será transmitido ao vivo, pela TV Assembleia e pelo Portal da Assembleia ([www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br)). Todos os interessados poderão registrar, em tempo real, suas manifestações numa galeria virtual criada no Portal da ALMG, localizada junto à transmissão das reuniões deste Seminário. Também poderão participar por meio da ferramenta digital “Dê sua Opinião sobre os Projetos em Tramitação”, opinando diretamente nas proposições que trazem a proposta de Reforma da Previdência, a saber: a Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2020 e o Projeto de Lei Complementar nº 46/2020.

Mais detalhes sobre o seminário e sua programação podem ser obtidos no Portal da Assembleia, disponível em: [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

Convém também frisar que, seguindo o entendimento já manifestado pelas Comissões da ALMG em que a reforma da previdência já tramitou, serão abordadas no seminário apenas as questões previdenciárias. As matérias administrativas contidas nas proposições encaminhadas pelo governo, como a extinção de férias-prêmio e de adicionais de desempenho ou por tempo de serviço, foram desmembradas da reforma e não estarão em análise neste momento.

### Palavras do Presidente

Quero, então, dessa forma, novamente, cumprimentar aqui os representantes das entidades sindicais pela presença; cumprimentar novamente as deputadas Celise Laviola e Beatriz Cerqueira. Já registrei aqui, deputada, que tenho acompanhado o trabalho que V. Exa. e também que a deputada Beatriz Cerqueira têm feito no acompanhamento, no debate dessa matéria, representando aí, claro, também a nossa Casa.

Quero dizer que a Assembleia tenta buscar as melhores condições para garantir que o debate seja feito. Particularmente já manifestei em outras oportunidades que gostaria muito que não tivéssemos tendo de fazer um debate por ocasião da pandemia que vivemos. As circunstâncias, na minha opinião, não seriam as mais apropriadas dada a limitação de mobilização inclusive dos próprios servidores públicos, mas, cumprindo aqui a função de representante da Mesa, que me cabe, daremos aqui sequência aos debates que precisamos apresentar no dia de hoje.

Então, quero já iniciar, concedendo a palavra, para participar, por via remota, à Sra. Ana Paula Thé, para sua exposição.

### Palavras da Sra. Ana Paula Glinfskoi Thé

Estão me ouvindo bem? Queria, inicialmente, agradecer então a todos os deputados e a todas as deputadas presentes nesta reunião especial com o debate sobre a reforma da Previdência do Estado de Minas Gerais.

Agradeço especialmente à deputada Beatriz Cerqueira, que tem feito um bom acompanhamento dos nossos pleitos, de toda a discussão que tem sido feita entre o funcionalismo sobre essa reforma, e também à deputada Leninha, que é deputada da nossa região, da cidade onde estou. Quero dizer que estou muito feliz de estar aqui e poder fazer uso da palavra neste grave momento.

Queria dizer que para nós, da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Montes Claros, é um momento muito difícil fazer esse debate sobre a reforma da Previdência, primeiro porque estamos trabalhando num sistema remoto, principalmente o trabalho didático, numa situação muito precária de condições materiais, tanto nossa, de professores e professoras, como também dos nossos estudantes. Grande parte deles são filhos de trabalhadores e trabalhadoras, são filhos de trabalhadores pobres aqui da região do Norte de Minas, de 13 cidades, que têm condições muito díspares para estar participando de forma remota das nossas aulas on-line. Queria dizer também que, desde o início da pandemia, não tivemos em nenhum momento nenhum apoio do Estado, tanto para qualificação, nossa capacitação para transpor nossas atividades didáticas para o trabalho remoto, com também não temos tido apoio material, físico, da universidade para o nosso aprimoramento para essa atividade. Por exemplo, o custeio da universidade foi cortado em 80%, após a entrada da pandemia, no regime emergencial que o Estado entrou. E esse dinheiro foi uma das causas de a DPI, que é exatamente a divisão, o departamento que dá assessoria tecnológica à universidade, aos docentes, ter sido extinto, descontratado. Então, estamos numa situação muito complexa, trabalhando com pesquisa, ensino e extensão de forma remota, sem apoio. Por exemplo, instalamos, nessas condições, um laboratório com capacidade de fazer os exames da Covid aqui na cidade. Há duas semanas começou esse trabalho, envolvendo principalmente pesquisadores do meu próprio departamento, porque sou bióloga.

Estamos nessa situação sem apoio, mas atendendo a uma necessidade de combater a Covid através das nossas pesquisas e neste momento tendo de fazer uma discussão que nos retira direitos, retira direitos de professoras e professores, que estão desde 2011 sem reajuste salarial, que têm, dentre as categorias de professores de ensino superior público no Brasil, o pior salário do País. Temos uma carreira em que metade dos nossos salários são gratificações, as chamadas pó de giz e GDPES. Um especialista de 20 horas da Universidade Estadual de Montes Claros, um professor de 20 horas, o VB dele é menor do que um salário-mínimo, é de R\$835,00.

Temos lutado então, ao longo desses nove anos, para a valorização da nossa carreira. Em 2016 e 2018 fizemos greve. Em 2015 fizemos uma greve também. Temos feito várias mobilizações para que o Estado entenda que é importante aceitar os nossos pleitos e fortalecer a carreira docente, porque somos nós que formamos grande parte dos profissionais que estão, por exemplo, no combate de frente contra a Covid-19. Somos nós aqui na região que formamos os enfermeiros e os médicos que hoje estão atuando na linha de frente contra a pandemia. E, nessa situação, estamos desde 2016 com o acordo de greve homologado na Justiça e até hoje não

implementado pelo Estado. Esse acordo de greve prevê as incorporações ao nosso vencimento básico e também apresenta uma proposta de PL para uma reformulação da nossa carreira, conforme as outras carreiras de ensino superior que existem no Brasil. Fizemos, inclusive, o debate com esse atual governo, tentamos fazer o debate, apresentamos o pleito para que fôssemos ouvidos e discutíssemos o nosso acordo de greve e até hoje não fomos recebidos. A única vez que fomos recebidos foi por uma técnica da Seplag que conhece o nosso pleito há muito tempo. Ela está no governo, no Estado e desde 2011 já acompanha esse pleito da nossa carreira. Desde 2015 já perdemos 400 professores. Então, o que está acontecendo atualmente é o encolhimento da nossa capacidade docente por falta desse estímulo e por falta de investimento nas universidades de Minas Gerais.

No momento em que temos de nos defender dos ataques à ciência, à formação e à educação pública no Brasil, temos como proposta do governo Zema uma reforma que faz aumentar o nosso tempo de serviço, e muito, pelo menos 40 anos de contribuição, que coloca professores que estão para se aposentar para pagar um pedágio que pode ser de 14 ou mais anos de trabalho, como as nossas professoras que teriam aí 56 anos de idade e já 30 anos de contribuição. Trabalhar mais 14 anos para ganhar menos. Fora o ataque que existe às pensões nessa proposta; sobre os aposentados que não precisam contribuir, que passariam a contribuir. Uma parte dos nossos docentes já tem que fazer a previdência complementar, porque ingressaram a partir de 2015. Então todas as propostas da reforma só nos causam perda, numa carreira que tem acumulado apenas perdas há nove anos.

Então o que eu tenho a dizer, nestes breves momentos, é que para nós não há outra saída em relação a essa reforma do que a paralisação imediata da sua tramitação. Nós não podemos discutir nada sobre a reforma da Previdência enquanto o governo de Minas não implementar o nosso acordo de greve, não incorporar aos nossos vencimentos as gratificações, que hoje causam a perda de mais de 40% do salário a um professor ou professora que adoece. A gente tem casos de professores que, quando descobrem que estão com câncer, a preocupação deles não é o tratamento, é como eles vão sobreviver com mais de 40% do salário a menos, num momento em que vão ter enormes despesas fazendo um tratamento contra o câncer. Nós tivemos dois professores este ano que, infelizmente, faleceram durante o período de férias, por ataque cardíaco, porque não estão cuidando da saúde, porque não querem perder metade (– Falha na transmissão do áudio.) aceitar discutir uma reforma da Previdência antes que o Estado faça o que deve fazer, que é cumprir um acordo de greve que já está homologado desde 2016.

Então a nossa proposta é a paralisação imediata dessa tramitação. E nós, docentes das universidades estaduais de Minas Gerais – eu sei que falo pela Unimontes e também pela Uemg nesse aspecto –, aceitamos discutir qualquer proposta de reforma da Previdência apenas após a implementação do nosso acordo de greve, das incorporações das gratificações aos nossos vencimentos básicos.

É isso que eu teria a dizer, muito obrigada pelo espaço.

O presidente – Agradecemos à Sra. Ana Paula Thé, da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Montes Claros, pela disponibilidade em participar deste seminário e pela exposição que acaba de proferir.

Na sequência, concedemos a palavra ao desembargador Alberto Diniz Junior, para sua exposição.

#### **Palavras do Sr. Alberto Diniz Junior**

Boa tarde a todos e a todas. Eu cumprimento especialmente o presidente deste seminário na tarde de hoje, deputado Cristiano Silveira – meus respeitos, Sr. Deputado. À deputada Celise Laviola, meus respeitos; deputado Professor Cleiton, meus respeitos; e meus respeitos à deputada Beatriz Cerqueira, deputada que muito admiramos aqui na Casa.

Eu represento a Associação dos Magistrados Mineiros – Amagis –, estou na associação no triênio 2019-2021, e conheço bem a Casa aqui, conheço bem o Parlamento, porque este ano entreguei o cargo de superintendente de Assuntos Legislativos ao presidente Gilson. Mas estive aqui, na Casa, representando o tribunal, na presidência do desembargador Pedro, na presidência do saudoso desembargador Herbert Carneiro, do desembargador Geraldo e do desembargador Nelson Missias, de quem também fui superintendente administrativo no tribunal.

Pois bem, sempre que falamos de Previdência Social, a nós nos ocorre o fato de que, de forma pessoal, já enfrentamos aí... Porque, em novembro agora, faço 30 anos de magistratura, e tenho 43 anos ligados ao Tribunal de Justiça como servidor, e, ao longo do tempo, as reformas de Previdência foram nos pegando. A mim, pessoalmente, pegou-me a reforma da Emenda nº 20, da Emenda nº 41, da Emenda nº 47, e agora está também nos pegando a reforma da Previdência do Estado de Minas Gerais, já que a PEC nº 103 cuidou da reforma federal. E a nós nos preocupa muito, Sras. Deputadas e Srs. Deputados – os meus respeitos aos deputados que nos acompanham remotamente – algumas questões pontuais.

Defendemos um diálogo de que não somos contra a Previdência, muito pelo contrário, achamos que ela é necessária, e que o Estado tem que regularizar e regulamentar essa situação, que tanto tira o sono do Executivo mineiro. Somos favoráveis à reforma, sim, mas gostaríamos que ela viesse de uma maneira a respeitar todos os direitos dos servidores do Estado de Minas Gerais.

Evidentemente essa situação é muito particularizada em suas diversas carreiras. Aqui represento o Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, mas estou inserido num contexto com o Fomcate – Fórum Mineiro das Carreiras Típicas de Estado. Estamos juntos lá o Marcos, que está ali comigo, do Sindifisco, eu, o Dr. Enéias Xavier, que é presidente da AMMP, a Defensoria Pública, a Advocacia do Estado. Pois bem, todos estamos nesse mesmo barco, e se ele soçobrar, afundaremos todos. Afundaremos todos porque temos a certeza de que esta Casa Legislativa vai contextualizar e analisar, com percuciência, todas as questões que forem aqui trazidas. Porque, quando você entra em uma carreira, como entrei, no ano de 1990, já como servidor do Tribunal de Justiça, na carreira da magistratura do Estado de Minas Gerais, ingressei na expectativa de prestar um bom serviço, como acho que presto, ao longo desses 30 anos, com muita luta, com muita dedicação ao tribunal, mas visando, lá no futuro, pensando no futuro, a algo que poderia me beneficiar, a mim e à minha família, na minha falta, para que eu, então, tivesse a tranquilidade de trabalhar, como todo servidor do Estado tem.

Nós, deputado Cristiano Silveira, sabemos da luta da Assembleia. V. Exa., que é lá da nossa querida São João del-Rei, terra do nosso colega Rogério Medeiros, sabe muito bem que, quando você entra numa carreira do serviço público, vê lá na frente algo que possa beneficiá-lo; e quando estamos jogando o jogo certo, quando estamos já no segundo tempo da peleja, aos 45 minutos, alguém pode marcar um gol de mão, e a gente não pode encostar o pé na bola. Quer dizer, isso gera perplexidade, gera perplexidade. E é claro que cada carreira tem a sua situação muito particularizada, o seu universo particular a ser enfrentado, e na magistratura não é diferente. Nós temos aqui, com essa proposta de emenda, a PEC nº 55, e também com o PLC nº 46, da reforma administrativa, situações que nos atingem de forma frontal.

Não quero cansá-los, vou ser muito rápido aqui na minha apresentação quanto às emendas que estamos manejando lá no Fomcate – não é, Marcos? – para que sejam apresentadas à Assembleia, sejam analisadas pela Assembleia, como a da supressão de contribuição extraordinária, como a da vinculação mínima de contribuição previdenciária ao Regime Geral da Previdência, como a de alteração da regra de transição, passando o pedágio para 40%. Essa é uma questão que muito nos chama a atenção. O colega que está aí no limiar, no seu trabalho como funcionário público, se vê obrigado a trabalhar mais cinco, seis anos para completar esse pedágio. Quer dizer, no segundo tempo, aos 45 minutos, quando o cidadão já está, como se diz, aposentando a caneta, ele se vê na obrigatoriedade de um pedágio – que achamos surreal – impondo-lhe 100% de tempo. Então, temos emenda a esse respeito, para que possamos alterar esse pedágio para 40%. Achamos razoável 40%, até 50%. Ao chegar na casa de faltarem dois, três anos, que ele trabalhe mais um ano e meio, mais dois anos, mais dois anos e meio, mas que cumpra a sua jornada e complete o seu tempo.

Temos também o mecanismo de incentivo financeiro à migração. Temos colegas aí que entraram na magistratura e servidores que ingressaram no serviço público da administração da Justiça do Estado de Minas Gerais de janeiro de 2004 até fevereiro de 2015 e que estão numa situação difícil. Contribuem pelo valor total de contribuição das alíquotas que lhe são impostas, mas não podem se valer disso porque o Estado diz que essa contribuição é solidária e que isso tudo vai embora. O cidadão não tem nenhum benefício especial? Quer dizer que esse dinheiro sumiu, esse dinheiro foi mal gerido pelo Estado? Isso também nos chama muito a



atenção, e chamaremos a atenção dos nobres deputados para essa questão que nos incomoda muito, que é a migração. Abrimos uma janela para que esses servidores possam ingressar no novo regime, mas com um benefício especial.

Eu gostaria de falar aqui, senhores, que não vou entrar... Penso que o Marcos vai falar muito bem sobre a questão da contribuição previdenciária e sobre a forma que a gente encara essa contribuição. Não vou cansá-los com isso, mas gostaria de falar rapidamente sobre a questão do pensionamento. Vejam os senhores, trago aqui dois exemplos muito simples. O primeiro é sobre uma pensão por morte decorrente de servidor na ativa, que está trabalhando, vem a se acidentar, deixa esposa e filhos. Em tese, se esse cidadão ganhasse R\$12.000,00, a sua sucessora receberia uma pensão de R\$4.320,00, teria uma perda exatamente de 57,78%. É justo isso? É justo um cidadão que buscou um concurso público, entrou por meritocracia e de repente se vê abandonado pelo Estado? Um servidor aposentado perde 30%. É justo isso? E o mais grave ainda é que ele contribuiu durante a vida inteira e depois, na aposentadoria, vê a sua família tendo um déficit de pensão de mais de 30%. Que justiça é essa de uma pensão? Qual a justiça disso depois de tantos anos de contribuição?

Pois bem, senhores, não vou cansá-los, a minha participação aqui é muito rápida, é simplesmente para dizer que a magistratura não é contra a reforma da Previdência. A magistratura apoia a reforma, mas com situações dignas para os servidores do Estado de Minas Gerais e para os magistrados. Senhores, nós acreditamos no Parlamento; nós acreditamos no Parlamento, no parlamentar desta Casa; nós acreditamos nesta Casa, que é a caixa de ressonância das aspirações do povo mineiro; nós acreditamos nos senhores. Ontem, meus amigos, foi o dia 14 de julho, foi a Queda da Bastilha, foi o dia da Revolução Francesa. Um dos maiores filósofos inspiradores da Revolução Francesa foi Rousseau, que, na plenitude da sua produção literária, escreveu um contrato social aos 50 anos de idade. Rousseau, no seu segundo livro, Do Contrato Social, sobre o legislador, disse uma frase que eu achei lapidar e gostaria de trazê-la aqui para vocês: "A grande alma do legislador é o verdadeiro milagre que deverá autenticar sua missão". Isso é lapidar, isso quem disse foi Rousseau. Nós acreditamos na alma, nós acreditamos na alma do legislador mineiro para corrigir essas situações que tanto nos prejudicarão com a reforma da Previdência. Muito obrigado a todos.

O presidente – Muito obrigado, desembargador Alberto Diniz Junior, da Associação dos Magistrados Mineiros, pela disponibilidade em participar do seminário e pela exposição que acaba de proferir. Dando sequência, convidamos agora o Sr. Antônio Baptista Ruback, para sua exposição.

#### **Palavras do Sr. Antônio Baptista Ruback**

Boa tarde a todos os deputados: deputada Beatriz, deputado Cristiano Silveira, deputado Professor Cleiton, deputada Celise Laviola. Agradeço a esta Casa Legislativa por esta iniciativa de trazer as associações e os sindicatos para esta discussão. Acho importante a gente construir algo juntos, para que a gente tenha uma solução rápida dessa situação da reforma previdenciária, e ser dada a oportunidade às associações de estarem aqui falando, discutindo essa situação.

Os colegas do IMA estão na luta, mantendo os fiscais e os assistentes, fiscais agropecuários e administrativos. Estão mantendo a arrecadação do IMA firme, segurando o agronegócio. É justo, porque não estamos parados, não. Estamos trabalhando – pessoal do interior, pessoal da capital –, para que a gente dê um retorno à arrecadação do Estado, contribua aí.

Bom, eu também não vou entrar muito em detalhes, mas tenho algumas considerações – aproveitando aqui – em relação ao que nós temos aí proposto. De fato, achamos que foi uma proposta que o governo fez de uma forma – digo – mal feita. Posso afirmar que não houve discussão conosco; nós estamos abrindo essa discussão aqui, na Casa, com os deputados, mas deveríamos – e devemos – sair dela fortalecidos. O momento é difícil, e acredito eu que temos que achar uma solução em conjunto, para chegar a um resultado positivo, que nos beneficie, porque se trata de uma mudança em nossas vidas e nas futuras.

A discussão inicial seria em torno do percentual da alíquota. A gente sabe que muitos têm a ideia da progressividade da alíquota e da alíquota linear. Essa é uma discussão a que devemos chegar, mas devemos sair com um consenso. Nós, da Associação do IMA, achamos razoável a alíquota em torno de 11% para até R\$2.000,00 e, para o restante, acima de R\$2.000,00, devemos manter em

14%. Logicamente, haverá uma discussão, e devemos chegar, em um momento, a um consenso nessa alíquota, mas defendemos essa alíquota de 11% para até R\$2.000,00 e 14% para diante.

Temos também aqui o processo da proposta de aposentadoria, do tempo de contribuição, tempo de contribuição de 20 anos. O tempo de contribuição de 20 anos equivale a cerca de 60% do tempo previsto. É o tempo suficiente para quem, com 65 anos, necessite se aposentar. Então esse é outro item que teremos que discutir, mas é a proposta.

Tempo de contribuição de inativos. Também achamos que deveria ser retirada essa proposta. Fala aqui: (– Lê:) "Quando houver déficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que superem o salário mínimo. Deve-se fazer um estudo atuarial e definir a alíquota de contribuição extraordinária e em que período ela vai ocorrer, isentando os proventos do teto do Regime Geral de Previdência Social". Ora, já fala em déficit. Nós estamos tratando aqui de déficit. É uma proposta desumana – acho eu.

Outra coisa absurda. (– Lê:) "A pensão por morte. Chamamos a atenção para a hipótese de o servidor vir a falecer em decorrência de uma doença inesperada, que não tem relação com o trabalho, por exemplo, infarto, sendo que esse servidor tivesse se casado ou constituído a união estável há menos de 2 anos, o cônjuge ou companheiro sobrevivente receberá a pensão por morte por apenas 4 meses". Por 4 meses. Essa é a proposta que está encaminhada. A mesma situação acontecerá se o servidor tiver ingressado no serviço público com menos de 18 meses antes do óbito. Dessa forma, verifica-se a existência de incoerências e equívocos na proposta apresentada. Também parte da pensão por morte precisa de imediata correção.

E chegamos também aqui a essa discussão da criação do MGPrev e da situação do Ipsemg, instituto de gestão do plano de saúde dos servidores do Estado. Evidentemente que a gente... O MGPrev, que eles estão aqui colocando, vai gerir dois fundos. São dois fundos, e aqui eu faço uma consideração em relação a esses fundos. Ora, nós tivemos no final do governo Anastasia – e passou para o governo Alberto Pinto Coelho –, a retirada, a extinção do nosso fundo previdenciário. Ele foi extinto e, infelizmente, foi consagrada, foi aprovada aqui, nesta Casa, a extinção do fundo com que nós contribuimos durante todo esse tempo. Esta Casa, de fato, aprovou a retirada. Então, é muito fácil o governador chegar ao governo e encaminhar. Os fundos são muito vulneráveis. Precisamos ter fundo, sim, ele é importante, deve ser criado, sim, mas com amarras, com leis que façam com que ninguém possa tocar nesse fundo para que ele consiga fazer o seu papel.

Então, tivemos o MGPrev, que também administra dois fundos. O Fundo Financeiro de Previdência – Funfip –, o Fundo Financeiro de Previdência do Estado de Minas Gerais – FFP-MG – e também vai gerir outro fundo. Proponho aqui a criação de um outro Fundo Estadual de Previdência – Fepremg – para aporte de recursos a suprir os déficits do regime próprio. Ora, se foi feito um cálculo atuarial – eu espero que esse cálculo atuarial tenha sido feito por uma equipe competente – na verdade não pode haver déficit, e eles colocam aqui dois fundos querendo dizer que vai haver déficit. Coitado do aposentado que tem que pagar por déficit! Então, já se está prevendo o déficit. É incrível, não é, deputada? Já está se prevendo um déficit e, na verdade, não pode haver déficit. O cálculo tem que ser bem feito para que evite isso. Então, isso é sobre esses dois fundos.

Em relação ao Ipsemg, quero falar do sistema de assistência à saúde do servidor. Evidentemente, hoje temos um sistema que não nos atende. Gostaríamos de ter excelência no serviço prestado por essa assistência à saúde para haver a satisfação do usuário – isso não há. Precisamos, de fato, fazer uma discussão disso em cima do novo projeto. Acho que a nossa entidade, nós, servidores, temos que conversar e discutir a criação de um sistema que nos atenda – hoje a gente tem a assistência que é deficitária, há problema – e que proteger esses dois fundos que são propostos para a MGPrev administrar. Eles têm que ter uma proteção; a Casa tem que criar leis, criar condições de dar proteção a esses fundos para que não haja isso. A gente contribui, passa a vida contribuindo, e agora? Agora nós achamos que o fundo tem que ser restituído em algum momento, tem que achar a fórmula de restituir esse fundo. Levaram dele R\$3.000.000.000,00 na época em que foi extinto. Então, eu acho que deve criar condição também de restituir esse fundo. Não



somos nós que vamos pagar por ele mais, não. Tem que achar um caminho e há caminho. O Estado é uma máquina arrecadadora, ele precisa arrecadar e possui instrumento para recuperar esse fundo.

O final aqui é sobre o pedágio, quer dizer, o pedágio de 100% – isso é desumano. Eu, na minha condição, preciso de mais quatro ou cinco anos para aposentar; vou ter que ficar aqui mais cinco anos, aos meus 63 anos – isso é um absurdo, um desrespeito, é desumano. Quer dizer, a gente tem um projeto de vida, muitos aqui ainda têm saúde para depois que aposentar continuarem trabalhando, continuarem construindo alguma coisa lá no seu interior – no meu caso, tenho vontade de voltar às minhas origens –, e têm que passar esse tempo dentro da capital. Isso é um desrespeito a nós, servidores.

São essas as minhas considerações. Eu não vou me prolongar muito porque ainda há os colegas aqui para a gente assistir. Eu quero agradecer a participação aos deputados e aos colegas de associação. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, Sr. Antônio Baptista Ruback, representando o Instituto Mineiro de Agropecuária. Dando continuidade, passamos agora para o nosso próximo debatedor, o Sr. Adolfo Garrido, para sua exposição.

### **Palavras do Sr. Adolfo Garrido**

Quero inicialmente cumprimentar a todos. Uma boa tarde a todos, especialmente aos Exmos. deputados presentes e àqueles que nos assistem remotamente.

Permito-me neste momento divagar um pouquinho. Inicialmente eu vou contar a história de um servidor público. Aos 15 anos de idade, ele ingressou no serviço público como contínuo – o nosso boy de hoje – por meio de concurso público. Sim, na época era possível o concurso público para menores; seu salário era metade do salário mínimo. Ele fez carreira dentro do órgão e sempre prestando um excelente trabalho. Aposentou, dirigiu sindicato, foi conselheiro do Funpemp, dirigiu cooperativas – todas atividades vinculadas ao serviço público, ao servidor público. Hoje pretende pendurar as chuteiras aos 71 anos de idade. O serviço público foi e é a sua vida.

Por que eu conto essa história? Como essa, existem milhares. Há milhares de servidores públicos que têm uma história muito parecida com essa. Aquele que realmente prestou e presta um ótimo serviço à comunidade. E é esse trabalhador que há 10 anos não tem reajuste em seus proventos e vem perdendo poder aquisitivo há tempos que o mandatário do nosso estado, além de chamar de egoísta, pretende que ele pague o pato.

Vamos agora falar da nossa reforma da Previdência propriamente dita, que é para o que aqui viemos. Um país que não respeita seus aposentados está fadado ao fracasso social. Um país que não valoriza a experiência, não aprende com o passado, não planeja será um país sem memória, sem história. No Brasil e, claro, em Minas Gerais, os inativos têm sido rotineiramente sacrificados, tendo seus direitos usualmente aviltados. Já não basta você contribuir por mais de 30 anos para a Previdência, aposentar-se e, depois, voltar a sofrer descontos previdenciários, como ocorreu em 2003, com a taxação dos inativos. Dessa forma, o trabalhador, depois de aposentado, teve o seu provento reduzido.

Hoje, no serviço público mineiro, os inativos têm seus proventos e pensões menores do que os salários dos servidores da ativa. Se, por causa da merecida ajuda de custo percebida pelos servidores da ativa, que nada mais é do que um reajuste salarial, se porque o aposentado foi reenquadrado no grau A e lá permanece enquanto o servidor da ativa continua progredindo na carreira, se a escolaridade do servidor da ativa permite que ele progrida na carreira, promoção vedada ao inativo, o fato é que, na maioria das situações, o inativo é prejudicado e, em alguns casos, como o meu, ocupando o mesmo cargo, o servidor da ativa percebe mais que o dobro do provento do servidor inativo.

Entendam bem: hoje, em várias situações, em vários órgãos do Estado, o servidor da ativa recebe um salário, mais um ganho, mais ajuda de custo, que é mais de 100% superior ao que o servidor da ativa recebe, aquele servidor do mesmo cargo. É importante esclarecer que os trabalhadores da ativa também têm salários muito baixos. Se não fosse a ajuda de custo, conseguida na

gestão passada, vários estariam passando necessidades básicas. Lembro também que existem inativos sem reajustes em seus proventos há 10 anos. São 10 anos sem reajuste. E o governo está pensando em retirar mais dinheiro dessas pessoas.

Então, com tudo isso e indiferente ao déficit atuarial, é inadmissível sequer imaginar elevar o desconto previdenciário dos inativos. Trata-se de uma proposta vergonhosa. Também consideramos inaceitável a contribuição extraordinária proposta pelo governo. Corre-se o risco de o inativo passar o resto da vida pagando algo que ele não deve. Se o governo gerencia o crescimento da folha, não podemos aceitar que ele estabeleça contribuição extraordinária. Também me envergonho ao perceber a proposta relativa aos casos especiais – é triste demais, demais – de incapacidade permanente e de exposição a agentes prejudiciais à saúde. Onerar essas pessoas é doentio.

Outro fato que merece grande destaque é a criação de uma estrutura para gerenciar o fundo previdenciário. Isso é outro absurdo. O custo será enorme, e o benefício, zero – ou talvez pior que zero. O mais triste é que, após todo esse desgaste sobre a reforma da Previdência, análises do governo, negociações internas na Assembleia, horas e horas de discussões entre as entidades sindicais, cálculos atuariais, enfim, após tudo isso, implanta-se o novo sistema Previdenciário para, na primeira oportunidade, o governo utilizar os recursos do fundo para outros fins. Fato ocorrido, a gente se lembra bem, e não pela primeira vez, no final de 2014. Lembro que a extinção do Funpemp, com R\$3.600.000.000,00 em caixa, foi aprovada por esta Casa, infelizmente.

Destaco ainda que, no governo Aécio, formou-se uma comissão mista com integrantes do sindicato e funcionários da Seplag para criar um plano de carreira. Cumprimos a missão. No entanto, o nosso anteprojeto foi jogado no lixo. Observe que o trabalho foi confeccionado de comum acordo com os funcionários da Seplag. Dias depois, o governo publicou nos jornais que houve a participação do sindicato da categoria na elaboração do trabalho. Esse plano de carreira já estava pronto há muito tempo, feito pelo Sr. Anastasia e equipe. Eles fingiram que ouviram o sindicato.

Vejam bem, eu poderia perguntar: será que este seminário é de verdade? Nós, sindicalistas, estamos, de fato, contribuindo para a tomada de decisão dos excelentíssimos deputados? Ou a conta já está fechada? Eu poderia perguntar isso, mas retiro essa pergunta. Por quê? Eu acredito plenamente no nosso Parlamento. Acredito que o nosso Parlamento mineiro vai trabalhar procurando atender as necessidades do povo mineiro, que passam pelas necessidades do servidor público estadual.

Neste momento, ainda cabe a questão: como extinguir o déficit previdenciário? Respondo e até possuo algumas sugestões como, por exemplo, não anistiar empresas no pagamento de tributos. Mas uma certeza eu tenho: não podemos cobrar, em hipótese alguma, da vítima, que é o servidor, o sacrifício de ressarcir aos cofres públicos os prejuízos ocasionados pelos governos de plantão.

Não poderia encerrar a minha fala sem abordar o momento escolhido pelo nosso governador para encaminhar o projeto à Assembleia. Obviamente, foi o pior possível, ou quem sabe o melhor possível. Depende do que você deseja. Todos nós, aqui presentes, estamos nos arriscando ao deixar de cumprir o nosso isolamento necessário. Eu estou aqui me arriscando.

Finalizando, pobre do país cujos governantes aproveitam um momento de pandemia para passar com toda a boiada. Agradeço. Muito obrigado, senhores.

O presidente – Obrigado, Sr. Adolfo Garrido, presidente da Federação Sindical dos Servidores dos Departamentos de Estradas e Rodagem do Brasil. Obrigado pela exposição e considerações. Dando sequência, com a palavra agora, o Sr. Marco Antônio Couto, para sua exposição.

#### **Palavras do Sr. Marco Antônio Couto dos Santos**

Boa tarde a todos. Cumprimento os deputados presentes à Mesa, Gustavo Valadares, Celise Laviola, Beatriz Cerqueira, Cristiano Silveira. Agradeço, na pessoa dos deputados da Mesa, a oportunidade de estar aqui não só falando com os deputados presentes, mas com os remotos, os servidores e a população mineira.

Gostaria, num primeiro momento, de enaltecer a postura do presidente Agostinho Patrus, que teve a sensibilidade de enxergar que não era possível fazer esta votação no prazo que o governo queria, dia 31 de julho, e prorrogou a discussão para agosto. Não é a primeira vez que a Assembleia toma as rédeas da condução, a gente já teve outros exemplos disso. Por exemplo, na questão da Lei Kandir, em que o governo foi omissivo; o governo Zema não tomou a frente num primeiro momento, e a Assembleia, através do presidente Agostinho Patrus e dos deputados, teve um protagonismo muito grande nisso, tanto estadual quanto nacional. Infelizmente, o acordo firmado foi totalmente nocivo aos interesses da população mineira e do povo mineiro, mas a Assembleia fez a sua parte.

Apesar dessa prorrogação, a gente entende que, infelizmente, agosto ainda não vai ser um momento correto de se discutir isso. Por quê? Porque nós estamos no meio de uma pandemia mortal, no ápice do contágio em Belo Horizonte, e isso, com certeza, não vai mudar na primeira semana de agosto. Nós vamos continuar tendo medidas restritivas que vão cercear, de certa forma, o debate, que é tão importante aqui, nesta Casa, que é a Casa do povo. A questão das audiências públicas... O próprio acesso à Assembleia hoje está limitado aos servidores da Casa e aos parlamentares, não há acesso às galerias. Este seminário é bom, foi um avanço, mas ele não supre isso, ele é só um paliativo. Entendemos que, até para a paridade de armas do debate, nós vamos precisar... O ideal seria fazer isso quando a pandemia estivesse sob controle.

Em face do anúncio do deputado Sargento Rodrigues, ontem, do vereador Léo Burguês, da câmara municipal, e de muita gente que tem informações do Ministério da Economia, parece que vai haver mesmo a prorrogação da portaria que define 31 de julho, e, isso ocorrendo, a gente roga pela sensibilidade dos líderes, do Colégio de Líderes, do Cristiano, do Gustavo Valadares, do próprio Agostinho e entende que essa será uma oportunidade de a gente tentar fazer este debate num momento em que a gente tenha, pelo menos, a pandemia sob controle, acesso à Casa, a possibilidade de se fazerem as audiências. Fato é que não tem... Até o próprio governo fala que não é urgente quando fala que a reforma não vai resolver o problema das finanças do Estado, porque 90% do que está sendo proposto vai produzir efeitos a médio e longo prazo – e é verdade –, a gente entende que esse é o caminho.

A questão da receita, então... Uma coisa que o secretário da Fazenda vinha alardeando era que a pandemia ia afetar demais as finanças do Estado, e felizmente não foi o que aconteceu. A receita reagiu muito bem. A gente tem aí, nos últimos dois meses, maio e junho, queda da receita, mas muito menor do que o esperado. E, com o aporte de R\$1.000.000.000,00 da Vale e os primeiros R\$748.000.000,00 da ajuda do governo federal... Somando-se a receita própria a esses aportes, está havendo uma folga para o governo de cerca de meio bilhão nesses últimos dois meses.

Este mês... Dados de 13 de julho agora, anteontem, mostram que a receita tributária do Estado está superior à do mesmo período em 2019, mesmo com a pandemia, com tudo isso que nós estamos vivendo. Isso é muito fruto também do trabalho, do esforço dos servidores da Fazenda, em especial dos auditores. Isso a gente pode ver também até pelas ações do próprio governo: o governo está honrando os duodécimos, está honrando os repasses aos municípios, está honrando o acordo que fez na Justiça quanto aos repasses do governo Pimentel – e pagou algumas emendas. Enfim, só com o servidor o tratamento é um pouquinho diferente.

O Partido Novo... Quando falo Partido Novo, não falo de todo mundo que apoia este governo, não, porque há muita gente boa que apoia este governo, há muita gente boa inclusive aqui, nesta Mesa – cito aqui Gustavo Valadares, este é um dos melhores deputados da Casa. Mas a atitude do Partido Novo com o servidor público é de desprezo, de vilanização; é o DNA deste partido, infelizmente.

A SEF hoje ou o governo – se quisessem, se fosse opção deles – pagavam todo mundo, não era só segurança, saúde, não, pagavam todas as categorias de servidores até o dia 10. É só fazer opção, porque a receita está entrando. Este mês vão entrar R\$748.000.000,00 – é a segunda parcela de quatro que vão receber do governo federal.

Temos dificuldade financeira? Temos. Havia no governo passado e continua até agora. Já estivemos até um pouquinho piores meses para trás, mas a saída para isso não está na ponta da despesa, como o secretário da Fazenda vive apregoando; a saída está na ponta da receita, em investir no combate à sonegação, na concorrência desleal. Prova disso foi o que aconteceu na semana passada:

nós fizemos uma operação em cima de um grande varejista conhecido de todo mundo, e a sonegação estimada pelos autos que foram lavrados era da ordem de R\$380.000.000,00. Já conseguimos recuperar R\$60.000.000,00 judicialmente, e eles já estão bloqueados para a garantia. Os servidores, os auditores, os servidores da Fazenda estão indo a campo em meio à pandemia; não é só a segurança, só a saúde, não; temos servidores do fisco também que estão fazendo operação e estão participando, trabalhando e contribuindo. A operação foi chamada Direto com o Dono. E isso com 15 anos sem concurso para auditor.

Nós temos hoje, na Secretaria da Fazenda, a maior média de idade do Estado – acho: homem com 58 anos na ativa – 1/3 em condição de se aposentar agora, se quiser. Todo mundo está desesperado com essa reforma. Eu atendo 40 telefonemas por dia, já virei psicólogo. Enfim, se quisesse resolver, investia na realização de concurso público. A gente insiste nisso, mas parece que a turma que está lá não gosta. Se o secretário estivesse preocupado com a receita, não teria autorizado no Confaz prorrogação do benefício fiscal do setor de agrotóxicos; bastava apenas o secretário de Fazenda ser contra. Como ele foi a favor, isso vai gerar um decréscimo. Nós vamos deixar de arrecadar R\$200.000.000,00 por ano por conta disso. Se estivesse preocupado mesmo com a transferência voluntária, não teria feito isso.

Enfim, sobre a Lei Kandir, fizemos um acordo péssimo. Com relação a um crédito já calculado de R\$135.000.000.000,00, nós fizemos um acordo para receber menos de R\$9.000.000.000,00 parcelados até 2028, com condicionantes, inclusive de venda de pré-sal, que é uma coisa incerta. Se dividir esse dinheiro, vamos receber, em média, menos de R\$50.000.000,00 por mês. Para se ter uma ideia do que são R\$126.000.000.000,00, que é o dinheiro da diferença – R\$135.000.000.000,00 menos os R\$9.000.000.000,00 do acordo; aliás, é menos que isso, são R\$8.700.000.000,00 –, é a mesma coisa que você ganhar o maior prêmio da Mega-Sena, aquele acumulado no final do ano, por 435 anos seguidos. Você vai ter que nascer e morrer oito vezes, ser a pessoa mais sortuda do mundo, todo final de ano acertar sozinho e, ainda assim, talvez você não chegue a esse valor aí. Isso é só para se ter uma ideia do valor de que se está abrindo mão nesse acordo. Imaginem a gente ir à loja Zema e dizer: eu estou devendo R\$100,00, mas quero fazer um acordo; você vai perdoar R\$93,00 e eu vou pagar esses R\$7,00 até 2028, em parcelas iguais por mês. Perguntem se eles vão aceitar. Não vão, não é? Mas cortesia com chapéu alheio é outra coisa.

Fica aqui um questionamento para os deputados mais investigativos, como o Sargento Rodrigues e a Beatriz Cerqueira: eu queria saber quem assinou esse parecer técnico para o secretário de Fazenda. Pode ser que seja uma nova política agora, vão fazer as coisas sem parecer técnico, porque, no governo do PSDB havia, no governo do PT havia, e eu não achei isso ainda, não. É interessante, porque o Sisipsemg esteve aqui ontem, fez até um vídeo interessante falando como foi a passagem do secretário de Fazenda pelo Rio, e aqui estou preocupado, com receio de caminhar do mesmo jeito.

Mesmo entendendo a inoportunidade da apreciação desse projeto no meio da pandemia, a gente entende que é importante falar um pouquinho sobre ele e sua perversidade. O governo Zema mandou um projeto em que a alíquota efetiva é a maior entre todos os entes que fizeram a reforma até agora, maior inclusive que a do governo federal. O Sindifisco, que participa do Funcate junto com a Amagis, a Defensoria, o Ministério Público, a AGE, defende a alíquota única até para preservar salário por conta dessa questão da progressividade, que é uma armadilha. A gente vai acabar, com o tempo, numa lei complementar com faixas; todo mundo vai migrar e, no final, todo mundo vai estar na alíquota única de 19%. Isso a gente vê no Imposto de Renda. Hoje, todo mundo que ganha mais de R\$4.600,00 já está pagando 27,5%. A maioria esmagadora dos estados optou por essa alíquota única de 14%; nós defendemos que o máximo seja 14%, até sob pena de se fazer confisco. Há os que optaram por alíquotas superiores – dois ou três estados –, mas nenhuma delas superou 16%.

No projeto, há a proposta de uma alíquota extraordinária, de uma contribuição extraordinária se houver déficit. Sob as premissas que o Estado coloca, nós vamos ter déficit pelo resto da vida, porque não se faz concurso, não entra gente nova, e daqui a pouco só teremos aposentados. Vamos pagar 19% de contribuição, mais 27,5% de Imposto de Renda e uma contribuição extraordinária de quanto? Do tanto que faltar: 10%, 15%. Daqui a pouco, estarei pagando para trabalhar no Estado.

Eu agradeço à deputada Celise Laviola, que está encabeçando uma emenda supressiva dessa questão, inclusive sobre cobrar dos inativos e pensionistas. Por que? O pessoal fala muito que servidor tem privilégio. O servidor do regime geral, o inativo, não paga contribuição previdenciária. Então, por uma questão de isonomia, o servidor público inativo não paga também até o limite do teto. Se a gente acabar com isso, nós vamos estar, inclusive, quebrando um dos pilares que é defendido pelo governo. É impressionante isso! Eu acho que, se pudesse, o Partido Novo revogava a Lei Áurea, e eu não tenho dúvida também de que o secretário de Fazenda endossava.

Eles propõem também uma migração de regime – Dr. Alberto falou bem sobre isso aqui –, mas sem benefício especial. Nem a União, nem o Paulo Guedes, que odeia servidor, propôs um negócio desse. Como uma pessoa que ganha R\$10.000,00, R\$15.000,00 paga sobre a totalidade da remuneração? Ela vai migrar e jogar para trás tudo que pagou acima do teto do INSS. Isso é enriquecimento, sem causa, do Estado; não há condição. Se vai propor migração, tem que haver benefício especial.

A reforma também – e essa é uma coisa à qual, acredito, a deputada Beatriz Cerqueira deve estar atenta – impõe, assim como a reforma federal, um sacrifício desigual entre homens e mulheres. É uma reforma machista, própria desse pessoal aí. Por quê? Porque ela soma dois anos a mais para as mulheres em toda regra. Outro dia eu estava pensando que vou ser a favor no dia em que for para igualar tudo, mas isso no dia em que as mulheres tiverem as mesmas condições que os homens, que receberem o mesmo salário médio e tiverem as mesmas oportunidades. Há quantas deputadas eleitas na Assembleia? Há 10 em 77. Então, aí a gente já pode ver que alguma coisa está errada.

Há regras draconianas reduzindo pensão. O Dr. Alberto falou sobre isso com muita propriedade. Nos casos mais drásticos, a pessoa chega a ficar com uma pensão de 25% a 30% com a regra de hoje. É um absurdo! A pessoa perde o arrimo de família e mata todo mundo, porque não vai conseguir nem tomar conta da família.

O que eu tinha proposto junto com o grupo era falar de regras de transição, que são também leoninas. Por quê? Hoje há servidores na secretaria, como eu falei, com a maior média de idade; estão para se aposentar no mês que vem, para implementar requisito daqui a 15 dias. Eles ligam desesperados e falam: "Marco, se passar desse jeito, vou ter que trabalhar mais cinco, seis, sete anos". Isso não é razoável. A pessoa já cumpriu 80%, 90% até 100%, já tem 40 anos de contribuição e vai tomar uma pancada dessa na hora em que está para sair. Não tem o menor cabimento! Em cima disso, a gente está propondo emendas também. Quais são os problemas das regras de transição? Pedágio demasiadamente alto. Hoje, as regras que estão vigentes para os servidores estaduais trabalham com o pedágio da ordem de 20%, e o pedágio que está colocado é de 100%. Só aí já dá para ver que é uma crueldade. Nós estamos propondo 40% e estamos dispostos a ouvir.

Além disso, há uma questão que juntou o pessoal que entrou até 1998; esqueceram a regra deles e os misturaram com os de 1998 a 2003. O que acontece? Esse pessoal que tem mais tempo de casa – 30, 35 anos de serviço – está nessa situação que eu falei, vai tomar cinco, seis anos. E qual é a solução que estamos propondo? Uma regra de mitigar um ano na idade máxima, isto é, um dia na idade máxima para cada um dia que superar o tempo de contribuição mínimo – 35 para homem e 35(?) para mulher.

Há outro problema nessa reforma, que é também a falta de regra de transição para os servidores que entraram entre 2004 e 2013.

Os servidores que entraram entre 2004 e 2013, 2014 não estão presentes nessas regras de transição. Então, a gente propõe ingressá-los nessas regras de transição, até porque aposentam pela média de 80% das maiores contribuições. Por quê? Hoje nessa reforma – assim como na federal – eles optaram por uma média de 100% das contribuições para esses servidores, e isso penaliza aquela pessoa pobre que nasceu numa favela, estudou, começou a trabalhar como servente, ascensorista, contribuiu sobre um salário mínimo, conseguiu estudar, passar, entrar por meio de um concurso. E concurso público, para todo mundo que está aqui, é meritocracia, tem que ser aquilo que o Partido Novo gosta; não é indicação política, não. Então, está todo mundo aqui... Essas pessoas

que, por uma situação de classe social, tiveram que contribuir nos primeiros anos da sua jornada sobre empregos que pagavam menos serão penalizadas e vão perder muito. Então, esse descarte dos 20% é muito importante para elas.

Eu já estourei meu tempo, não vou me alongar muito. Queria agradecer muito a oportunidade à Assembleia, colocar à disposição o Sindifisco e os nossos dados para o que vocês precisarem. Desejo uma boa tarde para todo mundo. Obrigado, viu?

O presidente – Muito obrigado, Sr. Marco Antônio Couto, presidente do Sindifisco. Dando sequência ao nosso trabalho, com a palavra agora o Sr. Rilke Novato Públio, para a sua exposição.

### **Palavras do Sr. Rilke Novato Públio**

Boa tarde, senhoras e senhores. Eu queria inicialmente cumprimentar o deputado Cristiano Silveira, presidente dessa sessão; cumprimentar a deputada Beatriz Cerqueira; a deputada Celise Laviola – estiveram aqui há pouco o deputado Professor Cleiton e o deputado Gustavo Valadares também. Queria cumprimentar todos os deputados obviamente que nos acompanham de forma remota. Saudar os colegas, companheiros e companheiras dos sindicatos e das associações. Quero dizer da satisfação, da participação, presidente Cristiano, nessa sessão.

Eu sou diretor de Administração e Finanças do Sindicato dos Farmacêuticos onde há uma diretoria colegiada; não temos a figura do presidente. E o sindicato dos farmacêuticos e farmacêuticas de Minas Gerais é o sindicato que representa todos os farmacêuticos no Estado em suas diversas atividades, presidente. Então, vai desde a produção de medicamentos – por exemplo, na Funed ou nos laboratórios e indústrias particulares – até as pesquisas e análises feitas nos laboratórios centrais; também há o Instituto IOM na própria Funed, a manipulação de medicamentos nas farmácias de manipulação, a dispensação desses medicamentos em farmácias e drogarias – dispensação de forma racional, porque em tempos de pandemia a gente tem visto muita irracionalidade em relação ao consumo de medicamentos. Também há os profissionais que trabalham em hospitais, os farmacêuticos que trabalham em CTIs, nas UTIs; e, infelizmente, deputada Beatriz, tem havido perdas, óbitos de colegas farmacêuticos nessas atividades. E há também os colegas farmacêuticos e farmacêuticas que trabalham em pesquisas, em ações epidemiológicas e na vigilância sanitária. Não são poucos, são muitos colegas no nível central, nas regionais, enfim, estamos falando da representação do sindicato desses colegas que estão no serviço público estadual.

Bom, nosso presidente Cristiano, hoje é 15/7/2020, não é isso? Dia de que mesmo? Dia do famigerado pico da pandemia. Não é esperado para o dia 15 de julho? Eu queria, presidente, de forma muito consternada, comunicar a todos e a todas que houve hoje a notícia da queda de cinco Boeings 737 lotados. Na verdade, essa semana tem sido a mais letal no País inteiro, com perdas, com óbitos de vítimas da pandemia. Deixe-me também cumprimentar os servidores desta Casa, jornalistas, todos. Foram Boeings lotados, 215 pessoas em cada um desses aviões hoje, mas também ontem e anteontem. Eu me refiro aos Boeings porque parece que a gente naturalizou os óbitos na pandemia, não é isso? Parece que é normal. Ontem morreram 1.056 – é essa a média de óbitos? Olhem, não podemos naturalizar, não devemos. É aquela história: "afinal, todo mundo vai morrer um dia e está O.K.". Nós não concordamos, nós não aceitamos a forma como é colocada. Em Minas, ontem, nós também batemos o recorde: foram 73 mortes em 24 horas, numa curva ascendente. Nós estamos no pico hoje, no famigerado pico, pode ser, mas a curva está em crescimento.

Bom, mas vamos entrar no mérito da proposta. Eu queria antes de qualquer coisa fazer uma pergunta à deputada Beatriz, à deputada Celise, ao presidente Cristiano, uma perguntinha que não quer calar. Por que o governo não discutiu com os servidores a proposta da reforma? Mesmo na pandemia, por que não chamou de forma remota, on-line, as representações dos servidores para discutir? Por quê? Vivemos numa democracia ou não vivemos? Pressupõe-se um mínimo de diálogo, de discussão. O governo tem uma posição, nós temos outras, vamos discutir. Ora, que imposição é essa goela abaixo das servidoras e dos servidores? Qual o motivo do não diálogo, da não discussão?



Nós tivemos já relatados... Aliás, eu queria até dizer, viu presidente, que após cada fala que eu vi aqui a minha vontade era de bater palma e cumprimentar cada um dos representantes que aqui estiveram, os que vão estar e os que estiveram ontem também. Digamos que essa é a "última sessão" – entre aspas – com servidores nesse seminário importante.

Mas o governador Zema – já foi dito aí – falou de privilégio do servidor e servidora. Que privilégio? Como assim privilégio? Que história é essa? Deputada Beatriz, os colegas que eu conheço da Vigilância Sanitária, os farmacêuticos, recebem menos do que o mercado. O Sindicato dos Farmacêuticos também representa os farmacêuticos em nível privado. O maior empregador dos farmacêuticos no País são farmácias e drogarias, representadas em Minas Gerais pelo Sincofarma. A gente está agora negociando e fechando com esse sindicato – atrasou por conta da pandemia. Já fizeram a proposta patronal de, no mínimo, reposição do INPC retroativo ao mês de março, que é a data-base da negociação de farmácias e drogarias. O piso salarial – o salário de ingresso para trabalhar nesse setor – é R\$1.100,00 a mais do que o de quem entra no Estado hoje; o farmacêutico que entra no Estado recebe R\$1.100,00 a menos. Então, que história é essa de salário de privilégio?

Já foi dito: o profissional está sem reajuste há mais de 10 anos, recebe o pagamento parcelado, 13º salário a perder de vista. Existe uma situação em vários setores – e que nós acompanhamos na Vigilância Sanitária: por falta de concurso, por falta de entrarem novos profissionais, há uma equipe que está limitadíssima e que tem que dar conta do recado. Em Minas Gerais há 222 municípios com até 10 mil habitantes, não é isso? A maioria desses municípios tem dificuldade de exercer suas atividades sanitárias básicas, e quem acaba fazendo isso são os colegas que trabalham nas regionais do Estado, nas 28 regionais de saúde espalhadas. Essa demanda tem aumentado até em função da variação de atividades econômicas, então a sobrecarga é cada vez maior. Existe, pelo contrário, a seguinte condição: quando esses colegas têm oportunidade, acabam indo para a rede privada.

O que eu estou dizendo aqui é o que nós respondemos no questionário. A gente não entrou em detalhe de propostas porque entendemos – como muitos sindicatos – que há uma discussão maior que antecede qualquer discussão específica feita na proposta da reforma. Primeiro o que já foi dito – e me perdoem se eu estou sendo repetitivo, mas é importante ser: a crueldade do envio dessa proposta durante a maior tragédia socioeconômica sanitária do mundo – maior que a queda das bolsas de 1929 –, quando os trabalhadores da saúde estão, literalmente, morrendo para salvar vidas; então, o envio nesse período é de uma crueldade e sensibilidade sem fim. Eu queria registrar que nós já temos muita irresponsabilidade e insensibilidade em Brasília, não precisamos ter mais.

As alíquotas são absurdas – é a nossa resposta ao formulário –, e seus percentuais na proposta da progressividade – foi muito bem falado pelos colegas que conhecem mais a fundo essa questão – são injustos, pois levam todos os servidores e servidoras, em função de um crescimento vegetativo, a terem naturalmente suas alíquotas majoradas. Foi feita a referência ao imposto de renda. A proposta de uma alíquota extraordinária é um acinte, um crime contra os aposentados: taxar, de novo, os servidores a pretexto de equilibrar as contas da Previdência é demais. As alíquotas nas formas propostas são, sim, confisco de salário dos servidores.

Já foi dito sobre o Ipsemg: a extinção via fatiamento do Ipsemg, sem justificativa plausível, é um crime. Foi muito bem dito que havia um fundo previdenciário superavitário e que foi extinto para cobrir rombo nas contas públicas. É o servidor que vai pagar isso? Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o déficit do Estado não foi feito pelos servidores. De onde veio a proposta machista de punir as mulheres – e na nossa categoria 80% são farmacêuticas – em mais sete anos como tempo mínimo para aposentar, dois anos a mais que o previsto para os homens?

Os estados que já aprovaram as suas reformas não o fizeram a toque de caixa, em plena pandemia. Temos o direito de participar desse debate e dessa discussão, e durante a pandemia isso não é possível. Quanto ao período de transição, lembro-me aqui, de forma contrária, daquela referência do saudoso escritor e poeta Eduardo Galeano, do Uruguai, sobre utopia; ele dizia que a utopia é aquele monte, aquela montanha que está no fim do horizonte, e, cada vez que caminhamos em sua direção, ela se distancia um pouco

mais. A reforma da Previdência do Zema é a utopia ao contrário: quando a gente caminha com a regra de transição para alcançá-la, ela se distancia, e nós não temos disposição para ir atrás como na utopia do Galeano; nós vamos morrer e não vamos alcançá-la.

Para ser mais objetivo e para não dizer que a gente só diz contra e não propõe nada, presidente, eu queria, então, fazer uma proposta ou mais de uma. Vamos lá? O que fazer então? Proteger a receita do Estado é combater a sonegação. Como? Já foi dito, e eu vou repetir: instituindo a fiscalização rigorosa – isso foi dito pelo que me antecedeu, o Dr. Marco. Tivemos recentemente a operação Direto com o Dono, que irá recuperar os R\$380.000.000,00 de sonegação – assim esperamos. Vamos manter essa operação e falar com mais donos, por que não? Outra ação é rever essa política absurda e generosa de isenções milionárias do Estado que favorecem absurdamente grandes empresas sem haver retorno para a população. Por exemplo: o percentual do IPVA cobrado pelos carros de pessoas físicas – meu, da deputada, do presidente – é de 4% sobre o valor do veículo e, para as locadoras, é de 1%. Não há cabimento. Esse privilégio das locadoras é de matar de indignação.

Mais uma. É possível o governo Zema rever a negociação criminosa dos recursos da Lei Kandir, como já foi dito aqui, uma perda de R\$126.000.000.000,00? E quem sabe, presidente e deputada Beatriz, nós, nesta Casa, possamos discutir e propormos ao Congresso, aos nossos representantes federais fortalecer a luta pela taxaço de grandes fortunas. Isso é impossível? Não é. Quem sabe?

Para encerrar, primeiro a gente precariza, depois privatiza. A forma mais cruel e covarde de precarização do serviço é aquele que atinge as relações de trabalho, Sr. Presidente, fragiliza as condições de trabalho. Vai-se matando as servidoras e os servidores aos poucos.

Para encerrar mesmo, Sras. e Srs. Deputados, agradeço e reitero o convite, deputado Cristiano e deputado Agostinho Patrus, presidente desta Casa, mas me sinto constrangido porque tentamos fazer uma assembleia online com as farmacêuticas e farmacêuticos e não conseguimos. O convite, que agradeço, foi feito no final de semana, no sábado. Tentamos, mas não conseguimos. E não conseguimos, pelo seguinte: os profissionais da saúde estão, deputada Beatriz, tentando evitar a morte de hoje. Na morte do amanhã por conta da Previdência eles não estão pensando. Eles precisam sobreviver hoje. Aí recebemos, através de WhatsApp e etc., algumas críticas de participação, dizendo: "Olha, vocês vão legitimar um teatro". Aí eu discordo. Entendemos que viemos aqui com uma preocupação que é síntese das nossas propostas, deputada Celise. E é o seguinte: Sras. Deputadas, Srs. Deputados, abram o diálogo com os trabalhadores, com os servidores. Queremos ver este Plenário cheio, com a participação respeitosa, com a contribuição das servidoras e dos servidores, temos certeza. Tenho acompanhado o seminário desde o início. Quero dizer das duas deputadas aqui presentes que estão sempre presente, contribuindo e participando. Se for possível devolver o projeto ao governo para que ele discuta com os servidores e servidoras, ótimo. Com esse aceno da possibilidade de até 31 de dezembro, que, pelo menos passando a pandemia, possamos discutir com todos os mais interessados envolvidos, que são os servidores e as servidoras, para que possamos construir uma proposta que pelo menos minimize as perdas.

Quero reiterar aqui as falas do colega anterior que disse que acreditamos no Parlamento. E acreditamos. Temos colegas deputadas e deputados sérios, que fazem um trabalho honroso e preocupado com a sociedade. Achamos que é possível, sim, sair de todo esse processo com uma proposta que minimize, que reduza as perdas absurdas, atuais, que estão no projeto atual. Obrigado, presidente. Boa tarde a todas e a todos.

O presidente – Muito obrigado, Sr. Rilke Novato Públio, diretor de administração e finanças do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais. Obrigado pela exposição e pelas considerações. Com a palavra, o Sr. Lincoln Alves Miranda, para sua exposição.

#### **Palavras do Sr. Lincoln Alves Miranda**

Boa tarde a todos. Cumprimento a deputada Beatriz Cerqueira e a deputada Celise Laviola, todos os deputados que estão remotamente nos assistindo e todas as mineiras e todos os mineiros.

Sempre tive orgulho de participar e de debater qualquer assunto nesta Casa, mas hoje estou consternado. Estamos em época de pandemia. Este auditório deveria estar lotado. Devíamos fazer rodadas de debates, usando o espaço aqui fora, mas isso não é possível em função da pandemia. Democracia não se faz sem povo. Não é justo discutir uma reforma previdenciária, administrativa e sindical sem a participação da sociedade. A sociedade tem de discutir os seus problemas.

A questão previdenciária sempre foi menosprezada pelos governantes e pelos gestores. Aqui em Minas mesmo, num passado recente, mudamos o sistema previdenciário. Passamos a ter um fundo, o Funpemp, quem não se lembra? Era um fundo superavitário, que capitalizava recursos para que fossem pagas as aposentadorias de quem entrou após 2003. O que fizeram com esse fundo? Extinguiram-no.

O sistema de previdência do Estado de Minas Gerais é solidário. A sociedade paga àqueles que prestaram serviços a ela por anos e anos a fio. Quando se chega à velhice tem de se ter um amparo. A sociedade não pode largar os seus velhos. Nas sociedades contemporâneas, a aposentadoria dos servidores sempre será bancada pela sociedade. Lógico que dentro de regras, idade, tempo de contribuição, mas há coisas inadmissíveis.

Na segunda-feira, quando se iniciaram esses debates aqui na Casa, esse seminário, esse "webinário", foi trazido aqui pelos secretários Igor e Otto que a Previdência é deficitária. Como é deficitária se quem banca as aposentadorias é o Tesouro? Não há déficit. O Tesouro é que paga. Se quisermos voltar ao sistema de capitalização, com um fundo, como foi feito no passado e foi extinto, é outra história. Não há déficit. Por isso rechaçamos, de plano, discutir reforma previdenciária neste momento de pandemia. A Covid-19 está matando a todo momento. Esta semana é a semana do pico, da curva ascendente. Não podemos brincar com isso, como foi dito pelos meus colegas anteriores, pois está morrendo gente a toda hora. Temos de nos preocupar em combater a Covid-19.

Foi dito aqui também que o momento pode ter sido oportuno ou inoportuno. Tenho a certeza de que foi inoportuno para enviar esse projeto para cá. Essa PEC não poderia ser tratada dessa forma. De maneira alguma poderíamos estar discutindo remotamente ou com poucas pessoas aqui, neste Plenário.

Uma das questões que nos preocupa é o aumento de alíquota. Por quê? É uma armadilha. A propaganda governamental que está sendo exibida na televisão, na rádio, diz que quem ganha menos vai pagar menos; quem ganha mais vai pagar mais. É uma falácia isso. Primeiro, os servidores hoje pagam 11%. As alíquotas vão para 13%, 14%, 15%, 16%, 19% e até 22%. Quem ganha pouco está pagando 11%. Vai passar a pagar 13%. Então, isso não é verdade. O que está sendo veiculado é mentira. Sem falar na possibilidade de cobrança de uma alíquota extraordinária. Não há déficit para se cobrar alíquota extraordinária. Mas, se houvesse déficit, a alíquota extraordinária não seria extraordinária, seria perpétua, porque você vai pagar até morrer. Mesmo assim, o cônjuge, o sobrevivente, a família ainda vai continuar pagando.

Outra questão que eu queria abordar é a falta de sensibilidade da equipe que fez essa proposta e o PLC. Por que penalizar as mulheres? Será que quem fez era órfão, não tinha mãe, não tinha irmã, não tinha avó? Todo mundo sabe que as mulheres são penalizadas com dupla, tripla jornada de trabalho. Pergunto às deputadas e às mulheres aqui presentes, que trabalham o dia inteiro, chegam em casa e ainda têm de cuidar do marido e dos filhos e ainda ajudar na lição de casa, nos deveres escolares, e têm de dar uma atenção. Acho que as mulheres estão sendo muito penalizadas. Acho que isso não deveria acontecer. Eu queria pedir aos parlamentares, às mulheres, sensibilidade para apreciar as propostas que os servidores estão colocando.

Muitas coisas foram ditas aqui. Endosso todos os meus companheiros que me antecederam. Há coisas que poderão ser feitas sem precisar olhar para o servidor. Melhorar a arrecadação do Estado é uma delas. A dívida da Lei Kandir, foi citada aqui, também é uma outra coisa que poderia ser feita. Fica-se preocupado com migalhas e esquece-se do todo.

Uma outra preocupação é regra de transição. Pedágio é uma parte. Não pode ser um todo. Tem de ser uma fração. Não pode ser um inteiro. Então, nesse aspecto pedimos aos parlamentares que pensem em quem está faltando pouco tempo para se aposentar,

pois não merecem uma penalidade, uma regra de transição muito pesada. Devemos dosar a mão para essas pessoas que já deram vários anos de contribuição para a sociedade mineira.

Acho que todos nós estamos aqui imbuídos do espírito público de discutir essa reforma em época de pandemia, mesmo nos preservando, mesmo usando álcool em gel, estamos correndo sérios riscos. No ar, na calçada podemos ser contaminados. Eu preferiria não estar aqui. Preferiria esperar passar a pandemia para estar aqui com os meus colegas servidores, já tendo sido tirada, em uma assembleia, uma definição do que a gente defenderia, do que a gente seria contra, mas isso não é possível neste momento, infelizmente, mas eu gostaria muito de ter feito uma assembleia geral para saber quais pontos a gente iria rechaçar. Acho que rechaçaríamos tudo, porque o momento é inapropriado.

Eu vou pedir licença ao presidente, às deputadas e aos deputados remotamente. Eu queria fazer uma homenagem às vítimas da Covid-19. Temos hoje, dia 15, o pico: em Minas Gerais 82.010 pessoas contaminadas; 1.752 mortos. É para essas pessoas que queria pedir que, de pé, fizessemos 1 minuto de silêncio, e também para os profissionais de saúde que, mesmo com risco de contágio – repito, mesmo com risco de contágio –, estão tratando os nossos doentes de Covid com carinho e amor.

Quero dizer que nós, mineiros e mineiras, confiamos na sensibilidade dos parlamentares, porque são a caixa de ressonância da nossa sociedade. A sociedade precisa discutir se ela quer uma educação de qualidade, se ela quer um serviço de saúde de qualidade, se ela quer uma segurança de qualidade, porque sem isso, se a sociedade não se mover, acontece o que tem acontecido em outros lugares: tirania, caos e muito mais.

Gostaria de pedir ao presidente que fizesse 1 minuto de silêncio em homenagem às vítimas de Covid e aos profissionais de saúde que muito têm se dedicado aos mineiros e às mineiras com essa pandemia. Muito obrigado a todos.

#### **Homenagem Póstuma**

O presidente – A presidência acolhe aqui o pedido de 1 minuto de silêncio em memória das vítimas e em homenagem aos trabalhadores que lutam contra a pandemia da Covid-19.

– Procede-se à homenagem póstuma.

O presidente – Com a palavra, o Sr. Carlos Mário Paes Camacho, para a sua exposição.

#### **Palavras do Sr. Carlos Mário Paes Camacho**

Saúdo os Exmos. deputados, as Exmas. deputadas da Assembleia de Minas Gerais que estão presentes aqui e os que também estão através de videoconferência, todos os colegas que estão aqui na plateia.

Digo também da minha emoção de estar aqui pela primeira vez nesta Casa comprometida com a democracia, nesta Casa do povo.

Na verdade, venho aqui fazer algumas considerações gerais, porque fui beneficiado pelos colegas que me antecederam e que apresentaram, de maneira muito pontual, não só a situação do serviço público aqui de Minas, como também os próprios temas, as questões que envolvem a chamada reforma da Previdência. Gostaria de dizer, inicialmente, que este momento, infelizmente, não é o momento oportuno para uma discussão como essa. Aliás, quero aqui deixar registrada a minha indignação. O governo Zema demora, protela, não conversa com os funcionários, mas é muito rápido, é muito célere para apresentar propostas, principalmente propostas que são contra os trabalhadores.

Posto isso, eu gostaria de dizer que essa proposta de reforma da Previdência é, na verdade, mais um ponto. Na verdade ela segue uma dinâmica das políticas neoliberais que vêm em curso no Brasil desde a década de 1990. Ou seja, efetivamente não só o Estado de Minas como também o Estado brasileiro como um todo vêm sendo vítimas de políticas que acabam desmantelando o Estado e colocam como bode expiatório os funcionários.

Essas políticas neoliberais têm um compromisso, acima de tudo, com quem? Com o capital. Retiram direitos dos trabalhadores, aliás, quando a reforma trabalhista foi aprovada no Brasil, também a toque de caixa, podemos dizer assim, passaram uma imagem de que ela seria benéfica porque geraria mais empregos. Cadê os empregos? Cadê os benefícios dos trabalhadores?

Sou professor do Instituto de Laticínios Cândido Tostes, que é uma das instituições mais antigas de Minas Gerais. Recentemente completou mais um ano de existência. A instituição tem mais de 80 anos. É ligada à Epamig. Eu represento o Sinttapi, sou diretor do Sinttapi e ele representa a Epamig. A Epamig nesses anos todos vem passando por um processo de desmantelamento da mesma forma como ocorre com os outros funcionários.

Nesse sentido o que temos aqui é uma reforma da Previdência de que, na nossa avaliação, infelizmente, em razão desse quadro da pandemia, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, não tivemos condições aqui de fazer uma discussão exaustiva sobre esse tema. Mas nós entendemos, dentro daquilo sobre o que pudemos refletir até agora, que essa reforma trabalhista, essa reforma da Previdência, na verdade, destrói uma política reivindicatória dos servidores, ou seja, não há nenhuma preocupação com o servidor, o que, na verdade, já foi dito aqui. Querem tributar os trabalhadores, querem retirar dos trabalhadores, e não há por trás disso uma valorização da carreira profissional. Então, essa reforma da Previdência, que está sendo vendida aí como a salvação, faz parte também da dinâmica da política liberal, que quer desmontar o Estado. Então, essa não é uma luta só do Sinttapi, é uma luta de todos os servidores na defesa de um serviço público, na defesa do funcionalismo para o nosso estado.

Em tempos de pandemia, nós estamos percebendo o quanto o Estado tem sido importante, apesar de todas as dificuldades – o Estado, não, as nossas instituições – o quanto elas têm sido importantes. Apesar de todos os ataques que são feitos ao funcionalismo, são os funcionários que estão, como bem disse o colega, na linha de frente, e só não fazem mais porque nós estamos sendo desmontados. O serviço público tem sido desmontado aqui, em Minas Gerais. Nesse sentido, uma outra característica dessa reforma trabalhista, além de ela enfraquecer a organização sindical, é querer reduzir e efetivamente comprometer, o quê? A própria carreira dos servidores.

Então, eu tenho aqui uma proposta. É muito simples. Nós precisamos impedir o trâmite, paralisar o trâmite dessa reforma, exigir do governo de Minas uma discussão com todas as categorias de funcionários.

A minha participação aqui é muito breve nesse sentido, mas, de qualquer maneira, eu gostaria de me congratular, mais uma vez, com os colegas que aqui me antecederam. Aprendi muito, estou muito emocionado de estar aqui, nesta Casa. Agradeço a todos os deputados e tenho certeza de que a nossa força, a nossa organização, mesmo em um período como esse, será fundamental para que a gente possa impedir mais esse absurdo na conta dos trabalhadores. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado. Esse foi o Sr. Carlos Mário Paes Camacho, diretor financeiro do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Pesquisas, Perícias, Informações e Congêneres de Minas Gerais – Sinttapi. Obrigado pelas informações e pela colocação precisa.

E, agora, com a palavra, a nossa última debatedora, a Sra. Denise de Paula Romano, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG, que também disporá de 15 minutos para a sua exposição.

#### **Palavras da Sra. Denise de Paula Romano**

Muito boa tarde. Cumprimento os deputados que estão presentes aqui e remotamente, na pessoa do deputado Cristiano Silveira, e cumprimento as deputadas, na pessoa da minha companheira de profissão, deputada Beatriz Cerqueira, Profa. Beatriz Cerqueira.

Nós, do Sind-UTE, antes de abordar o assunto, gostaríamos de fazer uma observação que tem tudo a ver com o assunto. Nós sempre estivemos aqui, nesta Casa, e é a primeira vez que um diretor do Sind-UTE – no caso, eu, a coordenadora-geral – faz uso

desta tribuna sem que a categoria e as representações de todas as regiões do Estado estejam aqui. Isso não é o novo normal. Então, é importante que a gente registre isso.

Gostaria também de saudar a nossa categoria, que tenho certeza de que nos acompanha através dos canais da Assembleia Legislativa. E vou dizer quem nós representamos. O Sind-UTE representa 98.402 servidores da ativa e 180.381 trabalhadores em educação aposentados, além de 114 mil designados. A nossa categoria recebe os piores salários do Estado de Minas Gerais. Uma professora, uma PEB, tem vencimento básico inicial de R\$1.900,00; é disso que nós estamos dizendo aqui. Então, é importante que nós delimitemos de onde nós estamos falando e qual é a nossa representação.

É importante também dizer que esta reforma não foi dialogada com absolutamente ninguém. Por isso, inclusive, na semana seguinte, aliás, três dias depois do protocolo do governo do Estado, nós, em conjunto com 21 entidades do funcionalismo público estadual, pela intermediação da nossa deputada Beatriz Cerqueira, estivemos com o presidente desta Casa e manifestamos o nosso posicionamento contra a tramitação deste projeto, destes projetos. E esta posição não foi modificada. Nós não estamos vivendo uma situação comum. Nós estamos numa pandemia, em que muitos de nós estão vendo as suas mães pela tela de um computador ou de um celular, muitos de nós estamos vendo os nossos netos – eu não tenho netos, mas eu tenho filhos, mas sei que, da minha categoria, muitos têm netos –, estão vendo os netos assim. Isso não pode ser normalizado. A nossa categoria está atingida pela pandemia. Nós não estamos expostos porque nós não somos da saúde, mas nós já morremos, já perdemos trabalhadores em educação, familiares de trabalhadores em educação, e todo dia nós perdemos mais, porque foi normalizada a morte, no Brasil e, aqui, no Estado de Minas Gerais, em relação, por exemplo, à tramitação desses projetos aqui, nesta Casa, que já se iniciaram – e é importante dizer isso. O PLC nº 46 já foi aprovado na CCJ, apesar de uma obstrução de 10 horas feita pela deputada Beatriz Cerqueira na comissão. Já foi aprovado. Então, é importante que a gente destaque isso.

E é importante também dizer do caso dos aposentados. E eu vou me deter um pouco na questão dos aposentados da educação, que eu já disse quais são os números. São 180.381 e, deste número, 150 mil serão taxados com a proposta do governo do Estado. Nós estamos dizendo de pessoas com faixas salariais de R\$2.001,00 a R\$6.000,00 – mas, na educação, muito mais próximos dos R\$2.001,00. Essas pessoas terão 14% de redução nos seus salários.

Isso significa, na vida concreta – eu vou explicar porque, às vezes, a gente não consegue entender –, isso significa que uma pessoa que tem um vencimento de R\$2.001,00 até o limite da faixa – mas, no nosso caso, é muito mais perto dos R\$2.001,00 do que dos R\$6.000,00, pelos baixos salários que nós temos – terá que abrir mão e escolher se vai comer ou se vai comprar o remédio ou se vai pagar o gás da família que voltou para a casa dela porque os filhos estão desempregados. É isso que essa reforma significa na vida concreta de 150 mil trabalhadores aposentados e dos 89 mil que estão na ativa. Nós não estamos discutindo aqui um sonho. Lembrei aqui do que o Ruback disse: ter qualidade de vida no final. É um sonho de todos nós. O que estamos discutindo aqui é a garantia de poder comer, são necessidades básicas, porque, pelos vencimentos praticados pelo Estado de Minas Gerais em relação aos trabalhadores em educação, que passaram, dos últimos 25 anos, 17 anos sem reajuste, é isso que significa. São direitos básicos: direito à alimentação básica, direito à sobrevivência, à subsistência dele e dos seus familiares. Então, eram essas as considerações que eu gostaria de fazer sobre as questões relativas aos aposentados.

Também é importante mencionar o caráter machista da reforma. Nós chefiamos as famílias. As mulheres são a maioria do serviço público, são a maioria dos trabalhadores em educação, são a maioria do serviço público estadual, e nós chefiamos as famílias, nós sustentamos os nossos filhos e os nossos netos, e o Estado de Minas Gerais quer transferir para nós uma conta que não é nossa. E aí eu gostaria de dizer – eu sei que muitos já disseram isso aqui, mas é muito bom a gente ter um pouquinho mais de experiência, não é? – que em 2013 eu estava aqui e fui testemunha ocular da história; eu e muitos companheiros que estão aqui, bem como muitos deputados que eram parlamentares em 2013.



Antes volto a 2002, à criação do Funpemp, que era gerido pelo Ipsemg e era saudável. E em 2013... Eu assisti às reportagens; ainda bem que agora a internet é para sempre. Então, no site da Assembleia Legislativa, há as reportagens de 2013, e nós estávamos lá, nas galerias, implorando, implorando para que o Funpemp não fosse dissolvido. Eu me lembro de que, madrugada a dentro, no dia da votação, nós e os companheiros do Serjusmig, os companheiros da saúde, viramos a noite implorando para que o Funpemp não fosse extinto, porque ele era saudável e era gerido pelo nosso Ipsemg. E o discurso lá, naquela época, era...

Eram dois fundos. Eu vou explicar. Eu sou professora do primário, gente. Minha aula é meio bagunçada, mas todo mundo aprende a ler, não é, Bia? Eram dois fundos: o Funpemp e o Funfip. A desculpa do Estado, na época, era fazer um fundo só para otimizar a gestão. A justificativa agora é criar novamente dois fundos para que a gestão seja otimizada? Há alguma coisa errada! E, no final das contas, quem paga a conta são os servidores. E, neste caso, vou ler de novo os números: 98.402 trabalhadores em educação da ativa e 180.381 trabalhadores em educação aposentados.

E aí há um recorte histórico que eu gostaria de fazer. O sindicato que eu represento aqui, com muita honra e com muito orgulho, sem os meus companheiros aqui presentes, sempre defendeu a realização de concursos públicos. Nós sempre dissemos que isso precisava ser uma política de Estado, que precisava ser uma política continuada, e não concursos esporádicos, resultado, muitas vezes, da nossa luta, de greves nossas que os governos – alguns mais, outros menos – particularmente sempre desrespeitaram. Então, não é possível que cause espanto – porque é uma pauta que sempre esteve na nossa boca, que sempre esteve presente nesta Casa, nas nossas reivindicações – o fato de o número de aposentados ser superior ao número de servidores ativos. No ano passado, venceu o prazo de um concurso. O governo nomeou todas as vagas divulgadas desse concurso, mas 27 mil trabalhadores que haviam sido aprovados, com cargos vagos existentes, não foram nomeados por falta de vontade política do governo. E o prazo do concurso venceu. O que significa isso? Então, é importante que esse recorte seja feito.

A professora – e eu sou professora com muito orgulho – terá que passar 40 anos na sala de aula. A sala de aula não é um castigo para nós, mas a sala de aula traz implicações para a nossa vida que só quem esteve dentro de uma sala de aula sabe o que significa. Quem fez essa proposta não sabe o que é uma sala de aula; quem fez essa proposta não sabe o que as professoras do Estado de Minas Gerais enfrentam cotidianamente. Não estão enfrentando agora, presencialmente, mas enfrentam com o facão do teletrabalho no seu pescoço o tempo inteiro, um teletrabalho que não atinge os alunos, uma educação remota que – nós não vamos nem discutir isso aqui porque não é a pauta – exclui, que exclui os pobres, que exclui os negros, que exclui os quilombolas, que exclui os povos originários, que exclui a população carente deste estado. Mas o facão no pescoço da professora está lá, para preencher planilha, para preencher anexo, para responder mensagem no WhatsApp, para participar de reunião remota sem ter condições, com o salário parcelado, atrasado, sem ter acesso à internet na sua própria casa. É isso que nós estamos enfrentando neste momento de pandemia. E aí a professora...

Uma outra questão: muitos estados foram usados como exemplo, mas houve estados que não alteraram a idade mínima, inclusive, reduziram a idade das professoras, por exemplo. Por que esses exemplos não são trazidos? Goiás foi um estado que fez isso, Sergipe também. Isso não é discutido. A emenda constitucional, que é a grande desculpa para que isso seja posto neste momento, não altera a idade mínima, não impõe a alteração. Não impõe. Qual é a justificativa para que isso aconteça?

E aí eu vou falar sobre o questionário. Nós também o respondemos, mas não o apresentamos. Nós fizemos as nossas críticas, mas a proposta – e eu fui muito bem contemplada, nós fomos, pelo nosso companheiro Rilke –, a discussão precisa ser pela receita do Estado, não nas costas de quem ganha menos, não nas costas do servidor, que já contribuiu. Sabe o que é mais espantoso, Professor Cleiton? A gente discutir aqui. Eu assisti atentamente ontem às exposições dos meus companheiros, e uma coisa me chamou a atenção: fala-se muito da alíquota extraordinária, que é para todo mundo, não é só para o aposentado. Quer dizer que nós somos contra a alíquota extraordinária, e a ordinária? Não está O.K. a ordinária. A alíquota extraordinária é tão absurda! (– Ri.) A ordinária também, mas a alíquota extraordinária para o aposentado é tão absurda, que, às vezes, as pessoas não compreendem.

Então, eu vou dizer, para quem está assistindo a esta exposição e é trabalhador – e não precisa ser trabalhador só em educação, não –, que é trabalhador do Estado e que já está aposentado, que não contribui, dentro dos 150 mil da educação, que eu disse aqui: se essa reforma for aprovada, o efeito imediato para você é a redução, dentro da faixa de R\$2.001,00, de 14% no seu salário. É isso. Nós vamos contribuir mais e não vamos nos aposentar. E, se conseguirmos nos aposentar, os vencimentos de aposentadoria serão infinitamente inferiores aos praticados hoje para o trabalhador da ativa. Simples assim: contribuir mais, pagar a conta que não é nossa e passar fome no final. Porque, para nós, é isto: é passar fome.

Tenho uma outra observação – já caminhando para as considerações finais – que considero importante que é a gente também... (– Intervenção fora do microfone). Sim. (– Ri.) Meu tempo está encerrado, eu já percebi, vou concluir. É importante que a gente discuta: não é momento de debater essa reforma. Srs. Deputados que nos assistem remotamente, Srs. Deputados e Deputadas que estão aqui, não é hora de discutir a penalização do servidor público – que doou, que doa, que enfrenta a pandemia, que presta trabalho remoto, que atua na atribuição para a qual prestou concurso, independentemente de qual seja, neste momento, discutir a retirada brutal de direitos. Porque o benefício previdenciário também é um direito, não é? Tem hora em que a gente fica pensando que não é. "Ah, a reforma administrativa está paralisada, então não há retirada de direito". Há sim. O benefício previdenciário é um direito, salário do servidor é um direito. Então, existe, sim, retirada de direitos.

Eu, para finalizar, de verdade mesmo, agora – professora sindicalista sempre fala mais –, gostaria de fazer um apelo em nome da humanidade, em nome de cada trabalhadora e de cada trabalhador em educação deste estado, que não tem condições de estar aqui neste momento e nem nos momentos posteriores, porque nós não sabemos aonde essa pandemia vai parar. Vocês têm a chance de entrar para a história como a legislatura que protegeu os servidores públicos do Estado. Não queiram entrar para a história como a legislatura de 2013, que foi responsável pelo fim do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais. Vocês podem ser a legislatura que salvou o Ipsemg, que é patrimônio do servidor público.

E, com essas palavras, eu encerro. Um abraço aos nossos companheiros que nos acompanham, aos colegas sindicalistas que permaneceram aqui. Muito obrigada aos deputados, ao presidente Cristiano. E, só para terminar de verdade: esses 15 minutos de fala não substituem o processo de negociação da vida das pessoas. E isso é importante que seja dito. Esses 15 minutos de fala não substituem a vida de quem já contribuiu com o Estado, de quem ainda contribui. Muito obrigada.

O presidente – Muito obrigado, Sra. Denise de Paula, coordenadora do Sind-UTE em Minas Gerais, pela fala, pela exposição, pela expressão. E, na sua pessoa, os nossos cumprimentos a todos os trabalhadores da educação de nossa Minas Gerais.

Dando sequência agora à intervenção dos parlamentares.

### **Palavras dos Deputados**

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de poder fazer a leitura completa deste pequeno texto. V. Exa. me permite?

O presidente – Pois não, deputado.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, presidente. Quero cumprimentar todos os sindicalistas que aqui se encontram, dizer que a presidente do Sind-UTE está corretíssima. Imaginem: se ela está se queixando que 15 minutos não substituem a participação popular, imaginem o próprio deputado, que terá apenas 3 minutos.

Presidente, eu me sinto no dever de ocupar esta tribuna. Segunda-feira, o colega deputado Gustavo Valadares veio a esta tribuna dizer que faria a defesa do Poder Legislativo, alegando que estava sendo agredido. Eu agradeço ao deputado Gustavo Valadares, que, apesar de não ter citado o meu nome, todos nós sabemos que suas palavras foram direcionadas à minha pessoa – eu também estou sendo agredido –, citando a tramitação do PL nº 1.451, que tratava da recomposição da perda inflacionária, dizendo que foi rápida. O projeto chegou na ALMG no dia 6 de fevereiro e foi aprovado em 2º turno, no dia 19 de fevereiro.

Devo esclarecer a todos que, nessa época, a Assembleia não estava trabalhando dentro de período de pandemia e também não havia restrição a qualquer deputado para exercer suas atribuições em seus mandatos. Ou seja, não havia nenhum prejuízo a qualquer deputado ou à participação popular. Todos os governistas e os demais tinham paridade de armas, e os servidores participaram efetivamente. Devo esclarecer ao colega deputado, aos demais líderes e ao presidente Agostinho Patrus que sempre tratei com respeito meus pares e a todos, e sempre vou buscar tratá-los dessa forma. No entanto, o presidente Agostinho Patrus e os líderes precisam entender que, quando você não é ouvido dentro de sua casa, quando apenas um pequeno grupo de parlamentares – ou seja, os líderes – é ouvido, o que fazer?

Estamos há quatro meses nesse processo de votação remota e me sinto agredido por se terem reduzido a quase zero nossas atribuições, pois somente os líderes são ouvidos. Sr. Presidente Agostinho Patrus, quantas vezes eu venho pedindo a V. Exa. para ouvir os outros deputados; quantas vezes pedi ao presidente para ouvir os presidentes de comissões. Sr. Presidente, quero lhe ser muito sincero: cuidado ao ouvir apenas os elogios; muitas vezes eles nos cegam, pois soam muito bem aos nossos ouvidos – não só aos seus, mas aos de qualquer ser humano. Já pedi ao presidente duas vezes que nos permita encaminhar os projetos do processo Covid por pelo menos 3 minutos. Estamos votando sem poder discutir, sem poder encaminhar, sem poder sequer fazer contato com outro deputado sobre a matéria, pois não estamos juntos no Plenário. Tudo isso reduz drasticamente a capacidade de articulação de nossos mandatos.

Sr. Presidente Agostinho Patrus, só estou cobrando do presidente dos líderes porque não estou sendo ouvido. Se estou gritando do lado de fora é porque não sou ouvido aqui dentro. Não é apenas este deputado que não é ouvido, outros deputados também estão insatisfeitos, mas para não se indisporem com o presidente não falam, ficam calados. Sr. Presidente, desculpe-me, mas não consigo ficar calado. Se estou sendo duro em minhas críticas, também peço desculpas por isso, mas não é esse o Parlamento que aprendi a admirar, a respeitar por sua capacidade de diálogo, de ouvir a todos no debate e na efetiva participação popular. Depois de estabelecido o processo de votação remota, quem são os relatores? Como era antes? Quando falo que os demais deputados não são ouvidos é porque não são.

Sr. Presidente, a única coisa que tenho feito – usando a tribuna remotamente, pois é a única forma que me resta – é um grito de socorro. Deixe os deputados exercerem seus mandatos. Não reduza ainda mais nossas prerrogativas, pois, se não podemos fazer audiências públicas, se não podemos usar a tribuna, só nos resta gritar do lado de fora; só nos resta dar um grito de socorro. Para alguns, está sendo muito cômodo, ora por serem base do governo, ora pelo perfil de atuação, mas, para aqueles que são forçados no processo legislativo, seus mandatos foram castrados, reduzidos a quase zero.

Sr. Presidente Agostinho Patrus, ouça outros deputados; ouça aqueles que desejam exercer seus mandatos na plenitude. Neste momento, quando deveríamos discutir amplamente a reforma da Previdência com a população, estamos impedidos pela pandemia. Dessa forma, suspenda a tramitação. V. Exa. possui total autonomia para suspendê-la. Defenda as prerrogativas de seus pares; defenda seus pares para que eles exerçam os seus mandatos em sua plenitude; defenda-os para que o Poder Legislativo continue sendo o poder e a voz do cidadão.

Agradeço a V. Exa., presidente, a colaboração e por me permitir dar a resposta ao colega deputado Gustavo Valadares. Tenho respeito por ele, pelo deputado André Quintão, pelo deputado Inácio Franco, pelo deputado Ulysses Gomes, pelo deputado Sávio Souza Cruz, pelo deputado Cássio Soares e por todos, mas os nossos mandatos estão reduzidos a quase zero. Essa é uma realidade, e o presidente precisa nos ouvir. Obrigado.

O presidente – Muito bem. Ouvimos o deputado Sargento Rodrigues. Na sequência, ouviremos a deputada Ana Paula Siqueira.

A deputada Ana Paula Siqueira – Boa tarde, presidente, deputado Cristiano. Boa tarde, colegas deputadas e colegas deputados que se fazem presentes no Plenário e por meio remoto. E também boa tarde a todos os mineiros e mineiras que nos acompanham, especialmente os servidores públicos do Estado de Minas Gerais.

Eu quero dizer que nós estamos, de fato, debatendo um assunto que desde o início da sua apresentação, desde a entrega, naquela que não era sexta-feira 13 mas foi uma sexta-feira de terror, quando recebemos o texto dessa proposta, dessas matérias na Assembleia, e que descobrimos, enfim, que era um texto realmente muito complicado, porque não tratava apenas da questão previdenciária – como havia sido inicialmente verbalizado pelo governo –, mas trazia também questões relativas à reforma administrativa e outros aspectos complexos... Nós estamos desde essa data dizendo à Assembleia, dizendo ao povo mineiro, dizendo aos nossos colegas deputados e deputadas que não é momento de discutirmos esse assunto, em plena pandemia, em pleno momento tão difícil para a nossa sociedade, com tantas mortes, com tantas perdas, o Estado com tanta dificuldade de garantir a vida dos nossos mineiros, de garantir o funcionamento do hospital de campanha em Belo Horizonte, com dificuldade de entrega dos respiradores.

E aí aparece uma reforma desse tamanho, com um texto complexo, agressivo, que realmente impacta muito a vida das servidoras e dos servidores do Estado, num momento que impede a participação popular – que é um direito constitucional de todos – e sob a argumentação do prazo até 31 de julho, que foi estabelecido em dezembro do ano passado pelo governo federal, quando não havia ainda a situação da pandemia. Se tivesse mais respeito com os nossos servidores, mais respeito com os processos participativos, o governo de Minas já teria apresentado ao governo federal uma proposta de adiamento dessa data. Pelo que me consta, o governo ainda não o fez, embora ontem tenha saído uma matéria em um dos grandes jornais de circulação aqui em Minas dizendo que o governo federal já sinaliza a perspectiva do adiamento dessa data para dezembro de 2020. Eu espero que, de fato, isso aconteça, porque nos dá a garantia de poder discutir esse projeto mais para a frente, sem ser a toque de caixa, com tanto desrespeito à nossa população.

Fiz um pedido na CCJ, por meio de um requerimento – antes da tramitação do projeto na própria CCJ –, para que tivéssemos uma audiência pública com a Secretaria de Planejamento, a fim de conversarmos e entendermos melhor as propostas. Essa reunião aconteceu nesta segunda-feira. Infelizmente o projeto já havia sido aprovado na CCJ e na outra comissão. Na CCJ nós votamos, e eu votei "não" à reforma, porque o parcelamento, o fatiamento que foi apresentado lá ainda não garante o nosso debate profundo. Ainda há muitos problemas no texto que vão afetar a vida dos servidores.

A gente pode considerar que o seminário que está acontecendo é uma vitória, uma oportunidade para ouvirmos publicamente todos os sindicatos, as associações dos servidores. A suspensão da tramitação desses projetos também pode ser considerada uma vitória dos trabalhadores do Estado, mas é principalmente uma oportunidade para que todos os servidores e os cidadãos do Estado de Minas que não são servidores mas são usuários dos serviços possam compreender o que nós estamos falando.

Na segunda-feira, o governo apresentou a proposta com seus secretários; nós vimos alguns exemplos na parte da manhã, e ouvimos ontem e hoje 40 associações e sindicatos, que manifestaram o quanto essa reforma vai afetar a vida dos servidores, e ainda sem uma comprovação da garantia de que todo esse massacre que se propõe fazer ao servidor público vai garantir a estabilidade do déficit do Estado. O servidor público não é responsável pelo déficit do Estado, essa responsabilidade é das administrações que vieram, de outras gestões; isso não é um problema do servidor. Mas, neste momento, com essa reforma, o que se pretende é penalizar, sim, o servidor público. Diante de tantas falas muito bem colocadas, muito bem pontuadas, contextualizadas, estudadas, com dados que eu não preciso repetir porque os sindicatos e associações apresentaram em minúcias todos os impactos que vão recair sobre a vida de servidores e servidoras, e também da demonstração de que esse processo todo não vai resolver o problema do Estado...

Na verdade, ele vai penalizar os servidores. Então, eu queria reafirmar aqui o meu pedido para que essa matéria tenha a tramitação suspensa efetivamente na Casa, para que tenhamos, pós-pandemia, a oportunidade de fazer um debate ampliado, um debate realmente rico, com proposituras, e possamos pensar realmente em estratégias que vão garantir ao Estado a capacidade de cobrir as contas, sanar o déficit sem penalizar o servidor e a servidora. Queria deixar esse pedido aos meus pares, às minhas colegas deputadas e aos colegas deputados. Diante de tantas falas, de tantas apresentações contextualizadas, quero deixar claro que este não é o momento adequado para este debate sobre questão tão prejudicial à nossa sociedade.

O presidente – Com a palavra, a deputada Celise Laviola.

A deputada Celise Laviola – Boa tarde, presidente, deputado Cristiano Silveira. É bom vê-lo na presidência. Quero lembrar que estivemos, no mandato passado, juntos na Comissão de Direitos Humanos; fizemos um trabalho juntos, quando o senhor presidia a comissão e eu era vice-presidente. Também caminhamos juntos em vários outros momentos e construímos uma amizade, que é – acho – o que fica de mais importante. Quando assumimos e resolvemos seguir a carreira política, temos que aprender a construir as amizades, porque a gente vai carregar muitos fardos, vai haver muitas coisas, mas, se a gente constrói isso, carregamos muita coisa boa, não é? No final, ficam muitas coisas boas.

Deputada Beatriz Cerqueira, estamos aí hoje; amanhecemos aí, não é Bia? Professor Cleiton também esteve conosco o dia todo; deputado Raul Belém, nosso líder do governo, também nos acompanhando aqui; deputado Bartô; todas as deputadas e todos os deputados que estão nos acompanhando virtualmente também; todos os representantes de sindicatos e de categorias. Vou pedir desculpas e pedir licença para fazer, de uma forma especial, na pessoa do Lincoln, esse cumprimento, considerando que sou sindicalizada e juntos – não é, Lincoln? – lutamos pela fundação do nosso sindicato dos servidores do Legislativo. Então, quero fazer essa homenagem ao colega de luta e de batalha pela criação do nosso sindicato; na época era um tabu, mas nós conseguimos. O sindicato está aí até hoje nos prestando um serviço relevante, sempre muito atento a todas as nossas questões. Às vezes as pessoas pensam que são poucas, mas as questões dos servidores do Legislativo são muitas, não é Lincoln? Então, quero agradecer-lhe o trabalho e o carinho que tem conosco, e, na sua pessoa, agradecer a todos os representantes o trabalho que vêm fazendo.

Hoje eu já tive a oportunidade de falar, presidente, mas quero só reforçar mesmo que nós estamos aqui abertos ao diálogo, levando as reivindicações. É nosso interesse. O Professor Cleiton hoje já aderiu à nossa emenda da alíquota extraordinária, e isso é muito bom, é importante estarmos juntos e unidos. E entendemos – viu, presidente? – a postura do bloco de oposição em não assinar, pois entende que ainda existe a expectativa, a possibilidade de não haver a tramitação dos projetos. Isso é perfeitamente compreensível. São exatamente as ideias diferentes que fazem surgir o debate e que criam a democracia.

Denise, eu não preciso manifestar a admiração que tenho por você, pois seria chover no molhado. (– Risos.) Mas a importância da representatividade aqui... Eu tenho dito que a gente entende que o momento é muito diferente e não é o ideal, mas o problema é que nós não contávamos com o que está havendo neste momento; ninguém sabia que haveria uma pandemia, ninguém sabia que estaríamos nessa situação. Então, eu acho que a nossa realidade mudou um pouco e acho até que as nossas vidas vão mudar muito deste momento para a frente.

Eu acho que essa tragédia será um marco de comportamentos, um marco de trabalho, de formas de trabalho e de muitas coisas que vão se tornar parte do nosso comportamento cotidiano, como essa incômoda máscara que fica toda hora caindo. Eu acho que nós vamos ter, por muito tempo e em muitos momentos, que utilizar meios que não tínhamos o hábito de utilizar, não é? Então, é uma mudança muito radical e, claro, toda muda mudança é sofrida, traz impacto, muda a vida da gente.

Eu parablenho vocês por estarem aqui participando mesmo assim. Por quê? Porque se é esse o espaço que a gente tem, que pelo menos ele seja bem aproveitado. Eu acho também, Denise, que ele não substitui a fala de todos, mas pelo menos a Assembleia está abrindo esse espaço. Então, aproveito para reforçar a nossa posição com relação à alíquota extraordinária, a nossa briga com relação às alíquotas e a questão da migração para a Previdência complementar, que também nos preocupa. Hoje, acompanhando o debate muito de perto, vi que há a questão das pensões também. Quer dizer, são muitas coisas que a gente precisa melhorar e aperfeiçoar.

Então, a gente está aberta ao diálogo. Agradeço a abertura do diálogo com vocês, com a participação de vocês, e também a abertura no governo para isso. O nosso líder do governo tem nos levado ao governo para discutirmos, enquanto servidores, algumas questões, para que a gente possa ajudar a aperfeiçoar o projeto, assim como o farão todos os nossos colegas que estão envolvidos nisso também. Eu disse que nós temos aqui deputados classistas – como a própria colega Beatriz, que vem da categoria –, mas eu

acho que esse é um assunto que interessa a todos, é um assunto importante para todos, considerando-se que é o servidor público que faz o Estado acontecer.

Então, considerando toda essa importância e relevância, quero reforçar o nosso trabalho e dizer que estamos abertos ao diálogo. Quero parabenizá-lo – viu, presidente? – pela condução hoje; parabenizar a Mesa por essa abertura, essa iniciativa. Eu tenho elogiado a Mesa pelo trabalho que vem fazendo durante esse período da pandemia, a responsabilidade que vocês assumiram para a realização dos trabalhos na Casa Legislativa. E, mesmo que haja críticas – e isso sempre vai existir –, vocês assumiram a responsabilidade. Isso é muito importante, e acho que é isso que está mantendo... Parabenizo a Mesa, parabenizo o nosso Colégio de Líderes também, que junto com vocês está tomando essas decisões. Eu o faço em nome do líder do nosso bloco, deputado Gustavo Valadares, também do nosso líder de governo, que está presente, deputado Raul Belém, e dos nossos servidores da Casa, meus colegas servidores desta Casa que estão fazendo o Parlamento acontecer mesmo na quarentena, mesmo com a pandemia. Há assuntos importantes sendo tratados, e esta Casa acontecendo, ou seja, nós não paramos de trabalhar. Devemos isso à responsabilidade e à forma como a Mesa, o Colégio de Líderes e os nossos servidores vêm atuando para que o nosso trabalho aconteça. Muito obrigada, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputada Celise, sempre muito respeitosa com os colegas, sempre muito respeitosa no debate das ideias na Casa. Fica aqui o meu registro, os meus cumprimentos pela sua postura como deputada, e o agradecimento por ter sido tão parceira quando fui presidente da Comissão de Direitos Humanos. Obrigado.

Com a palavra, a deputada Marília Campos.

A deputada Marília Campos – Presidente, boa tarde. Cumprimento a deputada Celise, a deputada Beatriz Cerqueira, o deputado Cleiton e os demais deputados e deputadas que acompanham esta audiência.

Eu queria primeiro dizer que ainda não apresentei nenhuma emenda, não assinei nenhuma emenda, embora tenha sido convidada, por exemplo, pela deputada Celise. A gente tem feito uma discussão no bloco de oposição, no Bloco Democracia e Luta, para que a gente faça isso de uma forma mais coletiva, mas ainda apostando que nós não deveríamos votar nenhum projeto de reforma da Previdência neste momento em que não ocorre debate. O que nós estamos fazendo nesta semana é ouvir atentamente as entidades sindicais que apresentam toda a complexidade e o impacto que essa reforma trará para a vida dos servidores e também para a vida dos familiares dos servidores. Eu concordo com aqueles e aquelas que disseram que essa reforma vai fazer com que os servidores, seja pelas regras de transição, seja pelo cálculo da aposentadoria, tenham a sua aposentadoria dificultada cada vez mais. Então, vão trabalhar muito mais e vão ganhar muito menos pelas regras de cálculo da aposentadoria. As alíquotas que estão sendo criadas particularmente para aposentados e pensionistas que ganham abaixo do teto, a criação de fundo de Previdência, o fundo previdenciário, que é o fundo de capitalização, enfim, todas essas medidas provocam, sim, o empobrecimento dos servidores públicos e impactam negativamente o serviço público. Eu não tenho a menor dúvida disso.

Esse processo que a gente abriu nesta semana não é um processo de diálogo; é um processo em que nós estamos ouvindo os servidores públicos e confirmando a complexidade que representa essa reforma. Qual é o diálogo que vai ser estabelecido a partir de agora? As reivindicações, as denúncias que foram colocadas, como vai ser estabelecido o processo de negociação? Então, creio que não deveríamos debater no sentido de... Agora foi um momento em que se abriu o debate, mas nós não podemos encerrá-lo agora. E digo também que a participação do governo foi muito ineficaz. As perguntas que foram feitas para o governo... Eu, por exemplo, perguntei sobre o impacto nas contas públicas com a criação do fundo de capitalização que no passado foi extinto – em 2013 – e agora se retoma.

Na minha opinião, impacta negativamente as contas públicas do Estado. Com a resposta que o secretário Otto, de Planejamento, deu, ele não respondeu à minha pergunta. Ele sempre mente. Começou a discutir as obras do Ferrugem, em Contagem. Aliás, foram buscados recursos, na época em que eu era prefeita, para obras que foram executadas e continuam sendo executadas pelo



Estado. Mas o secretário não respondeu a questão que eu abordei, assim como não respondeu várias outras questões que foram colocadas.

Então, não apresentei nenhuma emenda porque ainda não pude perceber em que momento, de fato, vamos negociar com o Estado as questões que estamos colocando e que são extremamente problemáticas. Nós não podemos permitir o enfraquecimento da prestação do serviço público. Nós não podemos permitir o empobrecimento do servidor público. A questão das pensões é gravíssima. Gravíssima! O servidor que vai ganhar... Nós poderemos ter servidores que vão ganhar – servidores não, pensionistas que poderão receber R\$627,00 no caso de quem ganha aposentadoria de R\$1.045,00. A pensão vai para R\$627,00, menos de um salário mínimo. Então, qual é a pressa? Por que tanta pressa, a não ser uma imposição?

Eu estou assistindo ao debate, mas extremamente agoniada, agoniada com a situação da pandemia. Estou aqui com os dados de Contagem. Ontem nós tivemos a confirmação de 99 óbitos em 2.025 casos confirmados. Isso significa uma taxa de letalidade de 4,88. A média de letalidade no Estado é de 2,13. Em Contagem, está em 4,88. Por quê? O que está acontecendo? Estou agoniada com essa questão, agoniada para saber como a gente pode intervir, como vai ser o processo de negociação. Eu sou da Comissão de Trabalho, onde, inclusive, nós faremos um substitutivo. É a próxima comissão. Estou ouvindo atentamente todas as contribuições dos servidores. Nós poderíamos fazer um substitutivo contemplando todas as emendas aprovadas, todas as questões colocadas aqui, neste debate.

Em que momento essa negociação vai ocorrer? Eu não sei o desfecho, deputado Cristiano, que preside esta reunião. Esta semana de debates não pode simplesmente ser finalizada com a imposição daquilo que o governo quer. Nós não podemos aceitar isso. O Poder Legislativo pressupõe a participação popular. Ele pressupõe ouvir a população, ouvir os servidores. E para a gente, que está aqui participando de forma remota, é muito entristecedor votar um projeto dessa magnitude com este processo de participação que a gente está tendo neste momento. É isso, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Marília Campos. Com a palavra, o deputado Professor Cleiton.

O deputado Professor Cleiton – Boa tarde, mais uma vez, Sr. Presidente Cristiano Silveira, deputada Beatriz Cerqueira, deputada Celise Laviola, todos os deputados e deputadas que acompanham esta reunião remotamente, representantes dos servidores públicos e também aqueles que nos acompanham pelos canais de comunicação da Assembleia.

O Dr. Alberto fez uma provocação boa aqui para o professor de história. Ele lembrou que ontem, dia 14 de julho, foi o dia da Queda da Bastilha. Celebrou-se aí a Revolução Francesa. Deputado Cristiano, a Revolução Francesa criou uma tríade: liberdade, igualdade e fraternidade. A liberdade provocou o surgimento do liberalismo; a igualdade, o surgimento do socialismo; e a fraternidade se perdeu. Mas, neste momento, a gente pode até resgatá-la. Já que a gente não espera fraternidade por parte do governo novo, é uma forma de a Assembleia Legislativa ser fraterna com os servidores e retirar da pauta essa questão, esse tema da reforma da Previdência no momento em que se espera fraternidade de nós, deputados, visto que este não é o momento de se discutir isso.

Também queria, fazendo alusão à Revolução Francesa, dizer que lá nós tivemos um documento chamado Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, que preconiza o surgimento das chamadas constituições. Era um recado exatamente da Assembleia para dizer ao rei: agora o senhor não manda mais; quem manda é o poder que vem do povo, a partir dos seus representantes. Esse é um recado também. Quem pauta o que nós vamos discutir aqui não é o governo executivo, é o povo, e o povo, através dos servidores públicos, está pedindo, neste momento, que nós não andemos com esse projeto.

Eu queria só ler dois artigos desse documento que é tão caro para a civilização ocidental. (– Lê:) "Art. 13 – Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração é indispensável uma contribuição comum que deve ser dividida entre os cidadãos de acordo com suas possibilidades." Os servidores públicos estão apresentando aqui que, de acordo com as suas possibilidades, aquilo que se quer cobrar deles não é possível.

O Art. 14 diz: "Todos os cidadãos têm direito de verificar, por si ou pelos seus representantes, a necessidade da contribuição pública, de consenti-la livremente, de observar o seu emprego e de lhe fixar a repartição, a coleta, a cobrança e a duração", desde que haja tempo para isso ser discutido." Lá em 1791, deputada Beatriz Cerqueira, está nos ensinando a Revolução Francesa a aplicarmos isso na nossa atividade parlamentar.

Eu gostaria rapidamente, deputado Cristiano Silveira, de ler também o que o povo está dizendo aqui, no nosso chat. Sérgio, de Ipatinga: "A credibilidade alegada da Assembleia está sendo colocada à prova diante desse desafio de não se dobrar à covardia desse governo que veio para massacrar o servidor público. Não tenham dúvidas de que o reflexo no serviço prestado à população será também devastador".

Kim, que não é o Kataguirí, de Ibirité: "O escalonamento das alíquotas não representa uma justiça social; é uma armadilha pela simples recomposição salarial. Devido às razões meramente inflacionárias, o servidor anda na tabela e, com isso, ele vai acabar pagando mais e recebendo menos".

Questionaram as alíquotas extras. Falaram que o servidor federal ganha três, quatro, cinco vezes mais que o servidor estadual. Então, não é justo que o servidor de Minas pague essa conta.

Igor Pinheiro, de Belo Horizonte: "Os servidores públicos não são inimigos da população. Não é ofensivo defender a previdência pública e direitos assegurados pela Constituição Federal e pela Carta Mineira. Ofensivo é destruir os direitos dos servidores que são de todos na calada da noite, no meio da pandemia, como quer fazer o governo".

Só a última aqui, da Lucilene, lá de Itajubá. A Lucilene escreveu muita coisa. Ouviu, Lucilene? Depois vamos pedir que o pessoal aqui publique em algum lugar dos canais de comunicação, porque são muitas contribuições. Eu vou destacar uma contribuição sua aqui: "A reforma proposta pelo Zema é muito pior que a federal e também que aquelas feitas por outros estados. É uma reforma perversa, que vai ensejar o sucateamento dos serviços públicos e piorar muito as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores do serviço público mineiro. Que essa proposta tenha sido enviada sem qualquer discussão efetiva e no meio de uma pandemia é ofensivo à Assembleia e aos servidores."

Há algumas contribuições. São 16 páginas, presidente, que nós temos de contribuições aqui no chat, às quais depois a gente pode dar uma resposta, como Casa Legislativa e representante dessas pessoas. Obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Professor Cleiton. Na sequência, com a palavra, nosso outro professor, deputado Professor Irineu.

O deputado Professor Irineu – Boa tarde, meu presidente Cristiano Silveira. Quero, em sua pessoa, cumprimentar toda a Mesa e parabenizá-la pelo trabalho. Quero cumprimentar também o nosso presidente Agostinho Patrus e o Colégio de Líderes pela condução dos trabalhos aí na Assembleia, assim como nossos colegas deputados e deputadas. Está me ouvindo, presidente?

O presidente – Estamos sim, deputado. Ouvindo bem.

O deputado Professor Irineu – Obrigado. Quero cumprimentar a deputada Celise Laviola, a deputada Beatriz Cerqueira e o deputado Professor Cleiton, que presencialmente acompanham este debate. De maneira muito especial, queria cumprimentar os representantes dos sindicatos, das entidades, das associações, que nesses dois dias estiveram com a gente. Eu fiz questão de estar presente, muito próximo, ouvindo cada demanda, cada colocação de cada um deles. Quero parabenizar cada um pela forma como trouxe as suas contribuições e as suas insatisfações, o que nos leva a pensar, presidente que está conduzindo este trabalho hoje, que, no caso da Previdência, e isso está muito claro, o trabalhador, o servidor público não tem de pagar essa conta sozinho.

Tivemos, em 2013, um governador que confiscou os recursos dos trabalhadores; tivemos depois outro governador que confiscou os depósitos judiciais. E assim vai. Agora querem que o servidor público pague esse tanto de conta. Realmente não dá para

acontecer isso. Hoje a gente vê no País inteiro, na sua grande maioria, uma alíquota-teto de 14%. Estão querendo chegar a nossa a 22%. Realmente fica muito delicado a gente aprovar uma proposta dessa, sobretudo neste período de pandemia.

Outro aspecto tem chamado muito a minha atenção também: é que, às vezes, as pessoas escondem as coisas, tanto os governos quanto os municípios, dizendo que a receita caiu na época da pandemia. Isso não é verdade. A receita do Estado se mantém intacta; ela se mantém a mesma se comparada com o período de janeiro a 30 de junho deste ano. É a mesma! E não é porque a Vale do Rio Doce fez depósitos ou porque outras empresas fizeram depósitos. Não, é porque realmente o empresário brasileiro continua pagando seus impostos, continua contribuindo de uma certa forma para o Estado. Então isso não é motivo para esse desespero.

Eu quero deixar muito clara a minha posição. Nós precisamos ouvir os servidores. Foram importantes esses dois dias de seminário, e muito. Quero parabenizar esta Casa. Gostaria muito de estar presente, mas infelizmente fomos recomendados a participar remotamente. Mas quero parabenizar muito esta Casa pela condução dos trabalhos e deixar para cada um dos representantes das entidades e dos sindicatos que nós precisamos realmente protelar e deixar que esse projeto seja votado no futuro. Nada de votar isso na correria, na última hora. Precisamos dizer que nós ainda podemos ouvir os trabalhadores. A Previdência não é do governo, a Previdência é dos servidores. Então isso interessa principalmente a cada servidor, a cada servidora.

Mesmo neste momento de pandemia, fui procurado por várias e várias entidades. O pessoal da Polícia Civil está todo desesperado. O pessoal do Ministério Público, os professores, o da área médica, o das artes, todos estão com problemas. A gente precisa entender, o governo tem de compreender que ele precisa das pessoas. Não dá para ser desse jeito.

Então eu quero parabenizar mesmo a Casa, parabenizar os nossos representantes pela disposição, pela coragem de, neste momento difícil, levar suas contribuições e inclusive suas propostas. Não levou só... Apresentaram propostas. E isso é muito importante, isso significa maturidade. Nós não podemos usar apenas o voto como aspecto da democracia. Democracia também é saber ouvir as pessoas. Acho que este é o momento em que a gente precisa ter sabedoria para poder tomar decisões. Esta Casa será o juiz desse projeto. Nós certamente somos os responsáveis pelo que vai acontecer. Agradeço a oportunidade. Um grande abraço e parabéns, mais uma vez, pela condução, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Professor Irineu. Um grande abraço. Na sequência, com a palavra, nossa companheira deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde, deputado Cristiano, que está presidindo esta Mesa; boa tarde novamente, deputada Beatriz, deputada Celise e deputado Professor Cleiton.

Quero parabenizar todos os servidores e os sindicalistas que participaram desta tarde. Tenho acompanhado tudo muito de perto no sentido de aprender e também de exercitar a capacidade de ouvir a todos durante o seminário. É importante a escuta. Infelizmente é insuficiente; não representa a participação democrática necessária para este debate.

Aí quero acrescentar. Vi de perto sobre a alíquota extraordinária. De fato, soa como inconstitucional, como confisco. Há, ainda, a extinção do Ipsemg, a inconsistência sobre o argumento do déficit, a fonte de custeio e de receita como apareceu em alguns debates. É possível discutirmos como combater a sonegação dos amigos do rei.

Mas queria aqui reforçar e queria ter informações mais claras sobre uma questão. Soube que o secretário de Planejamento de Belo Horizonte tem negociado diretamente com o secretário especial da Previdência sobre os prazos da portaria. Belo Horizonte saiu de lá muito animada com o possível adiamento desses prazos que impõem que venhamos discutir com tanta urgência pelo menos a adequação das alíquotas. O problema é que já saímos muito longe além da alíquota. Então, queria saber, até mesmo de outros parlamentares, como, de fato, está essa negociação; se, de fato, o governo do Estado tem feito esforço para que o prazo imposto por essa portaria seja estendido. Portaria não impõe, não coloca nenhum Estado de joelho para o governo federal. Existe o pacto federativo para isso. Queria saber como está essa negociação. Por que digo isso? Durante a Lei Kandir, acompanhamos de perto; a Assembleia Legislativa teve um protagonismo nas negociações, mas o governo do Estado ficava muito omissivo. Esse lugar da omissão

já não cabe mais. Já há dois anos de governo, e o governador precisa tomar a postura de quem de fato tem condições de governar o Estado.

Também quero reforçar a necessidade de esta Casa se posicionar e exigir do governo transparência sobre o caixa do Estado. Tanto o seminário da manhã quanto o de agora à tarde vêm trazendo dúvidas que precisamos sanar, de fato, ouvindo e fazendo com que o Estado dê transparência para os processos de isenção fiscal e para como está o caixa do Estado. Nós, parlamentares, não podemos legislar no escuro. Isso é inadmissível. Digo por mim que não cabe a nós legislar sobre algo que traz insegurança jurídica, que pode ser questionado judicialmente no futuro. Não podemos dar anuência, de forma alguma, para esse projeto de esvaziamento do Estado.

Para finalizar, quero dizer aqui também que, em relação às emendas, ao mérito do projeto, temos tomado a posição de que precisávamos ouvir as pessoas, porque, neste momento, mais do que fazer emendas, fazer intervenções ou suprimir artigos abusivos como o que aumenta o tempo de trabalho das mulheres – uma perseguição constitucional às mulheres –, é importante dizer que o método que estamos adotando é inconstitucional, pois não há participação. Num momento da pandemia, desse número de mortos, de um Estado que ainda não conseguiu dar resposta para a calamidade que pode matar a mim, o governador ou qualquer outro servidor, não é o momento de se estar discutindo a reforma da Previdência, ainda mais quando estamos mudando regime da Previdência. Não é só alíquota, mas, sim, o futuro do Estado de Minas Gerais que está em jogo. Então, na minha avaliação, precisávamos aprofundar mais, garantir tempo para que o servidor possa fazer um debate qualificado nas suas bases e que esse debate qualificado venha para a Assembleia; e, a partir daí, de fato, poderemos discutir o mérito e não apresentarmos neste momento emendas, mesmo que compactuemos com umas emendas que estão sendo já discutidas. O mérito precisa vir depois de uma consciência de que democracia não pode ser trocada por formulário. Agradeço pelo espaço e quero dizer que estou à disposição, no mandato, também para ouvir as contribuições dos servidores.

O presidente – Obrigado, deputada Andréia. Muito bem. Com a palavra, deputado Betão.

O deputado Betão – Está me escutando bem, presidente?

O presidente – “Eu te ovo”. (– Risos.)

O deputado Betão – Sr. Presidente, boa tarde. Queria cumprimentar todos os deputados, todas as deputadas e também todos os oradores representantes dos sindicatos que estiveram presentes no dia todo hoje, assim como os que estiveram no dia de ontem e que nos trouxeram muitas informações.

Não quero ser repetitivo, presidente, mas é importante registrarmos a posição com relação a essa situação que estamos vivendo. Estamos chegando hoje ao final da escuta. Ouvimos dois secretários, que trouxeram PowerPoint que mais pareciam um manual de eletrodoméstico, sem aprofundar nas questões, e o que é pior: sem responder a diversas perguntas – essas, sim, aprofundadas em diversos pontos. Eles não permitiram aos servidores entender determinadas partes da proposta. Depois escutamos os sindicatos, que são uníssonos: não dá para discutir dessa forma, não dá para a Assembleia permitir que haja uma tramitação de uma proposta dessa complexidade em três dias de discussão. Hoje mais de 3 mil mineiros adquiriram Covid-19. Temos dezenas de óbitos.

A portaria que estabeleceu o prazo de 31 de julho – já fui informado aqui que deve ser prorrogada para dezembro – está com os dias contados. E amanhã está previsto, além das votações que vamos fazer na parte da manhã sobre procedimentos relacionados à Covid-19, o retorno dos secretários e o compilamento das propostas dos sindicatos. Mas que propostas? A proposta de 99% dos sindicatos, se eu não estiver enganado, se não forem 100%, é adiar a tramitação, é segurar essa tramitação, porque não é possível à maioria dos sindicatos fazer as suas assembleias, discutir com suas categorias em meio a uma situação de pandemia. Não pode o governo querer se aproveitar da pandemia, de um processo de calamidade pública que foi estendida até o final do ano, para tentar aprovar essa reforma da Previdência na Assembleia Legislativa.

Isso seria uma verdadeira covardia. Entendo que a maioria dos deputados não vai aceitar que essa proposta possa ir adiante. Então, Sr. Presidente, gostaria de registrar essa posição (– Falha na transmissão do áudio.) porque é uma (– Falha na transmissão do áudio.) Não podemos considerar esse seminário como um seminário que vai, definitivamente, apresentar propostas para serem votadas na Assembleia. Obrigado, presidente. Passo para frente. Desculpe-me pela conexão.

O presidente – Obrigado, deputado Betão. Só no finalzinho que falhou um pouco sua conexão, mas conseguimos, no conjunto, ouvir bem a sua intervenção. Com a palavra, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, boa tarde. Boa tarde aos colegas parlamentares, deputados Cleiton, Celise e Raul Belém, que estão aqui presentes, e a todos os nossos colegas parlamentares que acompanham virtualmente.

Quero deixar um forte abraço aos meus colegas dirigentes sindicais e falar da importância da escuta. Para nós que fazemos essa luta cotidiana, todo espaço é importante para trazermos os nossos gritos, as nossas falas, as denúncias. Então, acho que foram dois dias muito importantes, muito importantes. A ausência – sabe, Rilke... Vir aqui não é, de maneira nenhuma, pactuar com qualquer outra coisa, mas trazer a fala. Este espaço de poder precisa ouvir sempre. Não é o formato que queremos, não é o momento que queremos, mas a escuta de vocês, a ocupação deste espaço é muito importante. Então, quero agradecer, parabenizar e dizer da importância. Só não entendeu quem não quis; os baixos salários, só não entendeu quem não quis. Se a Assembleia está dizendo que vai escutar e que, a partir da escuta, vai trabalhar, a escuta aqui tem uma questão unânime. Não é o momento da tramitação desse projeto – não durante a pandemia. Os sindicatos não tiveram condições, não têm condições para o diálogo com as suas categorias. Portanto, não é o momento dessa tramitação. Se o seminário tem o objetivo da escuta, o resultado desse seminário não tem outra direção senão a de que a tramitação não pode acontecer de forma paralela à pandemia. Está muito clara, muito explícita a importância da fala de cada um e de cada uma.

A gente teve outro aspecto, que foi a completa ausência de aprofundamento por parte do governo do Estado. O governo não aprofundou discussões, não respondeu os nossos questionamentos. Eu havia dito, na segunda-feira... Quero, em respeito e em homenagem a minha colega de profissão que hoje coordena o Sind-UTE, reforçar aquilo que eu trouxe, na segunda-feira: o governo está destruindo a aposentadoria específica do magistério, chamada de aposentadoria especial. A Denise lembrou algo fundamental: com o fato de a reforma ter sido feita nacionalmente, a única questão que, obrigatoriamente, os estados e os municípios precisam cumprir é a discussão das alíquotas; todas as demais questões não obrigatoriamente precisam ser impostas aos seus servidores, desconsiderando a realidade.

Então, quero fazer o alerta final de que o texto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ –, de que o texto aprovado na Comissão de Administração Pública, que foi o mesmo, destrói a aposentadoria específica, chamada aposentadoria especial do magistério. A aposentadoria específica do magistério existe por uma razão: é o reconhecimento da sociedade, na redemocratização do País; veio na Constituição de 1988 dizendo: "Olha, essa é uma profissão tal, que acumula um desgaste físico e emocional. Portanto, a sociedade reconhece esse desgaste, e esse reconhecimento vai se transformar numa aposentadoria específica que tem uma redução de cinco anos e tem a integralidade dos seus vencimentos". O governo destrói a aposentadoria específica porque, primeiro, os 25 anos farão com que a professora perca 57% do seu salário. Então, não está garantida a aposentadoria específica. Segundo, quando estabelece a média... Para se ter a média de 100% de todas as remunerações, são necessários 40 anos de sala de aula; isso para se ter uma remuneração inferior ao seu salário da ativa. Então, o critério de tempo é o mesmo para todos na reforma da Previdência do Zema; portanto está-se destruindo a aposentadoria específica do magistério, e eu quero trazer esse alerta a todos que estão nos acompanhando.

Citava como exemplo – finalizo, presidente, com esse exemplo – uma professora que, apesar de ter passado 17 anos dos seus 25 anos sem nenhuma política remuneratória que fizesse recomposição inflacionária – e essa é a realidade da educação; foram 10 anos de vencimentos básicos completamente congelados... Mas, numa hipótese bem otimista, essa professora conseguiu andar muito

na sua carreira, nos seus 25 anos, e chegou ao final dela, Professor Cleiton, recebendo R\$4.000,00, como professora em atividade. Pela regra dessa reforma, que já passou nas duas comissões, ela vai se aposentar, se cumprir os seus 25 anos, com R\$1.708,00. Então, a professora que lutou e chegou, com todas as dificuldades, a uma remuneração de R\$4.000,00 na atividade vai se aposentar com R\$1.708,00, com os seus 25 anos de magistério, além das questões relacionadas à idade – e nem cheguei a elas. Mas, há aí também um descompasso porque a maioria da categoria do magistério é constituída por mulheres, e ninguém até agora respondeu porque o Zema está aumentando a idade das mulheres, inclusive mais do que a dos homens. Essa é uma pergunta que permanece sem resposta, o que faz com que a gente permaneça na luta contra a reforma da Previdência.

Não apresentei nenhuma emenda a essa reforma porque estou, nesse momento, alinhada ao posicionamento do funcionalismo público, das entidades sindicais de que a reforma precisa ter a sua tramitação interrompida enquanto perdurar a pandemia. Depois desse processo, a gente entra no debate, na disputa parlamentar, nas emendas, no processo legislativo, que é perfeitamente saudável e democrático. Mas, durante a pandemia, com essas cadeiras que ficaram vazias, aqui, por três dias, com o sindicato sem condições de promover as assembleias com as suas categorias... Vocês não são absolutos, vocês representam; e representatividade não é instituição nem aqui no Parlamento nem na organização sindical. Tenho a liberdade de falar isso porque é um lugar que conheço, é a minha origem, e eu não saio dessa minha origem. Então, acho que, se a Assembleia vai ouvir tudo o que foi discutido nesses dias de debate, a conclusão é exatamente esta: não é o momento de fazê-lo.

Faltou-nos, no debate – assim finalizo, presidente –, o contexto da reforma da Previdência. A reforma da Previdência promovida pelo governo Bolsonaro foi uma opção política, foi uma agenda política, pareceu algo inevitável. O governo Bolsonaro poderia ter mexido na dívida pública, que consome 40% do orçamento da União, mas foi mexer na Previdência, que tem 23% e que tem um caráter de redistribuição de renda. Foi uma opção política, foi uma agenda política. Então, essa reforma da Previdência sempre será, antes de tudo, uma agenda política. Esse contexto da reforma nacional precisa ser lembrado nos debates que precisamos fazer. Deveríamos estar gastando energia, primeiro, no enfrentamento à pandemia. As pessoas estão me perguntando sobre várias questões. O Carlos da Asthemg, ontem, trouxe um relato que foi um tapa na cara de todos nós: como os profissionais da saúde estão morrendo, estão sendo contaminados, estão enfrentando essa pandemia. Enquanto eles fazem isso, o governo quer retirar direitos básicos em relação à aposentadoria. O primeiro momento acho que era este: o de cuidar da vida, das pessoas.

O segundo momento era um debate em profundidade de uma reforma tributária. O governo está fazendo às avessas; está usando a reforma da Previdência para tirar do salário do servidor, para promover uma reforma tributária às avessas, mantendo a Localiza pagando menos impostos, mantendo os benefícios e as isenções fiscais, como sempre foi feito. Então, está completamente invertido o processo, porque está retirando dos mais pobres. Então, contem com o nosso compromisso de luta em defesa dos servidores e dos serviços públicos, porque é esse o nosso compromisso de trabalho, de luta aqui, no Parlamento mineiro. Obrigada, presidente, pela gentileza do tempo e do processo do debate.

O presidente – Obrigado, deputada. Tentei aqui, durante as intervenções dos deputados, estabelecer o prazo pactuado pela Mesa, mas sempre com tolerância para que o pensamento pudesse ser concluído, havendo já então a crítica da forma como está se dando o processo, no esforço de ter a melhor exposição possível do pensamento dos nossos nobres parlamentares.

Quero dizer que, no seminário, na minha opinião – pelo menos nos dias de ontem e de hoje, ao ouvir os sindicatos –, há o entendimento médio, praticamente um consenso, da inoportunidade do debate da matéria, neste momento, em decorrência da pandemia, da Covid, do momento em que estamos vivendo. Sempre lembro, inclusive, os estados governados pelo meu partido, o PT, que procederam à reforma, como a Bahia, onde esse debate durou em torno de oito meses. Então, talvez, se o governo realmente levar em consideração e estiver interessado no que dizem as entidades sindicais, poderia suspender essa discussão por um prazo para que ela pudesse ser aprofundada.



Chamo a atenção também para outros aspectos que surgiram, no decorrer do debate, como a questão da extinção do Funpemp, entre 2013 e 2014; a questão da capacidade fiscal financeira do Estado de proceder ao pagamento dos servidores com aporte dos recursos extras; o fato de haver um déficit de reajuste da maioria do conjunto dos servidores, nos últimos sete anos; a questão de – já que a gente está falando da lógica fiscal, porque o custo e a despesa da folha, inclusive dos aposentados, acabam entrando no custo de folha – o Estado, hoje, não fazer uma revisão dos chamados regimes especiais de tributação, que são da ordem de R\$6.800.000.000,00 em recursos.

Então, isso tudo trouxe o conjunto do debate que esta Casa precisa fazer, que a Casa precisava fazer. De toda forma, aqui, hoje, tentamos cumprir uma etapa, dentro daquilo que foi possível: a discussão e a audição dos representantes das instituições. A minha opinião, o sentimento que tenho é que o desejo da grande maioria – na verdade, não vi ninguém ser, radicalmente, contra – é debater a Previdência, apesar de marcar posições que são questionáveis – e é natural que assim seja. Ninguém foi taxativo em dizer que não podemos fazer uma discussão, que isso é cláusula pétrea, mas todo mundo alerta para a questão de que o debate ocorre com as suas limitações. Então, se teremos um momento em que será entregue aos representantes do governo e ao governo o que apuramos, o que recebemos, mesmo de forma limitada, dos trabalhadores, isso é o seguinte: precisaríamos de mais tempo para fazer esse debate, essa discussão. Essa é a minha opinião, respeitando todos os colegas que pensam o contrário.

#### **Encerramento**

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 16, às 14 horas, com a ordem do dia regimental, e para as especiais também de amanhã, às 10 horas e logo após a realização da reunião ordinária, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

### **ATA DA 30ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/7/2020**

#### **Presidência do Deputado Cristiano Silveira**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Pronunciamentos de Deputados – Encerramento.

#### **Comparecimento**

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Leninha – Leonídio Bouças – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

#### **Abertura**

O presidente (deputado Cristiano Silveira) – Às 10h5min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

#### **Ata**

– O presidente, nos termos do § 3º do art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.737/2020, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

### **Destinação da Reunião**

O presidente – Destina-se esta reunião a debater proposições relacionadas à pandemia de Covid-19.

### **Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos**

O presidente – A presidência, diante da emergência de saúde pública ocasionada pela pandemia de Covid-19 e da importância da adoção de procedimentos de prevenção à infecção e à propagação do vírus e tendo em vista a necessidade de preservar a continuidade das atividades parlamentares e legislativas, esclarece que a reunião especial destinada a debater proposições relacionadas à pandemia de Covid-19 será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737/2020, observando-se as seguintes diretrizes:

- 1) O deputado poderá se inscrever para fazer o uso da palavra pelo prazo de 5 minutos. A inscrição deverá ser realizada pelo Sistema de Informações Legislativas – Silegis – e obedece às normas de preferência para fazer o uso da palavra estabelecidas no § 2º do art. 157 do Regimento Interno.
- 2) O prazo para inscrição é aberto às 12 horas do dia anterior à reunião especial e se encerra no término da referida reunião.
- 3) Será cancelada a inscrição do deputado que, chamado, não estiver on-line no sistema de comunicação remota utilizado pela Assembleia. Nesse caso, o deputado deverá se inscrever novamente se ainda quiser fazer o uso da palavra.
- 4) Havendo problemas técnicos ou perda de conexão, a presidência passará ao próximo orador inscrito, e, assim que o deputado voltar a se conectar, ele será chamado para continuar o seu pronunciamento pelo tempo que lhe restar.
- 5) Não será admitido aparte ao pronunciamento do deputado.

### **Pronunciamentos de Deputados**

O presidente – A presidência passará a palavra às deputadas e aos deputados inscritos, lembrando que cada parlamentar disporá de 5 minutos para seu pronunciamento. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Fernando Pacheco.

O deputado Fernando Pacheco – Perfeitamente, presidente Cristiano Silveira. Bom dia especial a V. Exa., que preside esta sessão, a todos os deputados e deputadas também presentes.

A discussão do momento é sobre a pauta da votação de amanhã, e eu sou um dos autores do Projeto nº 2.081/2020. Nós havíamos feito o Projeto nº 1.912, que foi incorporado com mais novos projetos, e eu creio que melhorou muito todo o contexto porque deu uma dinâmica de novas diretrizes para podermos juntar ideias comuns. No caso, a minha ideia – presidente e demais deputados e deputadas – era para créditos do BDMG poderem ser liberados a custo subsidiado pelo Estado para indústrias poderem alterar sua própria forma industrial e também terem esse incentivo para produzirem álcool em gel, máscaras, aventais, EPIs que estão diretamente ligados à pandemia. Isso seria uma alternativa para darmos uma oportunidade às indústrias que queiram – aproveitando que já existe instalado – fazer adaptações para sua produção não ficar parada, uma vez que o comércio e a distribuição logística do produto estão muito aquém do normal pelo processo de pandemia.

Entendo que esse projeto é muito importante. O Estado poderá, sim, via BDMG, suplantar condições para isso acontecer. A junção desse projeto com os demais deu uma dinâmica muito mais ampla e também uma diretriz muito melhor para o Estado. Então, essa proposta que eu apresento e que se incorporou ao Projeto nº 2.081/2020 – que será votado amanhã – tem muita urgência e temos que aprová-la. Peço a todos os deputados que sejam unânimes na aprovação porque visa a um planejamento e um bem comum neste momento até o encerramento de todo o ciclo de pandemia, porque iremos conviver com esse contágio por um bom tempo, até mesmo depois de calamidades públicas, porque vai continuar a contaminação.

Eu queria encerrar a minha fala dizendo que Minas Gerais está com 82 mil casos confirmados, 1.752 óbitos e em torno de 85% dos leitos de UTI ocupados – uma questão muito preocupante. O governador está hoje em Além Paraíba entregando cinco respiradores dos quais nós conseguimos fazer uma intermediação junto à SES. Eu não posso ir lá porque estou em isolamento e

também porque tenho o seminário da tarde, a reunião de hoje. A nossa região está sofrendo muito – Muriaé, Cataguases, Leopoldina, Além Paraíba – com a forte concentração de ocupação de leitos. Então, eu quero que todos dessa região específica que estou citando fiquem em casa, não saiam, não façam dessa situação crítica um risco maior. Temos que esperar essa faixa de contágio máximo passar para nós podermos voltar às nossas atividades. Vamos respeitar a insuficiência de leitos e de profissionais que há no nosso estado, na nossa região, no nosso país, e não nos expor a uma contaminação.

Assim eu me despeço, presidente. Um bom-dia e obrigado pelo espaço.

O presidente – Muito obrigado, companheiro Fernando Pacheco. Mando um abraço para você aí, na nossa Zona da Mata. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Antônio Carlos Arantes.

O deputado Antônio Carlos Arantes – Bom dia, presidente. Bom dia, nobres colegas.

Venho aqui primeiro agradecer a vocês pelas mensagens de otimismo, torcendo pela minha recuperação de Covid. O difícil é ficar dentro de um quarto isolado como eu estou, mas faz parte. Quero também mandar um abraço para o meu amigo, deputado João Vítor. Eu espero que ele também esteja como eu, sem nenhum sintoma, porque é muito mais tranquilo.

Eu queria falar muito rapidamente, presidente, sobre a reforma que nós estamos discutindo e que votaremos rapidamente – espero que seja logo. O pessoal está falando que essa reforma vai ser um desastre. Gente, o desastre já aconteceu. Quando o Antonio Anastasia era governador, ele dizia: "Olha, as despesas estão crescendo, e as receitas não estão acompanhando. Eu estou no sinal amarelo, não posso avançar em despesa senão eu chegarei no vermelho". O governo Pimentel assumiu, e veio uma crise – inclusive em nível nacional, na época da presidente Dilma -, que dificultou mais ainda os repasses. O Estado com déficit alto, e também é verdade que ele soltou muito, contratou muita gente e aumentou muito a despesa. Houve também o desastre de Mariana, que impactou seriamente.

Bom, aí se encerra o mandato: o pagamento dos servidores atrasado, devendo para muitas empresas. O Estado estava numa situação muito difícil. Aí veio o governador Romeu Zema: equipe competente, séria, cortou despesa o máximo que pôde – essa é a realidade. Mas no dia 25 de janeiro aconteceu o desastre de Brumadinho, que afetou muito a economia mineira. O próprio governador Zema dizia que a despesa sobe de elevador e a receita sobe de escada, quer dizer, a despesa cresce muito mais rápido. Ele tinha que fazer ações fortes e ele fez muitos cortes de despesa, conseguiu de forma competente por meio do seu secretariado e de sua equipe. A Assembleia teve papel fundamental, o presidente Agostinho fez tudo que pôde, deu a sua contribuição; nós, deputados, fizemos também, mas a verdade é que o grande déficit do Estado é realmente o grande problema hoje. Fruto disso, de tantas despesas elevadas e receita diminuída... E agora vem ainda o coronavírus e a economia despenca novamente. Resultado: falência do Estado.

Então, não é a reforma que vai ser o desastre. O desastre vem acontecendo, e nós temos que admitir que estamos quebrados, o Estado está quebrado. Então, o governo está querendo levantar o Estado. Infelizmente, todo mundo vai pagar a conta, todo mundo. Eu me preocupo com essa reforma pelo seguinte: se todo mundo vai pagar a conta, os que ganham menos têm que pagar uma conta menor. Há pessoas que estão para se aposentar e, de repente, vão ter que trabalhar mais cinco anos; pessoas que, às vezes, já contribuíram e já trabalharam muitos anos. Então, nós precisamos nos debruçar sobre essa reforma e buscar fazer ações com um impacto menor para esses trabalhadores. Mas não adianta pensarmos que não há reforma e que o Estado possui saída sem reforma, não adianta. A situação é gravíssima e temos que fazer a nossa parte.

Então, eu estou aqui para ajudar, para contribuir. Estou no meu quarto, assisti a todos os debates, analisando junto com vocês. Conte comigo, estamos juntos.

Mas vamos falar de coisa boa também – rapidinho porque está terminando meu tempo. Primeiro, a Covid em Minas Gerais já tem (- Falha na transmissão do áudio.) que envolve exame de triagem rápida, inovação tecnológica; em 20 segundos nós vamos poder ter um exame rápido e confiável. Parceria cria tecidos que neutralizam a Covid; teste comprova 99,9% de eficácia. Essa é uma

parceria que há com o Senai, com a Fiocruz e também com o Laboratório Bio-Manguinhos. Quer dizer, a ciência brasileira está funcionando, a ciência brasileira está trabalhando para fazer o melhor para o povo brasileiro.

Então, minha gente, vamos acreditar. Há muita coisa acontecendo neste país. É só ver o setor agropecuário, que sempre foi o pilar e está salvando este país. Então, há muita coisa boa, mas meu tempo está encerrado. Que Deus proteja a todos nós, que essa Covid passe e que a inovação traga saúde, a forma de combatê-lo, trazendo saúde para as pessoas. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Antônio Carlos Arantes, companheiro para quem todos nós desejamos a plena recuperação, assim como para o colega deputado João Vítor Xavier.

Dando continuidade, com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, bom dia. Bom dia aos colegas parlamentares. Deixo um abraço e votos de rápida recuperação aos nossos colegas que testaram positivo para a Covid-19.

A motivação da minha inscrição, presidente, é tentar entender a dinâmica da Secretaria de Estado de Educação. Nós temos uma Comissão de Educação composta por todos os blocos parlamentares, com a diversidade de opiniões, de posicionamentos ideológicos, mas eu estou sempre trazendo questões depois que elas estouram, porque o governo não consegue constituir um processo prévio de diálogo. A minha motivação ao me inscrever é exatamente em função dos debates de enfrentamento ao novo coronavírus – aprovamos propostas desde o dia 1º de abril -, para tentar entender como, com quase duas mil pessoas mortas pela Covid-19 no Estado, com o colapso do sistema de saúde que nós já enfrentamos no Estado, a Secretaria de Estado de Educação faz uma orientação de entrega de kit-merenda neste momento, que fará com que profissionais da educação e alunos tenham que quebrar o isolamento social para buscar algo que é infinitamente menor do que as suas necessidades. Eu não compreendo esse processo.

Ontem, depois do seminário que nós tivemos na Assembleia, eu tive que me solidarizar com a família da Maria da Glória, educadora de Muriaé, que morreu, perdeu a sua vida em função da Covid-19. Não sei mais quantos trabalhadores em educação – porque não existe esse processo de protocolo – estão contaminados, estão perdendo a vida, e seus familiares. Então, eu quero é fazer um apelo ao governo do Estado para que pare de estabelecer políticas que quebrem o isolamento social. Não pode ser o governo, sobre quaisquer justificativas, a fazer uma dinâmica que imponha a servidores públicos que façam entregas presenciais; já não bastam as apostilas entregues presencialmente? Recebi dezenas de fotos de auxiliares de serviço indo à casa das pessoas entregar-lhes. Uma quebra de isolamento social, que depois que o servidor adoece e morre, o luto fica com a família. Já há em Minas Gerais mais de 5.000 trabalhadores da saúde infectados. Tivemos, durante o seminário, uma importante denúncia da Asthemg sobre as condições desses trabalhadores. Então, é muito importante que possamos fortalecer o distanciamento social e não provocar um processo em que as pessoas, os servidores públicos, quebrem esse isolamento para entregar algo que não terá impacto na vida das pessoas, essa é a avaliação de todos os diretores com quem conversei. É preciso ter outra dinâmica que não coloque em risco a vida dos servidores públicos e a vida, em específico, dos profissionais da educação.

Recebi uma nota do grupo independente de gestores escolares, em que se faz exatamente esse debate, de que o processo, mais uma vez, não foi dialogado com os gestores escolares, assim como nunca é dialogado previamente com a Comissão de Educação Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa. Não basta depois batermos palmas e reconhecermos os trabalhos dos servidores públicos, seja na área da saúde, seja na área da educação, se antes é o próprio governo do Estado que quebra o isolamento social, impondo entregas. A quebra do isolamento social também acontece pela comunidade escolar, os alunos ou os seus familiares que precisarão se deslocar para fazer esse recebimento. Vários alunos fazem uso do transporte escolar ou do transporte público para chegarem até a escola. Então, esse processo precisa ser revisto. As dinâmicas, as políticas na área da educação do Estado, precisam ser dialogadas.

Tenho repetido: é preciso conversar com quem pensa diferente; essa é a tarefa do governo, essa é a tarefa do Executivo. Você não pode só conversar com aqueles que se aproximam do seu pensamento. Você não pode criar grupos que só vão corroborar a

sua forma de fazer política. Então faço esse apelo, para que a secretaria reveja esse comportamento, essa entrega de kits, isso está orientado através de um memorando. Muitos diretores de escola têm demonstrado preocupação com esse processo, agora, no meio de um processo ascendente da pandemia, no nosso estado. Repito: deixo esse apelo para que esse processo seja revisto, para que a gente fortaleça o distanciamento social. Que todos que podem façam o isolamento e o distanciamento social. Não pode ser o governo um promotor e chamar as pessoas e os seus servidores para a entrega de qualquer situação, nesse momento. Podem ser constituídas outras formas de entrega de qualquer outro direito ou benefício que não seja este da quebra do isolamento social. É esse o meu apelo, presidente.

Estamos nos esforçando, desde abril, votando proposições importantes sobre o enfrentamento à Covid. Enquanto a gente está nesse esforço, o governo faz processo de quebra de isolamento social, impondo a servidores públicos que façam entregas de material ou de quaisquer outras questões. Então, deixo esse apelo e aguardo, ansiosamente, um retorno em relação a isso.

Deixo um novo apelo: vamos conversar antes com a Assembleia Legislativa. Existe a Comissão de Educação para isso. Obrigada, presidente.

O presidente – Muito obrigado. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta – Bom dia, presidente Cristiano. Bom dia, deputadas e deputados presentes. Primeiro quero dizer da minha preocupação quanto ao que estamos vivendo, nesse momento. Esta reunião é para a gente debater as questões da Covid.

Hoje, pela manhã, recebi um telefonema de uma paciente. Estou em Montes Claros, na minha casa. Não estou indo ao meu consultório, a minha clínica. Essa paciente me ligou hoje, pela manhã, mostrando-se muito preocupada com a questão do coronavírus, da Covid aqui, em Montes Claros, no Norte de Minas, em Minas Gerais. Ela me falava da possibilidade de uma filha, que trabalha no comércio, ter se contaminado e estava muito preocupada. É esse o sentimento que estamos vivendo. As pessoas estão convivendo com a Covid, há mais de cinco meses; muitos deles, em casa, saindo um pouquinho; às vezes, tomando um solzinho, na parte da manhã, as pessoas mais idosas, e isso cansa as pessoas, cansa o intelectual, cansa a paciência, cansa o corpo, porque se você ficar confinado dentro de casa, quase que atrofiam os seus músculos, porque você não pode fazer um exercício. O povo brasileiro, o povo mineiro está cansado, e com razão. Mas é importante que a gente comece a entender agora a dinâmica dessa pandemia, porque toda epidemia de qualquer tipo de vírus tem um começo, tem um ápice, muito mais crucial; depois, começa a regredir até que acabam os casos ou pelo menos diminuem. Isso vai acontecer, está acontecendo. Estamos no mês de julho, hoje é dia 16 de julho, e acredito que, até o mês de agosto, vamos ver (- Falha na transmissão do áudio.) aqui, em Minas, isso já estava esperado, isso é esperado que aconteça. Quando chegar em agosto, setembro e outubro, vai haver uma estabilidade dos casos, em Minas Gerais. Acredito, pelo andar da Covid aqui, no nosso estado, que vamos começar a ter o declínio da epidemia, em Minas Gerais, lá pelo mês de novembro, dezembro. Estamos apostando na vacina. Acredito que só com a vacina vamos ter o controle dessa doença, efetivamente.

Queria também dizer, presidente... Hoje, estava vendo a imprensa de Montes Claros, Gazeta, jornal de notícias, informando a liberação de recursos do governo do Estado e do governo federal para os hospitais e para os municípios. Então, graças a Deus está chegando o dinheiro do governo federal. Nem sei como o governo federal está fazendo para socorrer os municípios, nesse momento. Não há nenhum contingenciamento de recursos, em absoluto, do governo do Estado, e o dinheiro está chegando para os municípios. Só espero – estou exercendo o meu papel de fiscalizador – que os recursos que chegam, nos municípios, possam ser muito bem empregados, para evitar as denúncias de escândalos como as que estamos vendo aí, em alguns estados. Aqui, em Minas Gerais não. O governo Zema, o secretário Carlos Eduardo, estão agindo absolutamente dentro da ética, dentro do respeito e dentro da competência. Mesmo com o aumento de casos, o governo do Estado está sempre presente.

Queria também dizer que os deputados também estão cumprindo o seu papel. Tenho repassado as minhas emendas para todos os municípios, para Montes Claros... Agora mesmo conseguimos com o governo do Estado a liberação de cinco aparelhos

chamados bipap. É um aparelho que injeta o ar com pressão positiva, dentro do pulmão. Ele não substitui o respirador, porque o respirador precisa de a pessoa estar entubada. Graças a Deus, também os remédios estão chegando em tempo para que as pessoas possam ser entubadas. Esse bipap é para aquele paciente que está em estado grave, mas não precisa ser internado num CTI, entubado e colocado num respirador. O governo, prontamente, nos atendeu com cinco aparelhos bipap, que vão ocupar a UPA de Montes Claros, é um hospital de retaguarda que o prefeito Humberto Souto está colocando para funcionar.

Os deputados federais estão trabalhando. Estou vendo chegar emenda do deputado Lafayette de Andrada, do deputado Bilac Pinto, do deputado Zé Silva e de outros deputados. Mas, queria sobressaltar, presidente, o deputado Marcelo de Freitas, nosso deputado federal, que é delegado da Polícia Federal e tem dado uma assistência muito boa aqui, na região. Quero render as minhas homenagens a esses deputados federais e, de maneira muito especial, ao deputado Marcelo de Freitas.

Para terminar, presidente, (– Falha na transmissão do áudio.) o senhor também está aí há um tempo. Estou vendo aí os senadores mineiros mostrando a cara. Antigamente, os senadores mineiros, qualquer tipo de senador, eram igual cabeça de bacalhau. Você sabia que existiam lá, em Brasília, mas esses senadores não mostravam as suas caras nos estados. Ficavam falando que estavam trabalhando lá, em Brasília, fazendo não sei o quê. Mas, os senadores mineiros, o Rodrigo Pacheco, os senadores Carlos Viana e Prof. Anastasia estão acudindo também os municípios. Então, nós que somos políticos, estamos cumprindo a nossa parte.

Agora cabe dizer, presidente – para terminar – que os prefeitos estão recebendo os recursos. Os hospitais nem falo, porque os hospitais, coitados, não têm como não cumprir os recursos que chegam para a Covid, porque chega muito menos do que eles precisam. Os prefeitos e a população, nesse momento difícil, pelo amor de Deus, usem a máscara vermelha do Cristiano, usem máscara branca, máscara azul, máscara feita em casa, máscara comprada, mas usem as máscaras quando forem para o transporte coletivo, quando saírem às ruas para fazerem compras. E as pessoas de risco, os idosos, pessoas doentes, pessoas com doenças crônicas...

Fiquem em casa, para que possam cumprir o seu papel. Muito obrigado, Cristiano.

O presidente – Obrigado, deputado Carlos Pimenta. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Bom dia, presidente Cristiano, que preside os trabalhos esta manhã. Bom dia a todos os deputados e a todas as deputadas que estão presentes. Também quero cumprimentar todos que nos acompanham, que poderão ver esse posicionamento mais tarde.

Queria começar fazendo defesa de um PL de proposição coletiva, da qual faço parte, que é o Projeto de Lei nº 2.081/2020, presidente, que dispõe de ajuda financeira para municípios, empresas e agentes econômicos afetados, durante a pandemia. Esse incentivo garante condições e também exige dessas empresas uma contrapartida social. Sabemos que várias empresas, nos municípios, estão em situação difícil durante a pandemia, e esse nosso PL tem como objetivo gerar segurança, uma rede de segurança, com manutenção de empregos, medidas essenciais para superar os efeitos da pandemia sobre a população. Peço o apoio dos parlamentares na aprovação desse PL.

Esse PL também inaugura um debate importante, que virá após essa crise sanitária, que ainda não tem horizonte. Desde abril de 2020, 160 milhões de brasileiros recorreram ao auxílio emergencial. Esse valor de R\$600,00, para manter as famílias, a gente sabe que é essencial, mas não substitui as pessoas terem renda própria, terem o seu emprego. A gente precisa investir nisso, para que a crise econômica não se estenda como tem estendido a crise sanitária. A gente tem visto organizações, movimentos sociais trabalhando num plano de recuperação da economia popular. É isto que o governador Zema não tem coragem de fazer: ouvir as pessoas. Elas estão se auto-organizando e pensando em inclusão produtiva mediatas e imediatas, medidas de renda básica, distribuição de renda, retomada de contrato coletivo, de coleta seletiva. Então há uma série de ações que precisam de incentivo do Estado. E começa pela não apreensão de mercadoria dos trabalhadores informais, porque isso é também uma forma de fomentar outras formas de renda, para que as pessoas sobrevivam.



Quero também parabenizar a deputado Ana Paula Siqueira, que também apresenta um PL muito importante, que esbarra nesse tema da renda, mas, principalmente, pensando no atendimento às mulheres vítimas de violência. É muito importante que a gente incentive e que as empresas também incentivem a contratação dessas mulheres, para romper esse ciclo de violência no ambiente doméstico.

Sobre o PL nº 2.065, ele dispõe sobre o ensino remoto na rede estadual e isso demanda uma discussão um pouco mais aprofundada. Queria trazer alguns elementos a partir do que ouvi dos profissionais da educação. É uma categoria que vem afirmando que estão executando uma carga horária de trabalho maior do que a presencial. A maioria é mulheres chefes de família e estão, nesse momento, também defendendo a família, preservando a saúde da família, e elas não têm, vêm ouvindo... De fato, o governador Zema tem renegado a implementação das aulas remotas, não oferecendo qualquer tipo de suporte. Não receberam informação; não receberam equipamentos; não receberam internet; não existe uma plataforma padrão para a comunicação funcionar; o chat de aplicativo do governo não oferece recurso suficiente; obriga a utilização de WhatsApp e de e-mails. Resumindo, as trabalhadoras e os trabalhadores estão sendo obrigados a criar uma educação a distância do zero, com recursos próprios. Esse trabalho remoto vai virar uma alternativa que vai adoecer ainda mais esses trabalhadores. O resultado disso é que mais da metade dos alunos sequer estão tendo contato com esse ensino a distância, menos de 1/3 estão realizando as atividades. Esses dados precisam aparecer, para a gente debater e discutir regulamentação para o ensino a distância. Ou seja, milhões de estudantes estão excluídos desse modelo do governador.

Ademais existem projetos também que visam suspender os prazos dos concursos públicos. E isso também é um prejuízo diante dos direitos dos participantes.

E, para finalizar, eu queria trazer a preocupação a partir dessa relação dos servidores públicos com a reforma da Previdência. Diante de tudo isso, ainda esses servidores, que não têm suporte da educação, estão sofrendo agora por ter que debater uma previdência – e ficou nítido no seminário – que é um ato confiscatório do Estado. De fato, demanda tempo para que os servidores possam discutir isso.

O governador aparece no jornal, hoje, dizendo que faltam sedativos. Então estamos com o Estado em colapso, e é preciso dizer que essa quebra do Estado tem dono.

Hoje, a Polícia Civil também está prendendo várias pessoas envolvidas em fraudes no contrato da penitenciária público-privada construída em Ribeirão das Neves durante o governo Aécio Neves. Então, o Estado está quebrado, mas existe o nome de quem o quebrou. Essa carga não pode cair sobre os servidores.

Por isso, eu continuo dizendo que, neste momento, nós não podemos manter a tramitação da reforma da Previdência sem a participação qualificada dos servidores. Obrigada pelo espaço. Essas são as minhas palavras, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Andréia de Jesus. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Marília Campos.

A deputada Marília Campos – Bom dia, presidente. Bom dia, deputados e deputadas e a todos aqueles que nos assistem nesta audiência. Deixo meu abraço especial ao deputado Antonio Carlos Arantes e também ao deputado João Vítor Xavier, desejando uma recuperação rápida para que a gente possa contar com a presença maior de vocês nos debates.

Presidente, primeiramente, eu queria me posicionar em relação a alguns projetos sobre os quais eu acho importante fazer uma consideração. Primeiro, queria ressaltar a importância do projeto do Professor Wendel Mesquita, o de nº 1.739, que suspende os prazos de validade dos concursos públicos realizados. Isso é muito importante para que aquelas pessoas que tenham sido selecionadas não sejam prejudicadas no processo de viabilização do próprio concurso.

O outro projeto, da deputada Ana Paula, que cria o banco de emprego para as mulheres vítimas de violência doméstica, é muito importante, principalmente com o Estado implementando a criação desse banco, fazendo parcerias com a iniciativa privada, para desenvolver a autonomia das mulheres, contribuindo para que o processo de superação desse trauma da violência doméstica seja apoiado por uma política governamental.

E, por último, eu queria também fazer uma consideração sobre o projeto de vários deputados – inclusive da deputada Andréia de Jesus e também do Celinho Sintrocel, do Doutor Jean Freire, do Raul Belém, do Gil Pereira – quanto à concessão de crédito para pequenas empresas, médias empresas e também para os municípios. O tripé para sustentar o isolamento social neste processo de pandemia, na nossa avaliação, é muito importante: as políticas de auxílio emergencial, a questão da concessão de crédito e a questão também da liberação de recursos para os municípios e estados. Em relação à questão do crédito, eu não vi se o projeto contempla esta questão, mas talvez fosse importante também fazer com que o BDMG faça uma filiação ao Fundo Garantidor de Operações. Vejam bem: nós, através do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do Banco Itaú, já conseguimos, os bancos já conseguiram liberar R\$13.000.000.000,00 para as pequenas e médias empresas. Somente o Banco Itaú e o Banco do Brasil conseguiram atender 117 mil empresas. Isso é muito importante, não só para manter essas empresas vivas, porque nós estamos tendo muita falência de empresas, mas também para preservar os empregos no nosso estado. Então, talvez fosse importante o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais aderir a esse programa e, dessa forma, contribuir para manter a atividade econômica e os empregos em Minas Gerais.

Outra questão que eu queria colocar é que eu também tenho um senão em relação ao Projeto nº 2.065, do nosso colega deputado Doorgal Andrada, especialmente, deputado, porque se computa a carga horária das atividades que foram feitas de forma remota. Como houve uma exclusão muito grande de estudantes, eu acho extremamente complicado considerar essas atividades remotas como dias letivos. Então, seria importante rever esse projeto. Eu acho que ele é importante, mas é preciso modificá-lo para atender à necessidade também daqueles que não puderam ter aulas.

Segundo, eu queria colocar uma questão muito triste em relação à pandemia. Os dados de Contagem são muito assustadores. Eu, inclusive, apresentei um requerimento, solicitando informações à Prefeitura de Contagem e, ontem, tive acesso a alguns dados. Nós estamos com 102 óbitos em Contagem. Isso significa uma taxa de letalidade de 4,89%. Para 2.025 casos, 4,89% é a taxa de letalidade, e isso é muito maior do que a taxa de letalidade, por exemplo, de Betim, que é 3,31%; de Belo Horizonte, que é de 2,5%; e do próprio Estado, que é de 2,14%. Então, preocupa-me muito essa taxa de letalidade, deputado Cristiano. Para concluir, eu apresentei um requerimento, então, para cobrar uma avaliação da Prefeitura de Contagem do porquê dessa letalidade tão alta no município.

E, por último, eu não poderia deixar de colocar também a questão da reforma da Previdência, talvez respondendo um pouco para o deputado Antonio Carlos Arantes. A gente não está se negando a discutir a reforma ou a fazê-la, só não podemos concordar com a rapidez, com fazer a discussão sem participação popular. Nós estamos ouvindo os sindicatos, as associações, estamos confirmando a complexidade da reforma, que é um verdadeiro saco de maldades, um sacrifício enorme para os trabalhadores, não apenas da ativa, mas, inclusive, aposentados e pensionistas. A própria reforma institui cobrança de alíquota para aqueles aposentados e pensionistas que ganham menos do que o teto do INSS. E há também a própria pensão por morte, deputado Cristiano: podemos ter pensão de aposentados de R\$627,00, menos que um salário mínimo.

Então, essa reforma é um sacrifício muito grande para os servidores do Estado, e tudo isso em nome de um equilíbrio. Mas a gente sabe que só virá salvação para Minas Gerais, não à custa do servidor público, mas através do crescimento econômico do Brasil e do nosso estado.

Essas são as minhas palavras. Obrigada, deputado Cristiano.

O presidente – Com a palavra, para seu pronunciamento, nossa outra companheira, deputada Ana Paula Siqueira.

A deputada Ana Paula Siqueira – Bom dia, presidente. Bom dia, colegas deputadas, colegas deputados, todo o povo mineiro que nos acompanha no dia de hoje. Eu quero hoje, presidente, fazer aqui uma fala acerca dos projetos que vamos votar amanhã, no Plenário. São vários projetos, todos extremamente importantes, mas eu quero destacar um projeto de minha autoria, o Projeto nº 176/2019, que prevê um novo objetivo na política de atendimento às mulheres vítimas de violência no Estado. Ele incorpora à

legislação um banco de empregos para mulheres vítimas de violência. O projeto pretende que o governo estabeleça um banco de empregos, articulando parceria com órgãos privados, com outros entes, para priorizar o atendimento a essas mulheres que já sofrem tanto em casa, no seu ambiente familiar com a violência doméstica.

Eu tenho um dado que quero compartilhar, um levantamento feito no ano passado pelo Instituto de Pesquisa DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência. Esse estudo apresenta que 27% das mulheres que foram entrevistadas declararam já ter sido vítimas de violência doméstica. Dessas 27%, 34% afirmaram que dependem financeiramente do agressor. Então, nós estamos falando de um problema muito sério, porque as mulheres que são vítimas de violência, além de não conseguirem quebrar esse ciclo da violência, estão subordinadas pela questão financeira. Essas mulheres, em geral, sofrem doenças psicossomáticas em função da violência, sintomas de pânico e ainda depressão. Para quebrar esse ciclo, para a gente virar essa chave, é muito importante dar a essas mulheres a oportunidade da sua autonomia financeira. A dependência financeira é um dos principais fatores geradores e de permanência da situação de violência doméstica. O trabalho gera renda, o recurso, a grana para que a mulher tenha condições de atender às suas demandas, às suas necessidades, aos cuidados com os seus filhos, ao cuidado com si própria, mas, muito mais do que a renda, o trabalho dá a essas mulheres força, ele dá confiança, ele abre novas perspectivas.

E é especialmente neste momento de enfrentamento da pandemia, em que é crescente o número de ocorrências de violências domésticas contra as mulheres, que eu quero pedir aqui aos meus pares, às minhas colegas deputadas, aos meus colegas deputados que possamos amanhã fazer uma votação positiva, afirmativa nesse Projeto nº 176, dando para as mulheres de Minas Gerais a perspectiva de que o Estado de Minas vá tratar essa política, esse perfil como política pública prioritária, que demanda atenção, que demanda foco, especialmente neste momento, em que é crescente o número da violência, mas que também já sinaliza que o pós-pandemia será um momento muito difícil para a economia, será um momento em que nós teremos menos disponibilidade de emprego, em que nós teremos uma maior precarização dos trabalhos. Então, ser tratado como política pública, priorização para as mulheres vítimas de violência será extremamente importante, será uma mão estendida para esse perfil que tanto sofre.

Eu queria destacar aqui também que são vários os aspectos envolvidos na questão da violência contra a mulher. Este, da busca pelo banco de emprego, eu acredito muito que vá trabalhar a autonomia financeira da mulher, vá trabalhar a autoestima e vá certamente nos permitir, daqui a um certo tempo, discutir outras políticas, porque as mulheres terão condições de o Estado, em parceria com outros entes, com outras instituições, com outras empresas, priorizar o atendimento a elas.

E quero também destacar, presidente, para a gente poder encerrar, que hoje eu estou falando da violência doméstica com foco nesse projeto, para o qual eu espero muito poder contar com o voto de cada um de vocês, mas eu também quero destacar que nós, mulheres, vivemos outras tantas violências, como essa violência que está descrita nos projetos apresentados pela reforma da Previdência. Somos nós, mulheres, as mais prejudicadas; somos nós, mulheres, as mais violentadas, porque violência não é só agressão física, violência é você tirar delas, das mulheres, a expectativa do seu sustento, é tirar 14%, 15%, 16% da sua renda, que é para comprar uma medicação, que é para buscar um alimento saudável para os seus filhos. Então, aproveitando este meu debate da violência, eu quero destacar que a reforma da Previdência, como ela está apresentada hoje, é também, sim, uma forma de violência a tantas servidoras e tantas servidoras aposentadas e pensionistas, que entregaram sua vida ao Estado e que hoje recebem, em contrapartida, uma proposta que afronta as mulheres.

Muito obrigada, presidente. Obrigada a todos. Conto com o voto de vocês amanhã.

O presidente – Obrigado, deputada Ana Paula. Quero dizer que a matéria é de fundamental importância e dizer que V. Exa. apresenta um projeto de lei que altera a Lei nº 22.256, de julho de 2016, de minha autoria. Na ocasião, a gente já dizia sobre a importância de debater medidas de acolhimento, medidas que reduzissem o impacto da violência contra a mulher. Inclusive, já à época falávamos da criação de uma bolsa transitória para a mulher vítima da violência e dependente economicamente do agressor. Então, penso que, na linha do aprimoramento daquilo que nós aprovamos – e tive a oportunidade de ser o autor do projeto –

avancaremos na discussão de medidas que consigam realmente garantir a segurança, a proteção, o sustento das mulheres lamentavelmente ainda vitimadas no nosso estado. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Bom dia a todos. Bom dia, presidente.

Gostaria aqui de, mais uma vez, fazer um pedido ao presidente Agostinho Patrus para que possa aperfeiçoar e ampliar a participação de todos os deputados e deputadas no processo legislativo, inclusive, fazendo reuniões com o colégio de presidentes de comissões, como forma de atender às diversas sugestões dos presidentes de comissões, para que estas possam voltar a fiscalizar os atos do Poder Executivo, ou seja, reativar os pulmões da Assembleia. Estamos recebendo várias demandas de servidores da segurança pública, denúncias sérias que precisam ser investigadas e ser objeto de audiências públicas, para que possamos buscar esclarecimentos sobre as irregularidades em secretarias e órgãos da segurança pública em Minas Gerais; para que possamos aprovar os requerimentos, cobrando esclarecimentos e correções dos problemas; e, inclusive, para que possamos pedir a abertura de inquéritos junto à Polícia Civil, à Polícia Federal e ao Ministério Público Estadual.

Por outro lado, há denúncias de servidores em seu respectivo ambiente de trabalho sobre o não cumprimento da lei das recomendações das autoridades sanitárias e falta de apoio dos diversos dirigentes de órgãos da segurança pública.

Que também possa ouvir os presidentes de comissões com o objetivo de contribuirmos com sugestões para aperfeiçoar o processo legislativo. É necessário aperfeiçoar o processo legislativo, como discutir as matérias, encaminhar, fazer emendas, pois, no modelo remoto, estamos sem poder usar diversos dispositivos regimentais. Considerando que o governador já enviou o projeto de lei que pretende estender o decreto de calamidade pública até 31 de dezembro de 2020, a Assembleia de Minas precisa, inclusive, melhorar as ferramentas disponíveis aos deputados e deputadas para que tenhamos melhores condições de trabalho em nosso gabinete ou no trabalho remoto. Eu falo aqui, presidente Cristiano Silveira, do meu gabinete, neste momento, pelo computador, mas ele não possui webcam. Eu tive que comprar um tripé e colocar o aparelho celular. Quando eu recebo uma ligação, a minha transmissão é interrompida. Isso vem ocorrendo diversas vezes e atrapalha o nosso trabalho, seja aqui, na Assembleia, ou seja no trabalho remoto. E, mesmo estando presente na Assembleia, deputado Cristiano, eu não consigo executar a minha missão porque o computador não foi preparado para este momento de pandemia. Nós não imaginávamos que estaríamos vivendo este momento, por isso as ferramentas de trabalho dos deputados e deputadas precisam merecer atenção por parte do presidente desta Casa.

Por fim, quero novamente solicitar ao presidente que possa suspender a tramitação da reforma da Previdência, inclusive, se necessário, acionar a Procuradoria da Assembleia para ingressar com ação judicial a fim de suspender os efeitos da Portaria nº 1.348, do Ministério da Economia, garantindo assim as nossas prerrogativas, dos parlamentares, e, ao mesmo tempo, garantindo a efetiva participação popular nos debates. Nós não discordamos em fazer o debate da reforma da Previdência. Nós entendemos que ela é necessária, que ela precisa ser discutida, mas não no modelo remoto de trabalho que hoje está prevalecendo aqui, na Assembleia de Minas. Neste modelo, nós não temos como exercer as nossas funções e atribuições a contento e muito menos garantir a participação popular. Então, faço aqui, mais uma vez, ao presidente, esse apelo, para que ele possa suspender a tramitação até que encontremos uma outra forma ou, no mínimo, até garantirmos que essa tramitação possa atender àquilo que nós, diversos deputados e deputadas, estamos pedindo, que é a garantia das nossas prerrogativas parlamentares, a garantia de realização de audiências públicas e a efetiva participação popular. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues.

Dando sequência, continuando aqui os debates desta manhã, vamos ouvir agora o deputado Doutor Jean Freire, direto do Vale de Jequitinhonha. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Doutor Jean Freire

O deputado Doutor Jean Freire – É isso aí, Sr. Presidente, muito obrigado. Estava faltando essa parte. Bom dia a todos e todas, aos colegas deputados e deputadas, ao povo mineiro, ao povo do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, a todos que nos acompanham agora pela TV Assembleia. Em especial, queria muito aqui cumprimentar todos os servidores dessa Casa, os servidores que estão se

expondo, indo ao trabalho, fazendo com que este momento de reuniões possa acontecer. Esses servidores que estão se expondo ao risco, indo ao trabalho, são servidores que, neste momento, sofrem dois riscos: de pegar o vírus, pegar a doença, a Covid-19, e de serem também sacrificados pelo governo do Estado nessa "desreforma" da Previdência. Então, eu quero aqui deixar o meu carinho, o meu afeto, o meu abraço a cada um dos servidores dessa Casa que estão aí e mesmo aos que estão em casa também.

Nós estamos aqui firmes, fazendo coro a essa parte da fala do Sargento Rodrigues e de tantos outros deputados, que têm pedido também que esse projeto não tramite antes que se faça uma ampla discussão. Já iniciamos esta semana com seminários, mas é preciso ir além, é preciso realmente escutar as pessoas para que se faça algo. Reforma é algo para melhorar, não é? Quando a gente vai fazer uma reforma na casa da gente é para melhorar, e não para piorar, e não para penalizar aqueles que sempre são penalizados.

Sr. Presidente, caros colegas deputadas e deputados, eu estou evitando falar dessa reforma da Previdência neste momento, porque, a meu ver, deveríamos todos nós estar preocupados em debater como enfrentar esta pandemia, como enfrentar este momento que estamos vivendo. A gente vê na TV, e parece que, em alguns lugares, as pessoas se acostumaram e começam a fazer aglomerações. Se olharmos, a média de mortes no Brasil continua a mesma. E, lá no início, quando falavam que em Minas Gerais estava tudo bem, nós estávamos avisando, e hoje a gente vê Minas como um dos estados onde estão crescendo as mortes. Ora, meus colegas deputados, uma coisa é estar de fora, completamente de fora desse processo, e as pessoas sofrem, mesmo assim, só de ver na televisão, só de assistir, só de ver um ou outro andar de máscara na rua, só de ver alguém a distância, não poder abraçar, não poder dar as mãos. Só isso já faz o sofrimento. Outra coisa é estar na linha de frente. Eu acho que todos nós, parlamentares, todo homem público, mulher pública, temos a real função de estar na linha de frente, porque a política também é um jeito de cuidar das pessoas. Eu dizia desde o início que poderia chegar a um momento em que eu estaria nas linhas de frente: uma como parlamentar, de onde nunca saí, e outra como médico. E hoje eu estou também como médico na linha de frente. Estou fazendo plantões, estou atuando na linha de frente. O olhar, por mais que eu tenha frequentado os bancos da universidade, por mais que a gente tivesse uma noção de como se comporta uma pandemia, é diferente. Por mais que você saiba toda a teoria e ouça falar na televisão, o olhar é diferente quando vemos alguém no leito sofrer por não ter oxigênio, quando vemos um paciente ao lado sendo entubado, quando vemos o familiar que não pode visitar o paciente – e nós temos feito o papel de gravar vídeos levando até o paciente e gravar vídeos do paciente levando ao familiar.

E aí eu vejo que alguns deputados faziam falas e falas aqui, pedindo para voltar ao trabalho, pedindo para abrir o comércio, pedindo isso. Olhem, gente, é momento de pensar e repensar a vida. Eu quero pedir mais uma vez aos colegas deputados...

Por um lado, quero agradecer e parabenizar a Assembleia Legislativa, que não arredou o pé, na pessoa do Sr. presidente, deputado Agostinho Patrus. Ele não arredou o pé. Durante todo o momento, ele segurou isso, porque nós poderíamos ser vetores, levando e trazendo o vírus para a Assembleia e também para os profissionais da Casa. Nós tínhamos que dar o exemplo. E, por outro lado, há esse trabalho belíssimo que a Assembleia fez durante todo esse tempo. Não paramos de trabalhar. Não paramos de trabalhar.

Então, quando a gente entra no CTI, na enfermaria de Covid, CTI onde eu estou dando plantão, a gente vê, Sr. Presidente – só para concluir minha fala -, que temos que fazer continhas. Imaginem o que é um médico ter que fazer isso, e eu passei por isso esta semana. Uma cidade vizinha pediu uma vaga, e eu tive que fazer continha para ver quanto eu tinha de medicamento para verificar se daria para receber aquele paciente, porque eu tinha um paciente entubado. Então, eu tive que fazer as contas para ver se dava para receber o paciente: quanto eu tinha de midazolam, quanto eu tinha de fênitoína, para somar aquilo. É triste. A gente ligava para a farmácia do hospital: "Doutor, nós só temos X ampolas. Pergunte ao hospital que está querendo transferir o paciente se ele não pode nos emprestar medicação". E aí eu peço e conclamo a todos os colegas deputados: nós temos que verificar isso, nós temos que fazer requerimentos, audiências, verificar isso. Onde estão esses remédios? Realmente estão faltando? Realmente estão faltando, ou isso é para aumentar o preço no mercado? Nós temos cidade, Sr. Presidente, que já comprou respiradores há três meses, que já comprou monitores há três meses, e até hoje eles não chegaram. Até hoje, eles não chegaram. Então, o que está acontecendo? É simplesmente a



demanda que aumentou ou não? E aí também vem o nosso papel de cuidar das pessoas. Cuidar das pessoas não precisa ser só profissional médico, profissional de enfermagem – diga-se de passagem: esses últimos, os da enfermagem, são os que mais sofrem, os que estão mais na linha de frente e com o salário baixinho.

Eu deixo aqui o meu abraço a cada deputado e a cada deputada e digo que irá passar essa fase que nós estamos vivendo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Muito bem. Nossos cumprimentos ao deputado Doutor Jean Freire. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, companheiros e companheiras, primeiro, eu gostaria de lembrar que, amanhã – já foi colocado pelos outros companheiros -, nós estaremos votando um projeto de minha autoria, que é uma linha de crédito do BDMG. E aí, presidente, eu gostaria de lembrar a V. Exa. e a todos que, assim como nós fizemos com o projeto do IPVA, nós não fazemos nada sozinhos nesta Casa. E eu quero lembrar que nós abrimos o nosso projeto para ter também como autores os companheiros Raul Belém, Gil Pereira, Celinho Sintrocel, Doutor Jean Freire, Fernando Pacheco, Zé Guilherme, Ulysses Gomes, Fábio Avelar de Oliveira e Andréia de Jesus. Esse projeto traz uma linha de crédito do BDMG para o comércio que está fechado, para a indústria, para aqueles que estão gerando emprego. Então, amanhã, nós teremos um dia histórico em que iremos bater na porta do banco para a geração de juros baixos. Eu ouvi a deputada colocando: "O Bradesco fez", mas ele fez com a linha de crédito alta. Eu estou vendo o Itaú fazer propaganda: "Nós estamos prolongando os pagamentos dos empréstimos", mas ninguém deixou de cobrar os juros, não, está todo mundo cobrando juros, juros altos. Eu quero ver os bancos chegarem... Eu falava com o Sargento Rodrigues que está na hora de os bancos chegarem e falarem assim: "Nós vamos cobrar os juros baixos, nós não vamos cobrar juros neste período", como estão fazendo várias pessoas com seus inquilinos, dando 50% de desconto, 65% de desconto. O proprietário está fazendo com o inquilino isso, e os bancos, não, continuam cobrando – e cobrando alto. Então, está na hora é de o banco pensar o seguinte: "Vamos fazer alguma coisa para ajudar realmente", não é esticar o prazo, não. Então, aqui, amanhã, nós votaremos o projeto de minha autoria que vem agregar com vários outros companheiros que estarão também sendo autores desse projeto.

E por falar nisso, eu peço: está na hora de a gente fazer uma emenda constitucional. O prefeito de Belo Horizonte só pode deixar de receber o IPTU, no futuro, desse comércio que está fechado, se a gente aprovar uma emenda constitucional, uma emenda constitucional que irá proibir, que irá proibir – que acabará – a cobrança desses últimos três meses do IPTU, da taxa de incêndio, da taxa de fiscalização, da taxa de publicidade, de todos os impostos municipais e estaduais. Está na hora de a gente pensar nisso. Esse será o grande projeto que irá ajudar aquele comerciante, porque, no futuro, Sr. Presidente, V. Exa., com essa máscara bonita, vermelha, pode ter certeza: a Prefeitura irá cobrar de cada um que está com o seu comércio fechado. Ela vai cobrar o IPTU atrasado. E, se não pagarem, irão para a dívida ativa. Então, está na hora de a gente votar algo dessa natureza, ajudar no crédito, mas perdoar, perdoar a dívida de IPTU dos estabelecimentos que estão fechados. Tem que ser uma emenda constitucional. O projeto já está aí pronto para votar, e eu gostaria de contar com os 76 deputados – mais o meu voto – para que a gente possa fazer um único projeto e fazer para todos. Eu estarei dando a possibilidade, como este, como o do carro, como todos os outros, para a gente fazer juntos.

E queremos lembrar também que o pedilúvio hoje é realidade, todo mundo o está colocando. O projeto ainda não foi votado, mas eu estou fazendo aquela campanha: "Vamos colocar o pedilúvio e as câmeras termográficas também".

E, agora, Sr. Presidente, eu gostaria de, finalizando, lembrar o seguinte: minha mãe está internada mais uma vez no Hospital Vera Cruz. Ela já está com uma certa idade, está com Alzheimer e teve que voltar para o Vera Cruz. Eu quero agradecer aos médicos e aos enfermeiros do Vera Cruz e falar que, há 30 dias, quando ela foi internada pela primeira vez, estava tudo liberado. Agora, Sr. Presidente, nós já temos metade da ala única e exclusivamente para a Covid. Então, o negócio está crescendo – e muito.



E, para finalizar, vai o recado para a população mineira: nessa época da pandemia, nós estamos preocupados aqui em ajudar, e, ontem, os vereadores lá da cidade de Serro – tirando aqueles que são meus companheiros, o Roberto Tambor, o Paulinho e os meninos do Mato Grosso – aumentaram o salário, presidente. Falta de vergonha na cara nessa hora! Numa sessão corrida, eles aumentaram o seu salário em 100%, Sr. Presidente. A população do Serro, os meus conterrâneos do Serro estão todos abismados. Nós não podemos deixar isso acontecer. Nessa atual conjuntura, em vez de discutir o que vai ser feito, aumentaram o salário do prefeito de R\$15.000,00 para R\$20.000,00 e também o do vice-prefeito de R\$5.000,00 para R\$8.000,00. Nós já estamos entrando em contato com a imprensa em geral e vamos mostrar essa vergonha na Câmara Municipal do Serro, onde aumentaram em 100% o salário dos vereadores. Então, todo mundo está preocupado com o coronavírus, e o Serro preocupado com o salário, com o bolso dos vereadores. Falta de vergonha na cara desses vereadores! Eu estou envergonhado por eles. É um absurdo o que aconteceu na cidade do Serro, na Câmara Municipal ontem, Sr. Presidente. Eu quero deixar bem claro que o Paulinho, o Romeu, lá de Pedro Lessa, e o meu amigo Roberto Tambor votaram contra e estão hoje fazendo uma manifestação. Isso não pode acontecer, Sr. Presidente. É isso que acaba com o descrédito da política, que começa lá embaixo, nas câmaras municipais.

Aí eu quero lembrar: está na hora de desmistificar as eleições, está na hora de pensar que temos que votar de presidente da República a vereador, ou isto não estaria acontecendo e vai acontecer nas outras câmaras: aumento abusivo, falta de vergonha na cara desses vereadores e do prefeito, que ainda deixa a coisa ser votada. Ele poderia falar: "Gente, não é hora disso, não! Não vamos colocar isso para ser votado agora, não!". Ou não sabe a ligação que tem o prefeito com os vereadores? Falta de vergonha na cara, infelizmente! Fica aqui o meu protesto, em nome da minha população, da minha gente do Serro, contra a câmara municipal daquela cidade. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Alencar da Silveira Jr. Tenho a certeza de que agora, no final do ano, nas eleições, o povo do Serro vai saber jogar e avaliar a conduta de cada um no município diante da denúncia que V. Exa. traz. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Virgílio Guimarães.

O deputado Virgílio Guimarães – Bom dia, presidente Cristiano, demais colegas. Parabéns pela máscara. Eu tenho até uma alvinegra. Depois eu virei aqui com a vermelha também. (– Risos.)

Agora eu queria também chamar a atenção para um aspecto que já toquei aqui de passagem, mas vou fazer um pronunciamento especificamente voltado para um aspecto que está ao alcance das nossas mãos, para que nós possamos ajudar a vencer esse período de crise econômica junto com a crise sanitária do coronavírus.

Há unanimidade na opinião de que o Estado já vinha com dificuldades econômicas antes e que serão muito agravadas pelo coronavírus: queda das atividades econômicas e aumento de despesas com a saúde. É natural! A União tem que fazer isso, os municípios estão sofrendo. Há também a unanimidade de que devemos buscar formas criativas, novas, porque não podemos onerar a população com mais tributos. Fazer isso é uma unanimidade. Até aqueles que apoiam a reforma da Previdência lamentam ter que votá-la. Alguns votarão contra, outros votarão a favor, mas ninguém acha que é o momento ideal para aumentar a tributação da contribuição previdenciária de servidores públicos, ninguém pensa isso. Portanto, eu chamo a atenção ao pensar sobre tudo isso. A Assembleia de Minas teve um papel destacado. V. Exa., nobre deputado, participou muito daquele esforço, junto ao nosso presidente, para que a União pagasse R\$135.000.000.000,00 a Minas Gerais. O esforço junto ao governo federal não obteve êxito – não quero entrar nesse mérito -, mas a Assembleia de Minas liderou esse movimento. Mas por que não prestar atenção a um aspecto simples que alcança as nossas mãos? Minas Gerais produz mais ouro hoje do que produzia em qualquer momento, em qualquer momento do ciclo do ouro. No auge do ciclo do ouro, em 100 anos, Minas produziu 650t de ouro, que foram para fora. Nós fomos roubados. Isso causou o movimento da Inconfidência Mineira. Produzíamos 6,5t por ano. Hoje Minas exporta 19t por ano, 19t! Quando havia produção de ouro altamente lucrativa...

Pouco antes do início do governo Zema, o grama do ouro estava cotado aproximadamente a R\$100,00, e hoje está a R\$311,00. Todos os capitais do mundo buscam esse porto seguro, que está a R\$311,00, com viés de alta. Esse ouro vai embora, levam todo esse ouro sem nenhuma tributação. Não quero fazer discussão aqui sobre tributar café, soja, minério de ferro e até nióbio – eu acho que cabe bem uma tributação de exportação. Mas o ouro é inegável, é inegável, é inegável. A tributação de exportação já existe. Já que nós queríamos que o governo federal passasse voluntariamente para Minas R\$135.000.000.000,00, será que ele não aceitaria acionar algo que já existe, que já tem uma alíquota de 30% que pode ser implantada amanhã, que é a alíquota de exportação? O Imposto de Exportação já existe. Ele já tem uma alíquota; ele pode ser acionado sem qualquer autorização legislativa; ele pode ser aplicado num (- Falha na transmissão do áudio.) econômico de qualquer ordem, inclusive na Previdência de Minas; ele pode ser destinado a qualquer elemento no Estado, porque não há regra para isso; ele pode ser cobrado num Estado e não no outro, porque ele é regulatório.

Minas tinha de fazer um movimento. Eu não quero causar atrito, não quero ficar na história. O quinto do ouro, 20%, foi implantado em meados do século 18. Houve terremoto, mais tsunami, mais incêndio, mais peste, que destruíram Lisboa. Qual foi a solução? O Quinto do ouro; o Quinto do ouro aqui em Minas Gerais. Isso foi para roubar o ouro do Brasil. Nós temos que fazer o quinto do ouro para segurar uma parte aqui, porque hoje ele está indo embora sem pagar imposto. É um imposto que não é pago porque o ICMS não incide sobre a exportação.

Mas para isso existe o imposto de exportação. Ele pode ser implantado, basta uma reunião remota do Conselho Monetário Nacional; é muito mais simples do que querer que o governo federal transfira R\$135.000.000.00,00 para Minas. Vamos exigir o quinto do ouro, 20% sobre a exportação. São só quatro empresas: uma aqui de Nova Lima, aquela lá de Paracatu, uma de Riacho dos Machados e a quarta, de que não estou me lembrando aqui agora, mas as três maiores são essas que eu citei. São 19t de ouro que a 20% dariam esse ano, se começar a cobrança a partir de agosto, R\$450.000.000.000,00, já descontando aí as impurezas do ouro, já descontando o deságio na cotação. São quase meio bilhão em 2020! Em 2020! Vai afetar quem? Essas empresas ganham muito com R\$100,00 o grama, que hoje está a R\$311,00. Se tirar 20%... Parece que eles estão dobrando os seus ganhos. São quatro empresas.

É simples demais a campanha da volta do quinto do ouro. Agora o ouro é nosso, ele é de Minas. O ciclo do ouro não é coisa do passado, não; é coisa do presente. O quinto do ouro aconteceu quando a tributação era no presumido. Quando veio a derrama, veio a revolta toda, porque a derrama era a cobrança dos atrasados, o ouro já tinha caído. Eles estavam querendo cobrar sobre as 6,5t que não eram produzidas mais. Vamos tributar aquilo que existe, aquilo que é valorizado. O ouro está com viés de alta porque os capitais estão fugindo para os investimentos seguros. Ele está a R\$311,00, com viés de alta. O mercado suporta tranquilamente – tranquilamente – o quinto do ouro, 20% apenas. A tributação hoje já está fixada em 30%. Poderiam ser aplicados 30%, sem problema nenhum. Para começar, eu recomendo 20%, que é o que a Coroa roubava do Brasil. Hoje 20% significam impedir o roubo ao Brasil, impedir o roubo a Minas; são 20% apenas de imposto de exportação para aplicar na Previdência dos servidores do Estado de Minas Gerais, para ajudar a conceder a higidez tão buscada, tão propalada – e buscada até de uma forma dura, penosa. Algumas, eu acho até que são razoáveis. Não sou daqueles que acha que nunca se pode fazer a reforma da Previdência, mas neste momento sou enfático: quinto do ouro, o ouro é nosso, o ouro é para Minas, o ouro é para os servidores públicos, o ouro é para defender o equilíbrio fiscal de Minas em primeiro lugar, sem penalizar o contribuinte mineiro nem o servidor público mineiro. A volta do quinto do ouro é a palavra de ordem. O ouro é nosso! O quinto agora!

O presidente – Obrigado, deputado Virgílio Guimarães, sempre atento às questões econômicas do Estado, com a sua grande experiência, inclusive na Câmara dos Deputados como relator do orçamento por várias vezes. O deputado Virgílio traz aqui reflexões importantes das possibilidades de receita para o nosso estado. Nós temos repetido muito isso, em todas as reuniões: Minas Gerais precisa buscar alternativas para a sua receita. Foi dito aqui pelo deputado Virgílio sobre o quinto do ouro, mas não o quinto que vai para Portugal, o quinto que fica para o Estado de Minas Gerais, para o desenvolvimento das ações, das polícias; já foi dito aqui

durante semanas sobre o ITBI; já foi dito aqui durante a semana sobre a revisão dos benefícios fiscais. Será que todos os setores que recebem quase R\$7.000.000.000,00 são estratégicos e têm a necessidade de incentivo, numa lógica estratégica para o Estado de Minas Gerais? É evidente que não. Agora, infelizmente, está no farol do governo, a partir da reforma da Previdência apresentada, a taxação, a tributação dos servidores. Volto a dizer que não temos dificuldade para fazer o debate da reforma da Previdência, mas temos dificuldade para fazê-lo neste momento, dada a gravidade da pandemia que estamos vivendo. Então, seria de bom tom se o Estado, se o governador tivesse a sensibilidade de suspender esta discussão neste momento e quem sabe adotar as agendas propostas pelo deputado Virgílio, pelos sindicatos e por vários parlamentares, com outros aspectos que vão tratar do equilíbrio das receitas das contas do Estado de Minas Gerais.

Quero aqui agradecer então aos deputados que fizeram suas intervenções, cumprimentar os parlamentares que apresentaram matérias no debate que realmente interessam ao povo de Minas Gerais neste momento, que é o enfrentamento à Covid-19. Lembramos que chegamos ao número de mais de 84 mil casos confirmados em Minas Gerais e mais de 1.800 óbitos, lamentavelmente. Ficam aqui as nossas condolências aos familiares daqueles que perderam seus entes queridos lamentavelmente por essa doença. Como tem sido repetido, que não se banalize, que não achemos natural, que não se torne apenas uma aposta para saber se no dia da manhã o recorde de mortes será batido como quase uma torcida macabra que às vezes ocorre em alguns setores. Lembramos também que a taxa de ocupação dos leitos hospitalares é extremamente preocupante, que a taxa de média de leitos clínicos é altíssima e que a de leitos de UTI está no limite. Pensem na situação de um médico! Lembramos aqui a intervenção do deputado Doutor Jean sobre um médico que tem que fazer a opção por duas ou três vidas na hora de definir quem vai ocupar um leito para o tratamento intensivo.

Então a gente precisa tratar isso com seriedade. É nessa toada que eu cumprimento todos pela retomada da agenda dos debates por esta Casa sobre as propostas relacionadas à pandemia. A Assembleia de Minas foi a primeira no Brasil a apresentar as diretrizes para o enfrentamento da Covid. Depois disso, um conjunto de matérias de vários parlamentares vêm sendo aprovadas no decorrer do processo legislativo também para o enfrentamento ao Covid. A Assembleia de Minas Gerais também inova nas atuações e nas ações para o fortalecimento da saúde pública, lembrando que esta Casa já devolveu ao Estado mais de R\$40.000.000,00 para a saúde; a Assembleia autorizou o remanejamento das emendas parlamentares na ordem de R\$300.000.000,00 também para investimentos na saúde. Volto a fazer um apelo ao governo do Estado para que libere as emendas parlamentares do conjunto dos deputados restantes para a saúde pública, para o enfrentamento à Covid. Também foi aprovada aqui nesta Casa a lei do deputado Alencar sobre a obrigação do uso das máscaras, dentre outras diversas leis. E com a economia, com o esforço de economia feito pelo Parlamento mineiro, como por exemplo a redução de verbas indenizatórias, foram destinados R\$1.500.000,00 à UFMG para a produção de máscaras, a telemedicina, as testagens e o desenvolvimento de respiradores. Então, cumprimento aqui todos os deputados, a Mesa diretora e os nossos líderes pelo papel que a Assembleia tem cumprido ao enfrentamento da Covid-19 no nosso estado. No mais, quero então encerrar as nossas atividades e agradecer novamente aos parlamentares.

### **Encerramento**

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia regimental, e para a especial também de hoje, logo após a ordinária, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

**ATA DA 31ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/7/2020****Presidência dos Deputados Agostinho Patrus e Tadeu Martins Leite**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras do Presidente – Entrega de Propostas – Pronunciamento de Deputados – Palavras do Sr. Otto Alexandre Levy Reis – Palavras do Sr. Igor Mascarenhas Eto – Encerramento.

**Comparecimento**

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Arlen Santiago – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

**Abertura**

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 14h9min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

**Ata**

– O presidente, nos termos do § 3º do art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.737/2020, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

**Destinação da Reunião**

O presidente – Destina-se esta reunião à realização do Seminário Reforma da Previdência de Minas Gerais, realizado com a finalidade de debater a proposta de reforma encaminhada pelo Governo do Estado e de ouvir as representações sindicais das diversas categorias de servidores públicos estaduais e, assim, recolher, junto a elas, contribuições para o aperfeiçoamento da proposta de reforma da previdência em tramitação neste Parlamento.

**Composição da Mesa**

O presidente – A presidência convida a compor a Mesa os Exmos. Srs. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo; e Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, aos quais agradecemos a disponibilidade para contribuírem com este seminário.

**Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos**

O presidente – A presidência vai proceder aos esclarecimentos sobre a organização dos trabalhos deste evento. O Seminário Reforma da Previdência de Minas Gerais, que se iniciou na segunda-feira e será finalizado hoje, contou com diversos momentos.

Na segunda-feira pela manhã ocorreram exposições sobre os aspectos centrais da Reforma da Previdência Federal e suas implicações para os Estados, e sobre os principais pontos das reformas previdenciárias já realizadas pelos Estados da Bahia e do Rio Grande do Sul. À tarde, os Secretários de Estado de Governo e o Secretário de Estado de Planejamento e Gestão apresentaram a proposta de reforma previdenciária elaborada pelo Governo do Estado e responderam perguntas dos deputados e das deputadas.

Terça e quarta-feira, nos períodos da manhã e da tarde, foi concedida a palavra às representações sindicais, que tiveram oportunidade de expor seu posicionamento e encaminhar suas sugestões de aprimoramento da proposta de Reforma da Previdência apresentada pelo Governo. Também foi solicitado às representações sindicais que encaminhassem suas propostas por escrito, por meio de um formulário digital.

Por fim, hoje serão entregues ao Governo do Estado as propostas encaminhadas por escrito pelas representações sindicais, bem como será franqueada a palavra para as considerações dos parlamentares desta Casa e dos representantes do Poder Executivo aqui presentes.

Para tanto, solicitamos, desde já, a gentileza de as Sras. deputadas e os Srs. deputados encaminharem suas respectivas inscrições de fala pelo *chat on-line* do Zoom.

Para tanto, solicitamos a gentileza, desde já, que as Exmas. Deputadas e os Exmos. Deputados encaminhem suas respectivas inscrições de fala pelo chat online do Zoom.

Este seminário é transmitido ao vivo, pela TV Assembleia e pelo Portal da Assembleia ([www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br)). Todos os interessados poderão registrar, em tempo real, suas manifestações numa galeria virtual criada no Portal da ALMG, localizada junto à transmissão das reuniões deste seminário. Também poderão participar por meio da ferramenta digital “Dê sua Opinião sobre os Projetos em Tramitação”, opinando diretamente nas proposições que trazem a proposta de Reforma da Previdência, a saber: a Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2020 e o Projeto de Lei Complementar nº 46/2020. Mais detalhes sobre o seminário e a sua programação podem ser obtidos no portal da Assembleia, disponível em [almg.gov.br](http://almg.gov.br).

#### **Palavras do Presidente**

Nós chegamos hoje, talvez, ao ápice deste evento, que se iniciou, como já disse, na segunda-feira, e contou com a participação de deputados de outros estados e com a participação também da principal assessora responsável pela reforma da Previdência na Câmara Federal; passou pela participação e explanação da reforma estadual, por parte dos secretários, que, mais uma vez, estão presentes nesta Casa; e, com muita alegria, recebeu cerca de 40 entidades representativas dos mais diversos setores que abrangem o serviço público de Minas Gerais.

Nós recebemos aqui os representantes dos médicos, dos enfermeiros, os representantes da educação, os representantes da segurança, os representantes do Poder Judiciário, dos servidores do Judiciário e também do Tribunal de Contas, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da própria Assembleia. Contamos ainda com a participação dos músicos, que também são contratados pelo Estado e têm uma carreira no âmbito do governo do Estado. Portanto, recebemos uma diversidade imensa de opiniões, de sugestões, de críticas e, hoje, vamos repassá-las ao governo do Estado. Mais do que isso: vamos iniciar, no dia de hoje, a análise dessas sugestões. O governo do Estado, através do governador, comprometeu-se a estudar cada uma das mais de 300 páginas de sugestões que estão contidas nesse relatório para que se possa verificar a viabilidade de acolher essas propostas.

Esse trabalho será feito também pelos deputados estaduais, pelos líderes desta Casa, por cada um dos parlamentares nos próximos 15 dias, no início de agosto, com a retomada das atividades do Plenário, na Casa, para que nós possamos entrar definitivamente na discussão não só das emendas e das sugestões apresentadas pelos servidores, mas também das emendas e sugestões apresentadas pelos parlamentares. Com essa somatória de esforços dos deputados, dos servidores, de seus representantes, com certeza iremos chegar a um texto final da reforma da Previdência estadual. Temos absoluta certeza de que ela terá como ponto principal a justiça aos servidores, que dedicam a sua vida ao serviço público, que se dedicam ao atendimento nos hospitais, que se dedicam à segurança de todos nós, nas ruas, que se dedicam em dar exemplos tão gratificantes para nós, como é o caso do trabalho realizado pelo Corpo de Bombeiros e dos serviços prestados junto à Justiça. Como tenho dito aqui, os servidores estaduais são aqueles que fazem com que a estrutura de um governo, com que tudo que envolva o atendimento ao público funcione. Sem eles, o Estado não teria

não só a capacidade de dar as respostas que a população merece, mas, acima de tudo, a de levar serviços públicos de qualidade à nossa população.

Eu quero fazer uma breve resumo aqui. Nós tivemos nesse documento, que foi acolhido durante esse longo seminário, para o aprimoramento dos projetos, uma construção conjunta, democrática e participativa, que contou com mais de 28 horas de debate, em sete reuniões. Portanto, a Assembleia se dedicou junto com os servidores, com os seus representantes. Quero agradecer a cada um deles que aqui vieram, trouxeram as suas sugestões, as suas opiniões e mais do que isso: enviaram-nos formulários por escrito, dando suas sugestões e suas respostas. São esses formulários, com as sugestões e as respostas das mais diversas áreas do serviço público, que, agora, iremos passar às mãos do governo do Estado.

Para finalizar as minhas palavras, eu quero fazer a breve citação de uma escritora, Mara Chan, e abro aspas. "Não é necessário estar perto, abraçar e olhar nos olhos para demonstrar o quanto você se importa. Basta ouvir". E foi isso que a Assembleia fez, demonstrando o quanto se importa com o servidor público, com as suas opiniões e, acima de tudo, com a sua vida. Foi isso que nós fizemos durante quase 30 horas de debates, com a missão de ouvir, de dar atenção, de acolher e de receber essas sugestões que, com certeza, irão engrandecer – e muito – o projeto que chegou aqui a esta Casa.

### **Entrega de Propostas**

O presidente – Quero agora passar às mãos dos secretários, em nome da Assembleia Legislativa de Minas e dos nossos 77 deputados, o resultado deste seminário. E esse mesmo resultado já foi enviado a cada um dos parlamentares, para que eles também possam estudá-lo e tirar dali sugestões importantes para a reforma.

– Procede-se à entrega do documento.

### **Pronunciamentos de Deputados**

O presidente – Neste momento, ouviremos as deputadas e os deputados que acompanham e participam deste seminário, desde segunda-feira, quanto às suas considerações em relação às propostas apresentadas a esse evento, às principais questões debatidas e os pontos mais importantes e sensíveis que foram apresentados pelas representações sindicais das diversas categorias de servidores públicos estaduais. Para isso, convido a fazer uso da palavra, pelo prazo de 5 minutos, o deputado Zé Reis.

O deputado Zé Reis – Sr. Presidente, muito boa tarde. É uma satisfação estar aqui neste momento histórico. Da mesma forma, cumprimento os nossos secretários. Cumprimento todo o governo na pessoa do secretário Igor Eto, combativo, dedicado, que tem feito um trabalho formidável, invejável – diga-se de passagem. Da mesma forma, cumprimento todos os deputados na pessoa do meu amigo, líder Raulzinho, que está presente.

É uma satisfação imensa participar de um momento tão histórico e tão delicado, que trata da vida do cidadão, trata do principal patrimônio do Estado de Minas Gerais, que é o seu servidor, o servidor público, o servidor da população, de nossa gente.

Então, presidente, eu gostaria, na primeira hora, de agradecer-lhe e parabenizá-lo por uma semana de tamanho aprendizado, uma semana especial no sentido de poder ouvir cada classe, cada segmento. Eu, pessoalmente, pude me reunir com diversos servidores de diversas classes com esse sentimento de ajustar. Sabemos da situação da economia e que será um ano de difícil recuperação. Sabemos da situação dos cofres do Estado, ou seja, das dificuldades em que se encontram neste momento. Nada melhor que encontrarmos um denominador comum, que encontrarmos um ajuste que dê condições ao Estado de pagar o salário em dia, de garantir a atuação previdenciária desse servidor e, de outro lado, que também não sangue, não mate esse servidor com as contribuições.

Portanto, presidente, a sua batuta, a sua dedicação e a sua visão foram cirúrgicas, e o resultado foi esplêndido como, de fato, o senhor demonstrou e entregou nas mãos dos nossos secretários aguerridos, dedicados. Aos sábados e domingos, quando se liga



para eles, estão inteiramente à disposição. Talvez os melhores secretários do governo Romeu Zema. Estão aí o Otto e o Igor, homens destemidos e de coração aberto. Então, eu tenho certeza de que sairemos e saímos vitoriosos neste dia.

Parabéns a cada um de vocês, parabéns aos colegas, parabéns aos nossos servidores pelo avanço desta discussão tão importante! Um abraço a cada um que nos ouve neste momento.

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Obrigado, deputado Zé Reis. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada estadual Marília Campos.

A deputada Marília Campos – Boa tarde, presidente; boa tarde, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Cumprimento os secretários Igor e Otto Levy.

Presidente, eu dei uma olhada rápida no relatório que a Assembleia enviou aos deputados e às deputadas contendo, de forma sintética, todas as contribuições dos servidores. Foi um grande compilado. Quero inclusive parabenizar a Assembleia e a Consultoria pela elaboração, pegando a poesia que o presidente Agostinho cita no início da fala em que ressalta a necessidade de ouvir. Se formos ouvir as grandes contribuições, no tema 11 desse quadro sintético que a Assembleia elaborou, verificaremos que 23% das pessoas das entidades que participaram apresentam demandas de informação; e 64,7% das pessoas que participaram apresentam reivindicação, que é de suspender o processo de tramitação da reforma durante o funcionamento remoto da Assembleia. Então, valendo-me dessa poesia, se a gente for ouvir a vontade das pessoas que participaram, deveríamos atendê-la, pelo menos, nessas duas questões, dando as informações e suspendendo o processo da tramitação nesse período remoto.

Eu queria aproveitar a presença do secretário Otto Levy e também do secretário Igor, porque a minha pergunta não foi respondida... Depois pude verificar que o secretário Otto respondeu ao deputado estadual Cristiano, alegando que eu não tinha o conteúdo das informações no que diz respeito à questão da criação de fundos. Secretário Otto, no Capítulo III, art. 62, do projeto da reforma, o projeto cria o fundo financeiro; e no Capítulo IV, art. 65, o projeto cria o fundo de capitalização, e coloca que esse fundo tem não apenas o objetivo de garantir o equilíbrio financeiro mas também o equilíbrio atuarial. É nessa perspectiva que eu afirmo que esse fundo – o Fepremg – que está sendo criado é um fundo de capitalização na mesma modalidade do que foi criado no passado em Minas Gerais. E volto a dizer: esse fundo foi criado, depois foi extinto em 2013 por a Assembleia avaliar, em sua grande maioria, que era um fundo onde se guardava recurso e esse recurso ficava esterilizado, sendo que o Estado não conseguia honrar seus compromissos, como, inclusive, já na época, o compromisso de pagamento do salário em dia. Essa proposta foi apresentada e reapresentada agora. É minha opinião.

Volto a insistir que nós deveríamos realizar essa discussão num debate que certamente ocorrerá em nível nacional – na discussão da gestão de fundos de capitalização e de fundos de repartição simples, na criação da Lei de Responsabilidade Previdenciária –, fazendo com que Minas Gerais não faça essa discussão isolada, sob o risco de podermos ter a situação do Estado agravada com a criação desses dois fundos, uma vez que as novas contribuições dos novos servidores vão deixar de financiar o fundo financeiro, que é onde está a grande maioria dos servidores da ativa, dos servidores aposentados e dos pensionistas, e essas novas contribuições vão, portanto, ser guardadas no fundo de capitalização. Então, quanto ao objetivo que vocês apontam de promover um equilíbrio, eu diria que a criação do Fepremg, que é um fundo de capitalização, vai agravar a situação do Estado de Minas Gerais do ponto de vista financeiro.

Eu queria, finalmente, mais uma vez ressaltar que foi importante esta semana de debates. Ouvimos o governo, ouvimos os deputados e as deputadas, ouvimos também entidades que vieram se manifestar sobre a sua situação, sobre as questões dos benefícios previdenciários. O que a gente verifica em todas as falas e em todas as contribuições é que, se prevalecerem essas propostas que estão contidas na reforma, nós teremos, sim, o empobrecimento do servidor público, o empobrecimento das famílias do servidor público, o enfraquecimento do serviço público. Nesse sentido, então, eu diria que não seria prudente, não seria razoável fazer uma discussão da

reforma apenas para ouvir os servidores. Nós queremos é estabelecer uma negociação com o governo do Estado, e negociar significa não apenas os servidores cederem nas demandas que apresentam mas também o governo ceder na demanda que ele apresenta.

Mais do que ouvir, nós queremos estabelecer um diálogo, e diálogo pressupõe negociação.

Então, concluindo, presidente, o meu apelo é que não façamos esse debate da reforma da Previdência durante o funcionamento remoto, porque nós precisamos estabelecer um diálogo com um processo de negociação garantido no qual a Assembleia, inclusive, esteja envolvida. Obrigada.

O presidente – Obrigado, deputada Marília. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Leninha.

A deputada Leninha – Obrigada, presidente e amigo Tadeuzinho. Eu queria cumprimentar os meus colegas parlamentares, os secretários Igor Eto e Otto Levy, mais uma vez presentes nesta Casa.

É lógico que, em meio à pandemia e às preocupações que trazemos, estamos aqui, mais uma vez, para dizer ao governo que é fundamental que leve em consideração todo esse produto gerado por esse processo que os representantes dos servidores trouxeram a esta Casa, durante este período de debate. Não adianta fazer todo esse movimento, não adianta trazer as pessoas, mesmo que remotamente, se o governo não considerar as questões colocadas e inclusive não responder a algumas que não foram respondidas. Tratamos muito desta questão do porquê do aumento de contribuição das mulheres e do tratamento diferenciado à Polícia Civil (– Falha na transmissão do áudio.) demais servidores, enfim, uma série de questões que foram trazidas e merecem, de fato, ser devolvidas não só com argumentos e justificativas, mas também para que haja respeito a esse processo que foi construído pela Assembleia. Espero, inclusive, que a equipe do governo tenha acompanhado esse processo. Mesmo que não tenham ido à Assembleia, mas que possam ter acompanhado virtualmente o clamor, as propostas, os casos trazidos, exemplos concretos do quanto vai ser alterada a vida dos servidores e das servidoras se a gente não garantir que tudo aquilo que nos foi trazido seja considerado nesse processo.

Eu faço também coro com as palavras da deputada Marília. Creio que estamos encerrando um ciclo, ou melhor, encerrando – vamos dizer – essa parte do seminário. Iremos retomá-lo em agosto. Espero que, de fato, possamos garantir esse processo, ou seja, que estejamos presencialmente ou possamos contar com essas representações, mais uma vez, no processo de finalização dessa etapa que começamos há quase um mês. A Assembleia cumpriu bem o seu papel. Eu também avalio que nós, deputados e deputadas, cumprimos o nosso de não fugir do debate, de fazer um debate sério e responsável e, acima de tudo, cuidadoso, porque nós vamos, de fato, votar o futuro das pessoas e o futuro dos servidores públicos.

Eu não poderia deixar de aproveitar a presença dos secretários para também colocar as preocupações em relação à Covid. Ontem acompanhei uma live da Unimontes. Nós estamos falando do ensino superior do Estado. Foi uma live da universidade do Norte de Minas e de Minas Gerais – vamos dizer assim – para garantir aos alunos condições de ter um computador e acesso à internet. Eu sei que no auxílio-estudante há recurso com o qual se pode pagar a internet dos alunos que não têm condições, mas, do ponto de vista burocrático e administrativo, parece-me que isso não é possível. Então, ver a sociedade se mobilizando, artistas da cidade e professores que já ganham tão pouco doando computadores, doando o pagamento de internet mensal a esses alunos... É lógico que esse é um retrato não só do ensino superior, mas provavelmente também de toda a rede educacional. Estou dizendo que, mesmo que estejamos discutindo a reforma da Previdência, há outros assuntos ainda desconsiderados pelo governo. Aí eu me refiro também à alimentação escolar da Secretaria de Estado de Educação, que tinha feito um esforço para adquirir os produtos para fornecer kits, cestas básicas para as famílias dos alunos mais pobres, mas me parece que essa operação foi abortada.

Enfim, nós não podemos tapar os olhos diante de problemas que ainda persistem em relação à pandemia que estamos vivendo. É lógico que o assunto da Assembleia é a reforma da Previdência, mas nós não podemos afrouxar e deixar outros temas sem tratamento por parte do governo. Estou dizendo isso porque aqui, em Montes Claros, a cada dia se amplia o número de contaminados e de óbitos. Então, nós estamos sofrendo no processo de flexibilização que o prefeito fez – as pessoas não estão entendendo ainda que

nós não atingimos o pico da doença, e isso tem nos preocupado bastante –, com a ocupação de quase 100% dos leitos na região, com o aumento do número de óbitos e de casos. São mais de 600 casos confirmados, e esse número vem crescendo. Nós não podemos... O governador não pode esquecer que nós estamos no meio da pandemia, apesar de ele ter colocado a discussão da reforma da Previdência em pauta na Assembleia.

Então, eu queria, mais uma vez, reforçar a necessidade de retomarmos o debate com a cautela que ele exige e, acima de tudo, com o esforço que foi feito durante esse período de realização do seminário, em que contamos com a participação dos representantes dos servidores. É isso. Uma boa tarde e um grande abraço a todos e a todas. Vamos seguir juntos na luta por uma reforma menos danosa para os servidores públicos.

O presidente – Obrigado, deputada Leninha. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Secretários, boa tarde; presidente, boa tarde; boa tarde, todos que nos acompanham, servidores da TV Assembleia, servidores aqui da Consultoria. Eu participei todos os dias, em tempo integral, de todos os debates, o que nos ajudou a fazer uma importante síntese. Eu acho que essa síntese pode ser traduzida, além de todo o documento que os senhores receberam, na ideia de que uma reforma de tamanha complexidade não pode tramitar durante uma pandemia.

Impedir um processo aprofundado de debate é algo inaceitável, impossível. Se os senhores estão tão certos e tão convictos de que é uma reforma importante, necessária por todos os argumentos trazidos, quanto mais debate, melhor; quanto melhores condições as pessoas tiverem, melhor será o processo. Eu acho que esta é a primeira síntese deste seminário: que os projetos não tramitem durante a pandemia, durante o momento em que for impossível que as entidades sindicais reúnam as suas categorias, para que elas deem o posicionamento e o direcionamento em relação à reforma da Previdência.

A segunda síntese é a defesa do Ipsemg. De fato, não foi demonstrada a necessidade da alteração proposta pelo governo, a não ser pela escolha de uma agenda política. O Ipsemg tem dado certo, é um patrimônio dos servidores.

Eu acho que a terceira síntese é: o déficit é um processo de narrativa, não é? Para onde está indo a contribuição patronal da Previdência dos servidores efetivos, se não há fundo de capitalização? As despesas previdenciárias estão se constituindo como despesas de pessoal desde quando a Assembleia Legislativa acabou com o fundo de capitalização existente em 2013. Então, o debate sobre o déficit é uma tentativa de sensibilizar a população diante da situação do estado, mas não pode ser o servidor a pagar essa conta. Vamos discutir uma reforma tributária, vamos reorganizar, vamos fazer um esforço para debater a receita, e não colocar às avessas uma reforma tributária que vai retirar do salário do servidor para pagar a conta do que está acontecendo no Estado de Minas Gerais.

A quarta síntese: as questões específicas são tanto o magistério – porque fazer a mera redução não é garantir aposentadoria específica; eu tive a oportunidade de explicar isso ontem – como a situação das mulheres. Não há o que justifique um aumento maior para as mulheres em relação aos homens. A única regra nacional que tem que ser cumprida no estado é a regra da alíquota da reforma da Previdência feita nacionalmente. Obrigatoriamente o Estado tem que rever as suas alíquotas. Tudo o mais vai constituir uma opção política. Então, eu permaneço fazendo a trincheira de que não é momento de debater a reforma, durante uma pandemia, num momento em que as pessoas não têm condições plenas de se organizarem.

Para finalizar, presidente e secretários, eu queria fazer um apelo. Estou bastante impactada porque mais um colega parlamentar acabou de nos informar que testou positivo para a Covid. Inclusive estive com ele nas últimas duas semanas. Estivemos aqui, na CCJ; estivemos na Administração Pública, presencialmente. Não sei quantos servidores desta Casa testaram positivo para a Covid, não sei quantos da população mineira testaram positivo para a Covid, porque a gente não tem esse balanço real. Porém, a gente precisa ter uma prioridade, que é cuidar da vida.

O meu último apelo não tem a ver com essa pauta, porque ela foi muito bem debatida, e eu me posicionei, em todos os momentos, em relação a ela e vou continuar me posicionando. No entanto, eu quero fazer um apelo. Obrigar a diretora de escola a

fazer entrega de kit de merenda de R\$10,00, impondo a ela a quebra de isolamento, impondo ao aluno e ao pai dele a quebra do isolamento para buscar na escola um kit de R\$10,00, de R\$15,00! Eu tenho os valores per capita; isso não é disputa de posicionamento ideológico, gente!

Já que a gente não vela mais as pessoas que morrem, ontem nós choramos a morte de mais uma colega da educação da rede estadual lá de Muriaé. Todo dia há alguém contaminado e alguém que morre. Pelo menos, nós, que estamos no espaço público, precisamos zelar pelo cumprimento do distanciamento. Não é momento de obrigar as diretoras de escola a fazerem kits para chamar os alunos ou os pais para irem à escola, no pior momento da pandemia. Tem que haver uma razoabilidade nisso. Não é razoável o governo fazer uma dinâmica que quebre o isolamento social, não há vaga para as pessoas no hospital. A gente acompanha o drama das famílias em várias regiões do Estado. Em várias regiões há colapso do sistema público e privado de saúde, porque as pessoas também ficam com a falsa ideia de que ter condições melhores vai lhes garantir atendimento. Não vai!

Portanto, eu quero finalizar com este apelo: não é hora de escolas, quaisquer que sejam, serem forçadas a fazer, a entregar kit escolar. Eu quero deixar esse apelo, presidente, porque a gente vai fazendo muitos apelos, e, como eu sei que sou uma pessoa de posicionamento, às vezes o posicionamento da gente é simplesmente ignorado. E sei que a minha fala é ignorada muitas vezes, mas não estou falando por mim.

Eu tenho o direito de sair daqui e fazer o teste da Covid. Já fiz e deu negativo, mas vou sair daqui e pegar outro encaminhamento. Eu sou uma privilegiada, terei condições de fazer o teste quantas vezes forem necessárias. Porém, quando estamos no espaço coletivo, precisamos pensar no coletivo, e não acho certo colocar as diretoras e as comunidades para fazerem quebra de isolamento social num momento em que a pandemia atinge esses números no Estado de Minas Gerais.

Vou terminar, Sr. Presidente. O senhor me desculpe por ter ultrapassado o tempo. Não há outra forma, porque eu envio ofício para o governador, que não responde; eu envio ofícios para a Secretaria de Educação, que me faz respostas protocolares. Então, a forma que a gente tem é dar voz quando temos a oportunidade de fazê-lo. Vou repetir: revejam a política de fazer a entrega de kits durante a pandemia, porque isso vai provocar mais contaminação da comunidade escolar e dos profissionais da educação.

Obrigada, presidente, e me desculpe pelo tempo.

O presidente – Obrigado, deputada Beatriz Cerqueira. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Laura Serrano.

A deputada Laura Serrano – Obrigada, Sr. Presidente, deputado Tadeu. Boa tarde ao secretário Igor Eto e ao Otto, secretário de Planejamento. Boa tarde a todos os colegas parlamentares presentes, aos que também nos acompanham remotamente e a todos os cidadãos que nos acompanham pela TV Assembleia e pelo portal.

Eu vou ser muito breve. O meu objetivo hoje é parabenizar o trabalho que foi feito durante esta semana. Foi uma semana de webinar, de debates feitos remotamente, garantindo a segurança das pessoas, garantindo a segurança dos servidores, que puderam ter voz e colocaram as suas sugestões de forma sistematizada, de forma construtiva, de forma colaborativa, garantindo a segurança de todos.

Então, parabenizo esta Casa, a Assembleia, a presidência e a Mesa diretora por terem proposto esse formato inovador que permite a participação do cidadão, permite a participação dos servidores e gerou esse resultado tão interessante, tão produtivo e que certamente será avaliado com muito cuidado pelo governo de Minas, através desse caderno de sugestões. Foram mais de 300 páginas colhidas aí de sugestões dos diversos sindicatos que representam a categoria dos servidores públicos e também dos cidadãos comuns que participaram através da galeria virtual, do chat on-line.

Então fico muito satisfeita de hoje, como deputada estadual, fazer parte desta legislatura, que busca construir soluções para Minas Gerais. Acho que o resultado do seminário desta semana, o resultado desse trabalho é construir o melhor projeto possível da reforma da Previdência, que vai gerar resultados importantes não só para os servidores públicos, mas também para Minas Gerais como um todo.

Mais uma vez, parablenizo a todos que participaram desse processo. Agradeço aos servidores da Casa também e aos servidores públicos que trouxeram várias contribuições importantes. Eu acompanhei as apresentações, acompanhei as contribuições, as sugestões que foram dadas e tenho certeza de que tudo vai ser avaliado com muito cuidado para que a gente tenha um aprimoramento dos projetos enviados e o melhor resultado para Minas Gerais, para os servidores do nosso estado, que são quem entrega a política pública na ponta para os cidadãos. Obrigada.

O presidente – Obrigado, deputada Laura Serrano. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Dr. Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, caros colegas deputados, falo aqui diretamente da cidade de Itaobim, no Vale do Jequitinhonha. Se, por um lado, é muita felicidade estar aqui, na cidade onde eu moro, de onde eu sou, fazendo mais uma vez este discurso; por outro, a gente fica muito triste, Sr. Presidente, de, em um momento deste de pandemia, termos que estar tratando desse assunto. Eu acho que o seminário foi fundamental; inclusive, quero aqui parabenizar esta Casa, na pessoa do presidente Agostinho Patrus, por ter proporcionado esse evento a nós, aos servidores públicos e a todas as pessoas que participaram – mas isso ainda é muito pouco. Quero cumprimentar o secretário e todos que estão nos ouvindo, na pessoa dos representantes aqui da Asthemg, do Sind-Saúde, do Sindicato dos Enfermeiros, do Sindifarma e dos nossos colegas médicos.

Quero aqui falar em nome dos profissionais de saúde. É triste ver essas pessoas que estão neste momento arriscando a vida, colocando-se a serviço de salvar vidas, vendo o seu futuro, as questões das suas finanças de aposentadoria serem de maneira remota discutidas por este governo, discutidas por esta Casa. Isso está sendo um oportunismo deste governo: aproveitar este momento em que as pessoas não podem fazer aglomerações, não podem fazer as suas retificações. Ora, acho que a principal contribuição que o governo tinha que receber – e falo isso com muito respeito –, que eu vi os sindicalistas e os companheiros e companheiras darem foi: não é momento para discutir, nós nos negamos a dar contribuições porque esse não é o momento para discutir isso.

Se olharmos três meses atrás, o governo do Estado dizia que o Estado estava tranquilo. E nós, como conhecedores dessa causa também – vejo aqui o companheiro Carlos Pimenta que vai falar logo após a minha fala e é médico também –, dizíamos que, no Estado de Minas Gerais, iriam aumentar os casos. É assim que as pandemias se comportam, é assim que as doenças virais se comportam. Então, a gente já cantava essa triste realidade. Hoje, como é do conhecimento dos colegas deputados e deputadas, eu também estou atuando na frente de combate à pandemia diretamente, não só como deputado, mas também como médico, dando plantão em enfermaria e em CTI Covid. E, quando a gente vê a triste realidade, deputado, colega médico Carlos Pimenta, que os nossos companheiros e companheiras estão vivendo... Você vê o profissional de saúde ganhar um salário mínimo, vê alguns ganharem menos que um salário mínimo porque, no Estado, nós temos essa realidade, nós temos profissionais de enfermagem que ganham menos de um salário mínimo vendo o seu futuro ser discutido. Isso no choca.

Então, o que eu queria pedir aos colegas deputados e deputadas é que nós fizéssemos coro com os trabalhadores e com os servidores públicos; que nós fizéssemos coro com os servidores desta Casa, onde nós trabalhamos. Esses servidores estão aí arriscando as suas vidas para que esta reunião remota possa acontecer. Poderia citar vários nomes. Sei de vários colegas da comunicação, do Plenário, que estão aí atuando no dia a dia. Já temos colegas deputados infectados. Há servidores desta Casa que também estão arriscando, discutindo o futuro de outros e o seu futuro também, porque os servidores desta Casa também serão penalizados por essa dita reforma. Eu quero mais uma vez dizer que, quando se vai fazer uma reforma, a gente espera que seja para melhorar, e não é o servidor público que deve pagar o pato neste momento.

Há algumas questões para as quais eles chamaram a atenção e que eu quero aqui ressaltar: aumentar em sete anos a aposentadoria para as mulheres. Por que isso? Isso não é uma parte machista da reforma? Pensão por morte: como veio na proposta, vai gerar um impacto enorme nas famílias. Como pode o Estado fazer isso com as famílias que ainda choram a perda de seu ente querido? Como pode? Por que isso neste momento? Regra de transição: todos trouxeram aqui que as regras colocadas são ruins para os servidores, tem-se que levar em conta as regras já existentes. Alíquota extraordinária: instituiu-se uma alíquota extraordinária. É

um total absurdo. Imaginem: na hora de receber seu salário, vir no seu contracheque mais um desconto. Ipsemg: eu fui um usuário do Ipsemg. O Ipsemg é um bem maior do servidor público. É um absurdo o que se pretende fazer com o Ipsemg.

Nós podíamos citar vários pontos aqui, mas, na posição de parlamentar, na posição de presidente da Comissão de Participação Popular – e deveríamos ter participação popular efetiva –, digo que já há pessoas aqui pedindo contribuições e fazendo vaquinhas para organizar ônibus para ir a Belo Horizonte fazer manifestações. Nós não podemos estimular isso neste momento, neste momento de pandemia. Nós não podemos ir contra o que diz a OMS – Organização Mundial de Saúde. Mas, na condição de médico, eu venho pedir a esta Casa, aos colegas deputados e deputadas, ao secretário, ao governador de Estado: Minas Gerais, a cada dia, está aumentando o número de mortes, o vírus obedeceu ao que foi dito. O governo disse que o vírus precisava viajar. Parece que o vírus ouviu e está viajando e já chega ao interior, já chega às pequenas comunidades, já chega às comunidades quilombolas.

Ainda esta semana eu atendi pessoas quilombolas internadas em CTI por Covid, com seus familiares todos nas comunidades, deputado Carlos Pimenta, todos infectados, e a gente levando áudio e vídeo para que eles pudessem ouvir.

Então, eu quero pedir, para terminar a minha fala, Sr. Presidente: vamos dar mais um tempo, vamos agora focar as nossas forças no combate a essa pandemia. O nosso muito obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Doutor Jean Freire. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta – Boa tarde, meu amigo, deputado Tadeuzinho. Boa tarde ao secretário Igor, ao secretário Otto, que estão, mais uma vez, nesta reunião, participando ativamente dos debates. Boa tarde aos senhores deputados, às senhoras deputadas, que cumprimento na pessoa da deputada Celise Laviola, que faz aniversário hoje e é uma grande companheira, uma deputada exemplar.

Meu caro Tadeuzinho, primeiro, eu quero cumprimentar o presidente da Casa, o deputado Agostinho Patrus, por nos proporcionar este debate saudável. Nós tivemos, nesta semana, de manhã e de tarde, horas e horas de debates com os servidores, com os representantes de servidores. Nós tivemos a oportunidade de ouvi-los, de poder falar também. Eu acho que foi muito importante, para nós... (– Falha na transmissão do vídeo.)

O presidente – Deputado Carlos Pimenta, a conexão de V. Exa. está falhando. Vamos tentar mais uma vez a conexão com o deputado Carlos Pimenta. Com a palavra, o deputado Carlos Pimenta.

Eu vou poupar o tempo que falta do deputado Carlos Pimenta, porque houve um problema na conexão do deputado. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, queria desejar boa tarde a todos, cumprimentar o secretário Otto Levy, secretário de Planejamento e Gestão, o secretário de Governo Igor Eto. Quero cumprimentar os colegas deputados e deputadas que se encontram presentes, o deputado Raul Belém, a deputada Laura Serrano, a deputada Celise Laviola, o deputado Bartô, e todos que estão nos acompanhando pela TV Assembleia.

Presidente, eu queria aqui manifestar apenas a minha percepção clara das coisas. Por que eu tenho batido na tecla, o tempo todo, que nós não deveríamos realizar a votação da reforma da Previdência, secretário Igor Eto, neste momento? Porque hoje nós não temos condições verdadeiramente de permitir o debate.

Eu ouvi aqui o colega deputado Carlos Pimenta, por quem eu tenho enorme respeito e com quem já estou junto aqui, na Casa, há 22 anos. O deputado Carlos Pimenta preside a Comissão de Saúde, que é uma comissão muito importante. Essa comissão, por exemplo, deputado Tadeu Leite, deveria estar trabalhando, fiscalizando se o Poder Executivo Estadual está realmente fazendo a sua parte, atendendo as vítimas da Covid-19. Ela é uma comissão importantíssimo neste momento da pandemia do coronavírus e que deveria estar realizando a verdadeira fiscalização, audiências públicas, ouvindo secretários e pessoas ligadas ao setor.



Esse é o ponto crucial, porque, em face da pandemia do coronavírus... Eu ouvi aqui as afirmações do secretário Igor Eto usando a expressão de que hoje existe um "novo normal". Eu até concordo, em parte, com a fala do secretário Igor Eto de que realmente vivemos o novo normal, mas, se o novo normal é trabalharmos de forma remota, precisamos ter ferramentas.

Eu já officiei ao presidente da Assembleia, porque eu sou um deputado muito voltado e atento para as questões internas da Casa, pedindo ao presidente da Assembleia e ao 1º-secretário, que aqui, internamente, nós chamamos de prefeito da Casa, para que providenciem as ferramentas.

Olhem, o presidente da Assembleia, secretário Igor Eto, é o presidente do Poder, então ele representa a figura do Poder. É óbvio que, para ele, não pode, de maneira alguma, faltar qualquer tipo de aparelhagem, de tecnologia. Então, montaram-se lá, na sala do presidente, no salão nobre, todos os aparelhos que permitem a ele uma tecnologia para fazer o seu trabalho. Mas, se nós percorrermos os gabinetes dos deputados, os nossos computadores das nossas mesas não têm webcam, eles não foram preparados. Então, como é que eu faço para participar aqui, secretário Igor e secretário Otto Levi? Eu pego o meu celular... Comprei um tripé no camelô e ponho o celular. Mas, quando chega uma ligação, interrompe a minha vídeoconferência. Acredito que isso está acontecendo com vários colegas deputados e deputadas também.

Se o líder de governo está em Araguari e também não tem um computador com webcam, vai operar com o celular, e, se chegar uma ligação, vai acontecer isso. Neste momento, acabou de acontecer, quando a internet do colega, deputado Carlos Pimenta, foi interrompida no início da sua fala e ele não conseguiu prosseguir.

Então, estamos vivendo um momento diferenciado, e este momento que o secretário Igor Eto chamou de "novo normal" precisa ser também compreendido pelo governo. Olhem, se nós não temos condições de sequer realizar um debate e permitir que os atores, as pessoas afetadas participem do debate... Mas eu disse, secretário Igor Eto, secretário Otto Levy, 1º-secretário deputado Tadeu Leite, realização de debate. Com todo respeito que eu tenho à Assembleia e à presidência da Casa, nós não realizamos debate, nós realizamos aqui a participação de presidentes de sindicatos e de associações que vieram aqui e colocaram as suas ideias, falaram, choraram, pedindo pelo amor de Deus que não deixem tramitar a reforma da Previdência neste momento.

A fala do presidente da Asthemg foi impactante. Enquanto os auxiliares de enfermagem, os enfermeiros, os médicos, os servidores da saúde estão dentro do João XXIII acudados, trabalhando dia e noite, sendo infectados – há mais de 300 infectados –, a Assembleia está com um pacote de crueldades do governo Romeu Zema avançando aqui, na Assembleia.

Eu quero deixar claro para o secretário Igor Eto e para o secretário Otto Levy que tenho enorme respeito pelos senhores secretários. Sei que o governo é um governo que tem uma equipe de alta competência. Quero deixar isso claro. Eu não tenho problema nenhum em discutir a reforma da Previdência, muito pelo contrário. Eu entendo que realmente nós temos que discutir o tempo de contribuição, Raul Belém, a alíquota de contribuição, o tempo mínimo no cargo, a regra de transição. Tudo isso, nós precisamos discutir. É fato: nós temos que encarar a reforma da Previdência. Eu só não concordo de fazer esta discussão neste momento, neste momento em que a paridade de armas não está igual. O que chamamos de paridade de armas?

Eu estava ali, fora dos microfones, conversando com o secretário Otto Levy. Olhem, para a presidência da Casa, é mais cômodo: o presidente não vai ter ali deputado toda hora despachando com ele na Mesa, cobrando, ou um outro lá da tribuna discutindo, ou outro articulando ali, mas isso faz parte da nossa essência do Parlamento. Então, quando estou dentro do Plenário, eu pego a assinatura de um deputado numa emenda, num requerimento; eu articulo dentro do Plenário para que eu possa ter a garantia mínima de sucesso nas minhas atribuições e no meu trabalho. Mas, e no trabalho remoto, eu articulo com quem? Eu pego assinatura de quem? Isso eu estou falando em relação aos deputados. Então, é mais cômodo, é mais cômodo para um líder de governo, para um líder do bloco? É, porque a votação é remota. Muitas vezes, o deputado está em casa de bermuda, põe uma camisa social, um blazer, põe o celular em cima da mesa e vota. Ele não está aqui, ele não está tendo tête-à-tête com a população, com as galerias lotadas, com os servidores cobrando. Ele não tem o impacto da cobrança efetiva popular.

O que nós estamos falando aqui, secretário Otto Levy, secretário Igor Eto, é que eu não estou inovando. Quem sou eu? Eu sou um 2º-sargento da reserva da Polícia Militar que, por ironia do destino, foi para uma greve em 1997. Sou filho de vaqueiro. Por um aborto político, eu vim parar aqui, na Assembleia, como deputado. Eu não tenho pedigree, não tenho parentes na aristocracia. Eu era favelado, mas eu conheço a essência do Parlamento.

O presidente – Para finalizar, deputado.

O deputado Sargento Rodrigues – Já encerro. Depois, queria pedir o Regimento Interno – não agora, para não atrapalhar o presidente. Eu queria que os senhores pudessem ler o art. 291 – eu vou fazer questão, foi eu quem inventei isso. A efetiva participação popular serve para que dentro da Assembleia? Ela tem uma lógica, serve para subsidiar o trâmite e matérias legislativas. Eu pergunto: quem está aqui neste ambiente? Depois de tanto eu falar que as portas estavam fechadas, eles abriram. Eles falaram: "Não deixem a porta fechada, não, porque o deputado já virou as câmeras para lá, já pediu fotografia". Mas, não há ninguém. Aqui há meia dúzia de assessores, deputados. Não há debate, não houve debate no seminário. Eu tenho enorme respeito pelo presidente Agostinho Patrus, que é competente, é trabalhador, é esforçado, mas o trabalho remoto reduziu a quase zero as nossas atribuições e não permite a efetiva participação popular. Com isso feito, eu sou a favor da reforma, eu sou a favor do debate da reforma, eu sou a favor de ter que fazer a discussão. O governo não está no caminho errado, o governo está no time errado. Agora, as comissões da Assembleia são os pulmões da Assembleia, deputado Raul Belém. A presença da população aqui está intrínseca na razão da existência do Parlamento. Sem a efetiva participação popular, não podemos chamar a Assembleia de Poder e voz do cidadão.

São essas as minhas considerações. Agradeço a presença dos ilustres secretários, mas entendo que a reforma não pode prosperar neste período de pandemia. Obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Andreia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde, presidente Tadeu; boa tarde aos secretários que estão aí presentes; boa tarde aos colegas deputados que estão nos acompanhando.

A minha fala vai na direção, primeiro, desta Casa. Eu volto a afirmar que a participação remota, o seminário, foi um espaço muito produtivo de escuta, de aprendizado, um momento de se aproximar daqueles que serão diretamente afetados por decisões nossas, um momento extremamente rico, mas jamais, jamais, vamos encontrar algum registro – nem na Constituição Federal nem na Constituição do Estado – de que um formulário pode substituir o contraditório. As audiências públicas são espaços em que a gente dá oportunidade, em que a gente tem oportunidade de ser ouvido e de falar com o Estado. O seminário e a presença do Estado para responder os questionamentos e para ouvir as pessoas não as substituíram; isso não foi garantido, isso é uma resposta insuficiente para a demanda e para o clamor dos sindicalistas que estavam presentes.

Então, deixo o registro de que, de fato, o meu compromisso é agora com os servidores; conosco, servidores; conosco, mulheres; conosco que mantemos o Estado – há anos também sou servidora pública. É inadmissível discutir qualquer coisa sobre a gente sem a nossa presença. Então, o meu compromisso será continuar a fazer todo o esforço necessário para que essa discussão aconteça, secretários, no momento em que, de fato, as pessoas puderem participar; e não é só participar por estarem presentes, elas precisam ter condições emocionais, condições materiais para fazer este debate.

Foi falado do servidor que acompanha diretamente a atuação no hospital João XXIII, mas eu convido os secretários que estão trabalhando no ar-condicionado a visitarem o subsolo do Hospital João XXIII, um hospital que é referência neste estado, mas que recebe pessoas de outros estados. Vocês precisam ver como as servidoras e os servidores estão trabalhando no subsolo do João XXIII, que corre risco de pegar fogo, com aquele tanto de andares para cima e aquele tanto de pessoas sendo atendidas. Só assim, vocês vão entender o que é serviço público para além dos números. Isso precisa ser tratado como direitos humanos.

E, para concluir, porque eu não quero entrar no mérito de fato, um relatório produzido por esta Casa... E aí eu quero não só parabenizar pelo relatório, mas por todo o esforço de cada um dos servidores que está trabalhando nesse lugar altamente contaminado. Nós sabemos de servidores públicos contaminados, e agora há deputados que já testaram positivo. O risco dessas pessoas estarem aí não vai entrar depois na Previdência, não vai entrar no cálculo, não vai entrar para a história desta Casa. Tem que entrar para os anais desta Casa que cada um dos servidores está agora colocando seu corpo em risco e correndo risco de perder entes da sua família por estar entregando sua vida para o Poder Legislativo; isso não vai entrar para a história porque eles vão virar números, assim como os quase 80 mil no Brasil.

Eu quero pedir encarecidamente em nome dos servidores que continuem ligando – em nome dos sindicalistas, das associações – para que os secretários responsáveis por essa pasta sentem e ouçam os sindicatos. Esse documento robusto feito pela Assembleia Legislativa, que muitas vezes assume o papel do Estado... Desde que o governador Zema assumiu, a Assembleia Legislativa tem assumido seu papel porque ele se omite. Sentar com os sindicalistas e com os servidores era papel do governador, antes mesmo de escrever o projeto. Se todo esse material serve para que o governo do Estado apresente um substitutivo para que a gente possa discutir num momento qualificado, que ele, de fato, ouça os servidores, crie espaço de diálogo, porque é inadmissível a forma como o governo tem atuado sem ouvir os servidores. E há coisas muito graves como confisco, empobrecimento, sonegação, inconsistência do debate do déficit, violência contra as mulheres. Toda reforma da Previdência ataca as mulheres, ataca a instituição família, retirando a pensão, aumentando o tempo de trabalho, retirando parte do salário de quem hoje muitas vezes está recebendo atrasado, porque, nas palavras dos servidores da Fazenda, esse governo não conhece nem o próprio caixa, está pagando servidor atrasado por não reconhecer o caixa. Isso não é qualidade de serviço, não é eficiência.

Eu finalizo dizendo que não é o momento de discutir. O governo precisa ainda dar resposta para a calamidade, uma calamidade que está se aprofundando. Ir para os jornais agora – inclusive jornais internacionais... O governador Zema mostra o seu descompromisso ao orientar o vírus a viajar no Estado. Há vários hospitais do interior precisando de respostas urgentes, e não da resposta que ele tem dado com essa maldade de retirar direitos trabalhistas de quem está salvando vidas. Coloco-me à disposição para, de fato, haver um espaço de contraditório, porque está previsto na Constituição. Contraditório é princípio da democracia; sem contraditório não há democracia. Nós fizemos um espaço de escuta e de aprofundamento, mas isso não é contraditório.

Essas são as minhas palavras, presidente, e sigo na forma intransigente de buscar a democracia, uma radicalização da democracia nesta Casa, fora dela e, principalmente, neste governo que até o momento só nos persegue.

O presidente – Obrigado, deputada Andréia. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Betão.

O deputado Betão – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todas e a todos os deputados que estão nos escutando, a todos aqueles também que estão assistindo pela TV Assembleia.

Presidente, a hipocrisia, a dissimulação já é um ato nefasto, mas na política não há coisa pior. Ao falar que houve um debate neste seminário, ou a deputada não sabe o que é um debate, ou está cometendo uma hipocrisia com os demais colegas da Assembleia e com os trabalhadores do Estado de Minas Gerais. Vejamos: nós tivemos dois secretários que compareceram à Assembleia, apresentaram PowerPoint sem se aprofundar, não responderam às perguntas. Os sindicatos falaram, e praticamente todos disseram que é impossível continuar essa discussão, que não dá para fazer debate com sindicalizados, fazer as assembleias. Seria melhor, inclusive, que os sindicatos não tivessem comparecido a este seminário porque caiu no nosso colo um documento de 300 páginas – ainda não li tudo porque é impossível, mas eu passei os olhos pelo menos nas conclusões. Assisti a todos os pronunciamentos, e, em praticamente todos, em uníssono, ficou claro: não dá para continuar fazendo essa discussão com uma pandemia que aumenta; o governo do Estado de Minas Gerais ampliou o prazo de calamidade pública para 31 de dezembro e está querendo fazer essa discussão, essa votação rapidamente.

O governo está com medo de quê, presidente? De que os servidores se mobilizem? Essa é uma tremenda covardia que estão procurando fazer com os servidores. Eu sou servidor do Estado, presidente. Uma pessoa que está querendo votar, um deputado que queira votar isso aqui rapidamente não sabe o que é viver com dois, três, quatro, cinco salários. Os servidores não têm pró-labore, não têm investimentos, imóveis para poder se sustentar depois que se aposentam. O seu patrimônio é o salário que vai receber na aposentadoria por todos os anos de serviços prestados para a comunidade, para a população de Minas Gerais. Esse é o grande patrimônio do servidor público em que, pela proposta, inclusive, querem colocar um teto sem que o servidor tenha acesso a outros fundos – como existe, por exemplo, no Regime Geral da Previdência.

Então, Sr. Presidente, é um absurdo a gente prosseguir com este debate em meio a esta pandemia. Eu quero aproveitar e corroborar a fala da deputada Beatriz Cerqueira: não há como pegar as diretoras agora e mandá-las distribuir kits, ou seja, trazer as pessoas para o convívio, quebrando todas as regras que a própria Secretaria Estadual de Saúde estabelece de isolamento e de distanciamento social – isso é um verdadeiro absurdo. Peguem os militantes do Partido Novo e façam uma força-tarefa para distribuir esses kits; chamem-nos para fazer isso, mas não vamos colocar mais servidores além dos que já estão na área da saúde, tentando ajudar nessa situação, expostos à Covid-19.

Então, Sr. Presidente, eu queria registrar essa minha fala porque é um verdadeiro absurdo falar que, com esse debate feito em uma semana – pelo meu entendimento, é apenas um preâmbulo que começou, é um preâmbulo do que nós temos que discutir para frente –, seja possível aprofundar, fazer emendas ou tentar aprovar uma reforma da Previdência.

Obrigado, Presidente. Passa para frente.

O presidente – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Virgílio Guimarães.

O deputado Virgílio Guimarães – Obrigado, presidente Tadeu. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Secretários. Este debate é mais para discutir com os secretários, portanto vou discutir diversos assuntos postos que são debates que teremos que fazer entre nós, da própria Assembleia. Com muita coisa que foi dita aqui, eu concordo; com outras, não. Eu tenho defendido a questão da Previdência há muito tempo – muito tempo mesmo – e tenho opiniões formadas sobre vários temas. Eu acho bom que uma sociedade tenha uma expectativa de vida maior; acho bom que, em uma sociedade, não exista mais a diferença entre homem e mulher como havia em 1938, há 82 anos. Sou militante do movimento feminista e lutamos também para diminuir o peso da dupla jornada, ou tríplex jornada – não sei. Os costumes mudaram, as pessoas mudaram, o peso dessa dupla ou tríplex jornada é muito menor com a indústria, com a diminuição do tamanho da família, etc. Não vou discutir isso agora. Tenho também opinião a respeito de vários assuntos. Acho, inclusive, que toda essa discussão – que tem muita importância – cabe ao próprio Legislativo ao legislar. Eu não sou muito de ficar pedindo benção a governo nenhum a respeito do que se deve fazer ou deixar de fazer. Se a Assembleia entender que não deve votar, não vota. Se quiser adiar, adia. O governo que se entenda. Ele tem sua base aqui e, portanto, o que sair da Assembleia... É dever do Legislativo legislar; não existe outra forma de pensar isso.

Mas eu queria me dirigir aos secretários, já que esse é o debate que há no momento. Eu queria dizer duas coisas, além dessas que eu já disse. Eu sou favorável a se equiparar a contribuição do inativo com a do ativo em todas as faixas salariais – todas, sem exceção. Defendo isso para o regime próprio dos servidores públicos; defendo isso também para o Regime Geral dos Servidores. Mas eu queria colocar duas questões para os secretários. A primeira é que eu defendo também – já que não temos – a contribuição até o teto do regime geral. A introdução disso – que eu acho correta – deveria ser feita de uma maneira que não fosse impactar o salário líquido disponível dos servidores públicos. Isso é muito dolorido, é muito grave. Um aumento, um impacto só deveria acontecer quando houvesse aumento dos servidores, aí sim. A maneira de se fazer a transição tem que ser vista também. Já conversei com muitas pessoas, muitos servidores públicos que concordam com as mudanças desde que haja uma transição. E, no caso, essa que é – digamos assim – a cirurgia mais profunda deveria ser feita com anestesia. Por mais necessária que seja uma cirurgia – dolorosa, mas necessária –, nem por isso não tem que haver anestesia, cuidados, tudo isso, sobretudo quando estamos falando de servidores públicos

que vão ter uma redução, nesse momento, do seu salário líquido disponível. Isso tem que fazer parte dos cálculos. Eu coloco esse tema para os secretários.

Dois: também é importante a busca de fontes alternativas e saudáveis de financiamento. Eu tenho buscado várias, não vou discutir todas. Vou discutir apenas uma que eu já falei hoje de manhã – mas os secretários não estavam: o imposto sobre exportações do ouro. Todas as mineradoras de Minas exportam muito ouro, desde quando o ouro girava em torno de R\$100,00 o grama – chegou a R\$80,00, a R\$76,00, subiu, e, quando chegava a R\$100,00, era uma festa. Hoje está em R\$311,00. O quinto do ouro seria uma tributação de 20% do imposto de exportação que, sem autorização legislativa, pode chegar a 30%, portanto estou sendo camarada: só 20%, o quinto do ouro. Portugal nos roubava o quinto do ouro para levar para fora do Brasil, e eu quero sugerir o mesmo para se manter em Minas o ouro que é de Minas. No auge do ciclo do ouro, em 100 anos se extraíram 650t, ou seja, uma média de 6,5t por ano. Minas hoje exporta 19t pelas quatro grandes mineradoras. Esse é o valor de exportação.

Ora, uma tributação pode começar dia 1º de agosto, sem problema nenhum. O imposto de exportação, o imposto regulatório não tem prazo, não tem noventena, não tem anterioridade, nada disso; até 30%, sem problemas, pode começar amanhã, e pode ser destinado sem mudança da lei para qualquer destinação que visa ao equilíbrio financeiro. De quê? Daquilo que o Conselho Monetário Nacional resolver. Pode ser, por exemplo, para equilibrar o regime próprio de Minas Gerais. Os tributos regulatórios, como o IPI por exemplo, podem ser diferenciados por estado: aplicar-se num estado e não se aplicar em outro. O regulatório é para regular, com o próprio nome diz; é um imposto federal, sim, mas quem pensa que pode pedir ao governo federal para pagar não sei quanto para Minas, com muito mais razão, pede para o governo só autorizar a cobrança. Pode-se fazer até um convênio simples com o governo, para o próprio fisco mineiro recolher, arrecadar – não há problema algum; ou a arrecadação pode ser feita e ser destinada para a higidez financeira do regime próprio dos servidores públicos de Minas. Eu fiz as contas, e isso daria, ainda em 2020, cerca de R\$440.000.000,00, se aplicarem a alíquota de 20%, que é o quinto do ouro, o quinto saudável.

Quando houve terremoto, incêndio, tsunâmi – tudo de uma vez só – em Lisboa, o quinto do ouro recuperou Portugal, reconstruiu Lisboa inteira. E agora nós estamos mandando para fora 19t, muito mais do que no auge do ciclo do ouro mineiro.

E vai se pagar praticamente nada. Eu não estou falando do ouro ilegal, de garimpo, dessas coisas, não; falo das quatro grandes que estão aqui. É fácil fiscalizar, é fácil arrecadar. O quinto saudável, o quinto benéfico é o quinto do ouro para ficar com quem é dono do ouro, que é Minas Gerais.

Só isso vai dar mais de um bilhão em 2021 e dará R\$450.000.000,00 de agosto a dezembro deste ano. Não vejo por que não haver, no mínimo, um esforço. Esta Assembleia se levantou de uma maneira impressionante para exigir a questão da compensação de exportações, uma luta difícilíssima. Eu próprio nunca entendi muito bem a origem desse recurso, mas a Assembleia fez a sua parte. Ela se levantou, cobrou, exigiu. O nosso presidente, o Agostinho, foi um campeão de luta, sem dúvida nenhuma.

Isso exigiu uma negociação com o governo federal – para concluir – e um monte de coisa; a cobrança do imposto de exportação, não, não exige nada, basta uma reunião do conselho; não precisa de decreto, não precisa de lei, não precisa de nada, basta uma reunião do Conselho Monetário Nacional. Claro que o governo vai falar se pode ou se não pode, mas formalmente é isso do que se precisa para que o quinto do ouro, o quinto do bem mande um bilhão para o ano que vem e meio milhão – quase meio milhão – para este ano. Se isso ocorrer, as finanças não do Estado, mas dos servidores públicos de Minas Gerais... Aí, sim, poderiam lutar melhor para que fosse mais branda a transição que nós tanto achamos dura no momento de pandemia.

O presidente – Obrigado, deputado Virgílio Guimarães. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Boa tarde, presidente, boa tarde, nobres colegas. Presidente, vocês conseguem me ouvir perfeitamente? Está chegando o áudio? Conseguem me ouvir?

O presidente – Estamos escutando. V. Exa. tem a palavra.

O deputado Cristiano Silveira – Obrigado a todos que estão coordenando os trabalhos neste momento. Quero cumprimentar os convidados.

Presidente, eu queria aqui, rapidamente, relatar a minha impressão sobre esse processo até o momento de agora. Eu acho que, no relatório a ser entregue ao governo, tem de constar... Majoritariamente, a opinião dos representantes de entidades, dos trabalhadores é favorável ao adiamento da discussão: que não se discuta neste momento da pandemia. Em Minas, têm aumentado os casos, tem-se batido o recorde de mortes diárias. Há o problema de leitos, da ocupação dos leitos. Acho que o momento não é apropriado. Mesmo para aqueles que dizem o seguinte: "Olhem, onde o PT governa, como na Bahia, houve reforma da Previdência", respondo: "Houve, e sem pandemia, foram oito meses de discussão". Sem falar também que, em 2020, o governo da Bahia, do PT, aumentou em 21% o salário dos servidores que recebem menos. Então que isso fique registrado.

Outra questão, presidente: o governo insistir em debater isso, neste momento, tem ajudado a pandemia. Nós vimos que, na porta da Assembleia, durante vários dias, surgiram aí diversos trabalhadores, profissionais, Polícia Civil, com fortes aglomerações. Isso tem impacto, vai trazer impacto do ponto de vista da pandemia que estamos vivendo. Percebemos que o trabalho que o deputado Agostinho tem feito, presidente, nesta Casa, de mediar esse interesse do governo e a necessidade dos trabalhadores já surtiu resultados importantes. Durante esta semana, tive oportunidade de estar aí pelo menos por três vezes. Há muita informação relevante, com opiniões dos trabalhadores. Agora, imaginem: se nós tivermos um pouco mais de tempo para debater essa matéria, um tanto mais de informação poderá subsidiar a nossa opinião, a nossa decisão final quando a matéria, num ambiente mais tranquilo, puder ser debatida.

Vejam que os jornais, as rádios, hoje cedo, estão noticiando que as pesquisas feitas por uma universidade da Inglaterra – acho que Oxford – estão sinalizando a possibilidade de termos vacina até setembro. Estamos em meados de julho. Vejo que as eleições foram adiadas para o final do ano, em decorrência da pandemia, e a universidade sinaliza a possibilidade de termos uma vacina – 80% – até setembro. Então vejo que seria prudente, por parte do governo, recuar quanto a essa ânsia de querer aprovar a reforma desta maneira e neste momento e continuar ouvindo os servidores. Todos os sindicatos falaram para nós que eles não foram chamados a conversar. Imaginem se tivessem sido chamados para começar essa construção, talvez o ambiente hoje teria sido outro. Então eu acho que é importante que se recupere isso em consideração às nossas opiniões. Acho que foi válido o que foi feito nessa última semana. Foi importante. Foi muita informação, muito elemento. De maneira, ainda que restrita, houve alguma participação, mas isso pode ser ampliado, deve ser ampliado, vai colaborar, vai ajudar na construção de uma proposta que não seja uma proposta tão penosa para os trabalhadores.

Vejam a situação dos trabalhadores da saúde. Auxiliar de enfermagem, técnico de enfermagem têm baixos salários. Ganham pouco e estão há sete anos sem reajuste. Neste momento, o profissional da saúde está enfrentando a pandemia. Nós estamos chamando de heróis os valentes da saúde que estão enfrentando essa guerra contra o vírus. Aí você vai dizer o seguinte: O que o Estado de Minas Gerais vai fazer em reconhecimento? Vai dar, por exemplo, 40% do teto da insalubridade? Não. Vai dar, por exemplo, como aprovado na Câmara Federal, indenização de R\$50.000,00 caso lamentavelmente o profissional venha a ficar inválido em decorrência do vírus, por contaminação? Também não. E o reajuste está parado há sete anos? O que vai ser dito a esses servidores? "Vocês são nossos heróis, nós vamos homenageá-los aprovando uma reforma sem que vocês sejam amplamente ouvidos".

Pessoas estão na linha de frente. Algumas perderam a vida. O momento é dramático. Volto a dizer: não sou contra o governo, contra o direito que o governo tem de querer debater qualquer proposta que seja, mas acho que a falta de sensibilidade de perceber a gravidade do debate neste momento mostra uma face do governo sem empatia nenhuma com o servidor, com os trabalhadores de Minas Gerais. O produto do Estado é serviço público. O principal produto que nós temos não é o eletrodoméstico, não é a geladeira, não é a televisão, é o bom atendimento à saúde, à educação, à própria segurança e a todas as áreas que o Estado tem



de ocupar. Não é o sucateamento dos trabalhadores que tentam entregar esses produtos que vai trazer para nós o melhor resultado para o povo mineiro.

Quando se fala de questão fiscal, se o debate também é fiscal... Olha, quem prestou atenção à fala do deputado Virgílio, viu que ele já apontou ali uma meia dúzia de caminhos; sem dizer o que o sindicato da Fazenda disse, o Sinfazfisco. Ele comentou esta semana sobre o ITBI, um combate mais incisivo, mais tecnológico, mais inteligente à sonegação. Vimos operações contra grandes empresários nesta semana. São sonegações de mais de R\$300.000.000,00. Ainda há os incentivos fiscais, o debate de incentivo fiscal; e o governo poderia iniciar por ele, falar: "Olhem, vamos fazer um debate da questão tributária em Minas. Vamos rever os incentivos fiscais que talvez não sejam mais necessários". Ao invés de ficar dando quase R\$7.000.000.000,00 de benefícios, vamos falar de outras possibilidades, como os sindicatos apontaram. Vamos ouvir a proposta do deputado Virgílio. Ela é possível? Ela é tangente? Em que nós podemos avançar? Depois, se necessário, pode-se falar também da reforma da Previdência. Então que mudem o debate para janeiro. Há aí, claro, como sabemos, o imperativo federal, mas ouvindo-se, ouvindo-se o conjunto dos trabalhadores.

Saúdo o esforço que a Assembleia fez para poder ouvir, mas acho que o governo poderia ter sensibilidade e dizer: "Vamos adiar um pouquinho mais". Se a Universidade de Oxford já acha que em setembro poderá haver uma vacina, 45 dias, 2 meses não vão mudar muito a realidade. Estou aqui na defesa do melhor prazo possível para debater e ouvir os servidores. Quando esgotado esse cronograma, vamos discutir, vamos discutir. Poderemos ser contra. Poderemos apresentar emendas. Enfim, aí você tem o melhor momento e a melhor oportunidade para poder fazer esse debate.

Então, presidente, deixo aqui a minha consideração e o meu recado aos representantes do governo que aí estão para que parem e pensem. A conjuntura da discussão da reforma em Minas é diferente da dos outros 20 estados que já a fizeram. É muito diferente. Repito, eles, mesmo sem pandemia, levaram um tempo maior para chegar a uma proposta, a quem coube aprovar ou não. E o que o servidor está pedindo é isso: que ele possa ser ouvido neste momento.

Então quero fazer uma homenagem a todos os servidores, especialmente aos servidores da saúde, a grande maioria com baixos salários, que estão enfrentando a pandemia, sendo contaminados, alguns até perdendo a vida. Vou repetir: nós não estamos aqui discutindo o Adebv ou a insalubridade do teto, ou uma gratificação extra. Não estamos discutindo reajustes de muitos que estão há sete anos sem reajustes. Não estamos discutindo indenização por invalidez como foi aprovada na Câmara dos Deputados. Nós estamos discutindo tributar os trabalhadores ao invés de tributar outros setores, como já foi explicado aqui, inclusive pelo deputado Virgílio. É o que a gente tem falado aí sobre as isenções fiscais.

Obrigado, presidente. Essa é a minha contribuição e reflexão no dia de hoje.

O presidente – Obrigado, deputado Cristiano Silveira. Neste momento, passo a palavra para a aniversariante do dia, deputada Celise Laviola. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Celise Laviola.

A deputada Celise Laviola – Boa tarde, presidente e todos aqui presentes. Eu quero cumprimentar, de forma muito especial, os dois secretários que estão aqui hoje, o secretário Otto Levy e o secretário Igor Eto. São dois amigos que a gente fez nessa caminhada. Fico muito feliz de ver a atuação que eles estão tendo e o respeito e a responsabilidade com a nossa Casa nesse período difícil. Eles estão aqui, sempre presentes, sempre se manifestando. Quero cumprimentar também todos os deputados aqui presentes e também as deputadas, as minhas colegas, os que estão virtualmente, todos que nos assistem pela TV assembleia e pelas redes sociais neste momento de discussão.

Discussão, sim – ouviu, presidente? –, porque é a única forma que nós temos de fazer. É a melhor? Eu tenho dito, secretário Igor, que não é a melhor, não é. Eu, como servidor pública que sou, gostaria de ver isso aqui cheio, e a gente discutindo. Meus colegas de serviço estão aqui. Eu sou servidora desta Casa. Então eu estou vendo-os aqui se esforçando, trabalhando, correndo todos os riscos conosco, mas fazendo acontecer um debate da forma como nós podemos ter. Nunca dissemos que era o ideal. Aqui está o nosso líder

de governo que pode confirmar isso. Nunca dissemos que era o ideal, mas nunca nos furtamos a ele, porque ele é o único que nós temos, é a única condição que nós temos neste momento.

Quanto à necessidade da reforma, eu acho que tenho deixado isso muito claro. Sou servidora, tenho brigado muito por direitos dos servidores, mas eu acho que a responsabilidade da gente no trato é muito importante. A reforma tem de ser feita. Então eu não posso levar a ideia de que a reforma não precisa ser feita, de que o momento não é este. Não, neste momento não era para termos pandemia. Com isso, ninguém contava. Ninguém esperava por ela, ninguém contava com ela. É ela que está fora do nosso contexto. Ela que veio nos atrapalhar no nosso andamento. Os estudos da reforma estavam sendo feitos. Concluídos, a proposta foi enviada. Como tem sido dito aqui, tanto pelo secretário Otto, como pelo secretário Igor, presidente, a reforma veio porque o papel desta Casa é aperfeiçoá-la, é adaptá-la, porque nós é que ouvimos os segmentos. Nós sabemos o que cada segmento quer. Nós levamos essas reivindicações, essas necessidades e temos a responsabilidade de aperfeiçoar e aprimorar o texto. Este é o trabalho do parlamentar com todo projeto que chega aqui do governo.

Outro dia, num questionamento... Às vezes a gente vai assim: é servidor? É parlamentar? Tem posições? Tem posturas? Eu acho que todos nós temos. Se nós não tivéssemos posturas, se não tivéssemos lado, não estaríamos todos aqui. Nós somos 77, cada um tem a sua representatividade. Eu tenho dito muito... Outro dia eu fiz uma brincadeira até, numa reunião interna nossa. Eu perguntei onde estava escrito, em qual lei estava escrito que um deputado governista não pode defender servidor. Isso porque eu fiquei, no momento, nessa dúvida. Falei: "Gente, será que eu sou obrigada a ser contra o servidor porque eu sou governo?". Então me veio essa dúvida. Onde está isso? Aí eu resolvi falar: "Não, gente, eu vou mostrar...". A gente já estava negociando, secretário. Eu tenho ido lá. O secretário de Governo tem-me acompanhado. Eu tenho ido com demandas. Eu tenho ido com propostas de emendas. Eu tenho discutido, eu tenho levado e eu tenho sido recebida, sempre aberta ao diálogo.

Agradeço também, secretário, porque sei que já estão recebendo lá inclusive algumas categorias. A gente fica satisfeita porque esse espaço foi aberto. Agradeço ao nosso líder Raul Belém porque abriu também esse espaço. Ele nos levou lá, como servidores. Não fui só eu não, outros deputados também. O deputado Zé Reis esteve conosco, o deputado Charles, o deputado Gustavo Santana. Foram inúmeros, inúmeros. Não tem nem como eu citar todos. A deputada Laura, ali, estava defendendo os servidores da educação, junto comigo, com o deputado Dalmo. Então, a gente tem feito, tem levantado muitas questões. A gente tem sido ouvida. Eu acho que é importante a gente passar também esse lado. Fica parecendo que a gente só está... Nós não estamos trabalhando contra. Nós estamos buscando melhorar um texto, porque ele é necessário.

Então, vamos tentar atender, ao máximo, o servidor. O que eu quero dizer, Raul Belém, ao servidor é que conte conosco. Ouviu, Tadeuzinho? Que ele conte conosco, porque eu sou servidora. Eu estaria aí, embora já aposentada, incluída nas maiores alíquotas que estão sendo apresentadas. Mas eu não posso dizer que a reforma não pode ser votada. Eu não posso levar essa imagem. A imagem que eu preciso, que tenho de levar é que eu quero melhorar, ao máximo, no que puder, para o servidor. É nisso que eu tenho trabalhado. Com essas propostas, é que eu tenho trabalhado, sendo ouvida, recebida e podendo levar as entidades sindicais que nos procuram, com propostas reais, com propostas apreciáveis.

Eu tenho de deixar também esse testemunho aqui hoje. Eu tenho sido recebida, e a gente tem tratado. E olha, muita coisa já melhorou. Por exemplo, nós retiramos na CCJ a parte da reforma administrativa. Esse era um grande anseio do servidor. A gente depois viu que era como se não tivesse acontecido nada, mas aconteceu na própria CCJ.

Há outra coisa, deputado Raul Belém, que eu acho importante a gente frisar também. Eu estou aqui brigando contra a alíquota extraordinária, secretário, mas na CCJ nós também já conseguimos um avanço, que é vinculá-la a uma lei desse parlamento. Quer dizer, presidente, cada vez que houver uma consulta, cada vez que houver uma necessidade, para que a alíquota extraordinária... Não queremos que ela exista, mas nesse momento já existe esta diferença: cada vez que houver necessidade, ela terá que ter o aval desta Casa; esta Casa terá que avaliar. Então, já é um avanço nas propostas que foram feitas. Nós vamos continuar trabalhando, já

levamos propostas para a Polícia Civil, para todas as categorias com relação à alíquota, com relação à alíquota extraordinária, com relação à migração do regime previdenciário, que apareceu. Ontem, já apareceu uma questão sobre as pensões. Então, nós estamos levando, discutindo as questões e buscando melhoria. Eu queria deixar isso, uma tranquilidade para os servidores de que nós também, do governo, trabalhamos por eles, nós também lutamos por eles. O caminho que eu acho melhor é o do diálogo, e é ele que eu busco, e é isso o que eu tenho feito o tempo todo. Eu não canso de trabalhar, de lutar pelo servidor, da maneira que eu acho mais possível de conseguir o benefício.

Eu respeito todas as opções, respeito todas as formas de trabalho. Só o que eu não aceito é dizer que nós não trabalhamos pelo servidor. Isso eu não aceito, porque não é verdade. Então eu friso aqui que nós trabalhamos pelo servidor. Contem com a gente! Eu agradeço à Assembleia o espaço de debate que abriu num momento tão difícil, a coragem da Assembleia, viu, 1º-secretário? O deputado Tadeu é meu colega de partido, é um amigo muito querido, e eu sei que ele trabalhou muito, junto com o presidente, para que a gente tivesse essa abertura. Sabemos da importância disso, de a gente trazer as categorias aqui. Não podemos lotar as galerias, não podemos e não vamos, porque somos responsáveis. O trabalho que a Assembleia tem feito – eu não canso de elogiar – é com responsabilidade, para que a gente contenha toda essa pandemia aqui dentro, porque nós temos que ser exemplo, nós somos espelho e precisamos fazer isso. Parabenizo a Mesa, levo os meus parabéns ao nosso presidente, deputado Agostinho Patrus. Parabenizo também o nosso Colégio de Líderes. Eu tenho feito sempre isso, porque às vezes falam... O meu líder tem me representado muito bem dentro do Colégio de Líderes, o nosso líder Gustavo Valadares. Temos agora o nosso líder de governo, o deputado Raul Belém. Eles têm levado as nossas demandas e discutido conosco.

Então eu quero agradecer ao Colégio de Líderes o trabalho que ele está fazendo e agradecer também ao governo sim. Agradecer ao secretário Otto e ao secretário Igor a abertura, o espaço de discussão e por estarem aqui conosco. Eu estive aqui no outro mandato e confesso que não assisti, não assisti a presença do governo na discussão, a abertura do governo na discussão. A gente tem que lembrar isso, tem que lembrar isso. A gente não tinha os representantes do governo aqui, e hoje isso é diferente. Para mim, esse é um grande passo e uma grande demonstração de transparência e responsabilidade no trato da coisa pública. Muito obrigada, muito obrigada a todos os colegas servidores. Contem conosco! Contem com a base de governo também na luta pelos direitos de vocês. Muito obrigada.

O presidente – Obrigada, deputada Celise. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Raul Belém, líder do governo.

O deputado Raul Belém – Boa tarde, presidente; boa tarde, secretário Igor Eto; secretário Otto Levy. Eu quero agradecer a presença na Assembleia hoje e também no início da semana. Com presteza, vocês, em nome do governo, estão aqui para enfrentar esse debate que é tão importante para Minas Gerais. Então, cumprimento os senhores e todo o governo de Minas pela abertura do diálogo que estão dando a esta Casa. Presidente Tadeu Martins, eu quero cumprimentá-lo. Que o senhor leve o nosso respeito de toda a Mesa, do presidente Agostinho Patrus, por esta semana que foi proporcionada para debatermos a Previdência. Foi um momento muito importante para toda esta Casa, para os sindicatos, para os servidores. Mesmo diante de um momento difícil como esse que nós estamos enfrentando de uma pandemia, não podemos fugir da realidade. Como tem acontecido no Congresso Nacional, na Câmara, no Senado, todo mundo tem trabalhado, tem aprovado PECs, tem aprovado projetos importantes, porque nós sabemos que a vida não para. É importante nós segurarmos esse momento, que é difícil, mas é extremamente necessária esta discussão e a condução com muita responsabilidade desse processo. Tanto o governo quanto esta Casa têm se mobilizado dessa maneira.

Bem, gente, eu quero dizer que governar é muito difícil. Eu tive essa experiência na minha cidade, deputada Celise, a quem quero cumprimentar carinhosamente pelo seu aniversário e por tudo o que você tem feito pelos nossos servidores, pelas propostas que a senhora tem colocado para nós e que temos encaminhado ao governo. Tenho a certeza de que muita coisa propositiva poderá ser encaminhada através das suas ideias e da sua sensibilidade como servidora.

Como eu vinha dizendo, é muito complicado governar. Eu tive essa oportunidade em Araguari. Eu acho que é uma grande oportunidade você governar a sua cidade, assim como eu creio que para o governador Romeu Zema é uma honra muito grande governar Minas Gerais, por isso é importante tratar as questões com a seriedade devida. Talvez a gente não tenha visto isso ao longo dos últimos anos, porque, politicamente, secretário, talvez seja mais interessante você atravessar os momentos difíceis por meio de uma cortina de fumaça, mas chegou o momento de nós enfrentarmos a realidade.

Dessa maneira, eu cumprimento o governador e o governo por trazerem essa realidade para nós, porque não tem mais como tapar o sol com a peneira, porque Minas Gerais, diante da crise que vive, com salários atrasados, que enfrenta as maiores dificuldades, não pode ficar de fora de um processo como esse. Foram citados aqui alguns estados que fizeram a reforma, e a gente cita justamente para isso, porque a necessidade de enfrentar essa realidade que nós estamos enfrentando não é de Minas, mas de todos.

No dia 31 de janeiro, secretário Otto, estava aprovada na Bahia a reforma da Previdência. Foi um processo rápido, porque a reforma nacional foi aprovada em novembro, e no dia 31 de janeiro já estava aprovada a reforma na Bahia. Então, eu vejo que esse é o nosso dever – e sempre deixei isso claro, secretário, em nome do governo. Esse projeto não é fechado. O governo o enviou para ser discutido por esta Casa, e esta Casa vem cumprindo o seu papel, esta Casa vem aperfeiçoando-o, vem melhorando-o. E desde o momento em que esse projeto chegou aqui, passou na CCJ – a nossa deputada Celise faz parte da comissão –, a Assembleia entendeu, e o governo também, que no momento deveria discutir as alíquotas, a idade, o tempo de contribuição e a transição. E é isso que nós estamos fazendo, além de ouvir a contribuição e a colaboração de todos os deputados.

Eu tenho ido, deputado Gil, ao Triângulo Mineiro, tenho sido procurado pelos policiais civis, tenho sido procurado pelo Ministério Público, pelo Judiciário, pelos professores e tenho ouvido atentamente as reivindicações, tenho trazido a esta Casa e também ao governo do Estado, que tem se demonstrado sempre muito aberto. E aqui eu posso dizer, porque sou testemunha disso, eu me coloquei à disposição de todas as deputadas e de todos os deputados aqui, porque assim o governo me orientou: "Nós queremos a contribuição dos 77 parlamentares". E nós entendemos que essa é a melhor maneira de poder ouvir o povo de Minas Gerais. Então, secretários, esse foi um momento importante de contribuição da Assembleia de Minas Gerais. Eu acredito que durante esse período, se houver recesso – não sei se vai haver –, com certeza nós continuaremos trabalhando, ouvindo os deputados, ouvindo a população, ouvindo os servidores, para que possamos chegar a um projeto que melhore as condições do servidor público.

E aqui eu quero dizer claramente que o governo não responsabiliza o servidor por nada, porque de fato o servidor não tem culpa nenhuma, mas nós estamos, como qualquer governante, com uma grande dificuldade na mão. Essa é a nossa realidade. Será que daqui a um tempo o governo terá condição de pagar os seus servidores? Hoje está parcelado por um mês; daqui a pouco será por dois meses, três meses, quatro meses, e não vai pagar os pensionistas. Essa é a realidade, triste realidade. Talvez nós consigamos segurar até esse momento por causa da austeridade do governador e do governo, que controla até o cafezinho. Se fosse um governo gastador, certamente nós já estaríamos no fundo do poço há muito tempo. Mas esse é um debate que nós não podemos deixar de lado, e eu espero que nós vamos fazer isso com responsabilidade, com respeito e com verdade, sem ludibriar ninguém. Infelizmente, a notícia não é boa, mas nós temos que enfrentá-la com responsabilidade e com respeito, especialmente o servidor público, para que ele possa ter o seu futuro garantido. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Raul Belém, líder do governo. Como houve uma queda na conexão do deputado Carlos Pimenta durante a sua fala, eu devolverei a palavra a ele pelo tempo que lhe restava. Então, com a palavra, neste momento, o deputado Carlos Pimenta, por 4 minutos.

O deputado Carlos Pimenta – Retomo a minha fala neste momento, com um sentimento de revolta contra essas empresas exploradoras que mexem com a internet, com a telefonia celular. É uma briga que eu tenho enfrentado aqui há muito tempo. Essas empresas não têm apreço ao povo de Minas Gerais. Aqui em Montes Claros faltam muitos serviços, muitos investimentos, e a gente

está aí vendo internet de péssima qualidade. Você não consegue falar com ninguém; nas escolas, muitas vezes, os alunos não usam a internet. Então, fica o meu repúdio a essas empresas exploradoras que só querem levar o dinheiro do povo de Minas Gerais.

Eu volto novamente à minha fala, Tadeuzinho, primeiro retomando os meus cumprimentos ao secretário Igor e ao secretário Otto por estarem aqui mais uma vez. Eles representam esse governo, que é um governo probo, é um governo íntegro, é um governo que quer realmente consertar o Estado de Minas Gerais, diferentemente do ex-governo, do ex-governador que arrebitou os municípios, que deixou de pagar IPVA e ICMS, que não pagou ao sistema de saúde dos municípios, ficou devendo bilhões. A gente está vendo aí quanta falta fazem os hospitais regionais que não receberam um centavo sequer do governo passado. Nós estamos vendo o sistema de saúde quase em colapso aqui em Minas Gerais.

Ao cumprimentar o governador Romeu Zema, eu cumprimento todos os secretários, os dois eu já cumprimentei, mas eu quero cumprimentar também o secretário Carlos Eduardo, que está enfrentando com muita muita força, com personalidade esse momento difícil por que nós estamos passando. Ninguém queria a pandemia de Covid aqui no Brasil, em Minas Gerais, mas ela é uma realidade. Nós estamos vivendo o clímax dessa pandemia, e é por isso que estamos com essas reuniões remotas. Não há outra maneira de a gente poder discutir. O deputado Agostinho Patrus, presidente da Assembleia, foi muito feliz ao escutar as várias entidades, as várias categorias de funcionários, e eu espero que essas contribuições que chegaram sirvam para aperfeiçoar o projeto que nós recebemos.

Vimos alguns pontos que foram colocados, que precisam efetivamente ser analisados, e, se precisar consertar alguma coisa, a gente vai consertar aí na Assembleia. Nós vamos ter tempo para isso. Nós temos boas comissões, pessoas que estão comprometidas não com a reforma, mas também em trazer o melhor modelo para Minas Gerais, um modelo que não penalize os servidores. Isso é muito importante. Principalmente as pessoas aposentadas, secretário Otto, porque elas estão aí, entraram num regime, e não são culpadas pelo que aconteceu. A culpa foi de péssimos governos que, num passado recente, arrebitou com Minas Gerais, e muita gente fica calada. Parece que o que aconteceu no passado não tem repercussão agora. Pelo contrário, tem muita repercussão, sim. E é muito importante que a gente diga isso.

Eu quero terminar a minha fala, Tadeu, acrescentando às palavras do deputado Doutor Jean. O que ele disse, eu assino embaixo. Nós estamos com o funcionalismo da área da saúde precisando efetivamente, urgentemente, de uma mudança no comportamento, no tratamento do Estado com o pessoal da área da saúde. São os piores salários. Aqui mesmo, em Montes Claros, há vários servidores que trabalham na Unimontes, no hospital universitário, professores, e o salário básico desses professores é menor do que um salário mínimo. Eu nunca imaginei que a gente ia ver acontecer isso aqui em Minas Gerais. Mas é importante que a gente dê um tratamento especial aos servidores da saúde. São eles que estão na linha de frente. Não adianta ficar batendo palma para eles, exaltando-os agora, neste momento difícil, se nós verdadeiramente não reconhecermos a importância desses funcionários da saúde como um todo – médicos, fisioterapeutas, enfermeiros, atendentes de enfermagem – para que eles possam efetivamente ser valorizados.

E eu termino a minha fala dizendo que, após este período, após esta reforma, após este período de pandemia, nós temos a obrigação, e a Assembleia tem que se colocar de prontidão para ajudar o governo na recuperação do Estado de Minas Gerais. E aqui, o Norte de Minas, secretário Otto, secretário Igor, é a região que talvez tenha um grande potencial que nunca foi explorado. Na área minerária, na agropecuária. Aqui, no Norte de Minas, lá no Vale do Jequitinhonha, lá no Vale do Mucuri. O Jequitinhonha tem hoje a maior mina de lítio do mundo. O Mucuri hoje tem uma pujança muito grande na pecuária, grandes frigoríficos que precisam ter um tratamento tributário diferenciado. Eles estão matando os bois em Nanuque, mas os bois são criados, são confinados no Espírito Santo, porque lá o governo dá mais condições aos pecuaristas.

Então termino a minha fala pedindo a Deus que nos ajude. Temos vários colegas que já foram contaminados pelo coronavírus, e espero que eles possam superar este momento difícil. E nós vamos cumprir a nossa obrigação. Eu queria estar aí, na

Assembleia. Já fui deputado de situação, de oposição, e nunca fugi ao debate. Acho que isso é muito importante, e vamos procurar fazer a reforma da Previdência que seja mais justa possível. E Minas Gerais vai dar exemplo a este país. Muito obrigado a vocês.

O presidente – Obrigado, deputado Carlos Pimenta. A presidência agradece a participação de todos os senhores deputados e senhoras deputadas, e, neste momento, convida para apresentar suas considerações o secretário de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, Sr. Otto Alexandre Levy Reis.

### **Palavras do Sr. Otto Alexandre Levy Reis**

Obrigado, Sr. Presidente, deputado Tadeu Leite. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, antes de mais nada queria manifestar a minha alegria de voltar a esta Casa; e também parabenizar a Assembleia, o deputado Agostinho Patrus pela iniciativa deste seminário. É através do debate e do diálogo que a gente vai, sem dúvida, construir a melhor solução para a Previdência do Estado de Minas Gerais.

Gostaria, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, mais uma vez, de reforçar: a situação financeira do Estado de Minas Gerais é dramática. O déficit previsto inicialmente para este ano era de R\$13.000.000.000,00. Com os efeitos da pandemia, essa previsão saltou para R\$20.000.000.000,00. O déficit previdenciário de 2020 é superior a R\$19.000.000.000,00. Somente o déficit previdenciário é superior a R\$19.000.000.000,00, e, no período de 2013 a 2020, o déficit previdenciário foi de R\$130.000.000.000,00, ou seja, duas vezes a receita corrente líquida do Estado de Minas Gerais. As despesas de pessoal no período de 2013 a 2019 subiram 71%, enquanto as receitas subiram apenas 40%. Essa é a situação financeira do Estado. Ela é muito ruim. Para as pessoas que estão assistindo à TV Assembleia e que talvez não tenham a dimensão do que é isso, eu comparo a situação financeira do Estado à situação financeira do Cruzeiro, que é algo que as pessoas conseguem entender facilmente. O Estado quebrou. Nós temos que encarar agora esse problema. Infelizmente o tempo acabou. A única coisa a que a gente não consegue retornar é ao tempo, e esse recurso nós não temos mais. Agora nós temos que encarar e resolver os problemas. Não existe uma bala de prata, uma única solução para resolver o problema financeiro do Estado de Minas Gerais. Não é uma única medida que vai resolver, vão ser várias medidas, mas o déficit previdenciário é o problema de maior dimensão. Ações de redução de gasto estão sendo tomadas.

O gasto de pessoal ativo, em 2019, caiu 3,2%; a receita cresceu 7%. Ações para redução do gasto com compras estão sendo tomadas. Este governo encara seriamente o dinheiro público. O dinheiro público é o seu dinheiro, é o dinheiro de todos nós. Nós respeitamos esse dinheiro. Infelizmente dinheiro não é fabricado. O dinheiro do Estado vem... Quando você enche o tanque de combustível do seu carro, 1/3 terço desse tanque de combustível vem para o Estado; quando você acende a luz da sua casa, 1/3 terço da conta de luz vem para o Estado; quando você usa o seu telefone, 25% da sua conta telefônica vem para o Estado. É isso que paga as contas do Estado. É o seu dinheiro, o meu dinheiro, o dinheiro do servidor público. É isso que paga todas as contas do Estado. Precisamos encarar a verdade. Precisamos agora reformar a Previdência do Estado. Sem essa reforma, o Estado de Minas Gerais não tem futuro. Nós queremos que o Estado prospere, mas precisamos encarar a realidade. O Estado, o nosso estado, o querido Estado de Minas Gerais é um estado pobre. O salário médio do mineiro, da população mineira, que os senhores representam, é de R\$1.928,00 por mês. Não estou falando que é o piso, estou falando que o salário médio das pessoas em Minas Gerais é inferior a dois salários mínimos.

Não vamos melhorar como País, nem como Estado, se nós não encararmos nossos problemas de frente. Precisamos começar a enfrentar os nossos problemas e buscar a solução deles. Adiar a solução é piorar o problema. Adiar a solução dos problemas, nós já temos feito. Nós, como população, como governo, temos feito isso. Os servidores do Executivo já recebem o salário parcelado há cinco anos, já não recebem o 13º salário no ano há cinco anos. O Estado de Minas, o Poder Executivo já se apropriou de recursos das prefeituras, já se apropriou de recursos de empréstimos consignados, já se apropriou de dinheiro de depósitos judiciais. O Estado está falindo. O que mais é necessário que aconteça para que nós compreendamos que a nossa situação já passou do limite? O



servidor não é o responsável por isso, os governos passados são, porque a responsabilidade sempre é dos dirigentes. A reforma da Previdência é parte da solução do problema.

O Brasil já a fez. A reforma da Previdência foi aprovada no governo federal para todos da iniciativa privada, para todos os militares, para todos os servidores públicos federais, para as polícias militares e para os corpos de bombeiros. Vinte estados brasileiros já a fizeram, independente do partido: do PT ao PCdoB, ao PSDB, ao PSL, todos já fizeram a reforma da Previdência. Felizmente nós estamos vivendo mais. A proposta que o governador Romeu Zema enviou a esta Casa basicamente pede o aumento da contribuição para uma faixa de 13% a 19%, o aumento da idade mínima para 65 anos e 62 anos – 65 anos para homem, 62 anos para mulher –, com as exceções para professores e policiais civis. Essa proposta da reforma da Previdência tem como objetivo dar sustentabilidade ao sistema; tem como objetivo garantir que você, servidor, possa, no futuro, continuar recebendo. O que vale você ter o direito e não haver o dinheiro para lhe pagar? Porque é a esse limite a que nós vamos chegar. Você vai receber cheque sem fundo.

Eu não estou pedindo para ninguém ficar feliz com essa reforma, eu só estou explicando para você, servidor, e estou pedindo aos senhores deputados a compreensão de que essa é uma reforma necessária. Aos servidores, eu peço a compreensão. Estamos fazendo isso para o bem do Estado e para garantir o seu direito no futuro. Volto a enfatizar: o objetivo da reforma é dar sustentabilidade à Previdência do Estado. E é um passo importante para tirar o Estado da crise.

Infelizmente, mágica só existe em *show*, na vida real não existe mágica. Adiar a solução é piorar o problema. Está na hora de nós encarmos a verdade, porque a verdade não vai mudar de lugar. Não podemos fazer igual avestruz, que coloca a cabeça, enfia a cabeça na areia, esperando que o inimigo vá embora. A verdade vai continuar lá. A situação financeira de Minas continua ruim e vai piorar.

Quero enfatizar a importância deste seminário. Vamos estudar esse material que foi entregue, vamos levar em consideração as sugestões; continuamos abertos a sugestões, vamos discutir com esta Casa. Temos a maior boa vontade de discutir e acatar sugestões, mas, obviamente, nós temos alguns parâmetros que precisam ser respeitados. Por exemplo, ao fim e ao cabo, a contribuição média tem que ser de 14%.

No mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade, parabenizar esta Assembleia por esta iniciativa e dizer que este seminário foi muito importante. Como bem disse a deputada Celise Laviola, o que não estava previsto era a pandemia. Há necessidade de se discutir a reforma agora. A situação a que o Estado chegou exige que a gente comece a buscar a solução para garantir o direito do servidor e o direito do povo mineiro a um estado que possa prestar os serviços pelos quais o cidadão paga. Obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Agradeço ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Sr. Otto Alexandre Levy Reis, as suas considerações e a disponibilidade para participar deste seminário. Neste momento, com a palavra, para apresentar as suas considerações, o secretário de Estado de Governo de Minas Gerais, Sr. Igor Mascarenhas Eto.

#### **Palavras do Sr. Igor Mascarenhas Eto**

Sr. Deputado Tadeu Martins, presidente desta sessão, muito boa tarde; em sua pessoa gostaria de cumprimentar todos os deputados aqui presentes e também os presentes por vias digitais.

Inicialmente, gostaria de parabenizar esta Casa pelo seminário desenvolvido e dizer que, como mineiro, fico muito orgulhoso. Acompanhei remotamente toda a discussão feita ao longo desta semana na Assembleia Legislativa a respeito da reforma da Previdência e fico muito orgulhoso. Na segunda-feira, quando estive aqui – estivemos aqui eu e o secretário Otto – para defender a reforma, disse que essa não era uma reforma de governo, era uma reforma de Estado. E hoje, ao receber este relatório, com mais de 300 páginas de sugestões e propostas de emendas à reforma, depois de horas de discussão ao longo da semana com servidores, sindicatos e parlamentares, para mim, fica muito claro, como nós compreendemos, que esta é uma reforma de Estado. O Estado de Minas Gerais está discutindo a reforma da sua Previdência. Isso me enche de orgulho como mineiro. Ao ver essas 300 páginas, para

mim, fica muito claro que nós estamos tendo uma discussão legítima, uma pauta que não pode ser mais adiada, e que o mineiro escolheu, os servidores de Minas Gerais compreenderam a sua necessidade e escolheram encarar de frente o problema da nossa Previdência. E por isso estão aqui apresentando as suas propostas de adequação à reforma.

O deputado Raul Belém, nosso líder do governo, disse que, desde o início, a intenção nossa era discutir, e o Parlamento é o locus ideal para essa discussão, para o debate. E, se nós temos aqui essa quantidade de propostas, é porque o debate foi feito na sua plenitude e vai continuar sendo. Não encerramos aqui as nossas discussões. Essa é uma reforma de Estado, essa é uma reforma que todos nós iremos construir, porque trata do futuro de todos nós, cidadãos de Minas Gerais. Então, nesse sentido, eu gostaria de, mais uma vez, parabenizar a iniciativa do presidente Agostinho Patrus, em nome de quem parabenizo todos os deputados pela coragem e pela consciência de enfrentar esse problema, essa questão que temos hoje, que é a reforma da Previdência do nosso estado.

Deputado Sargento Rodrigues, deputada Beatriz Cerqueira, nós dissemos aqui, e os senhores têm razão, não é a forma ideal de discussão, não é, mas a deputada Celise também disse que o que não estava programado era a pandemia, mas o mineiro, como honra a sua história, encontrou alternativas para discutir, superar os obstáculos. A pandemia é um obstáculo. Nós estamos superando a pandemia com muita dificuldade, mas Minas Gerais hoje está entre os melhores estados do Brasil em relação ao enfrentamento da pandemia, e isso se deve muito ao mineiro, porque o mineiro vence obstáculos. E nós provamos nesta semana que a gente consegue vencer obstáculos, seja da pandemia, seja da distância. Nós estamos discutindo a reforma da Previdência, nós estamos discutindo o nosso futuro. Isso aqui, para mim, é a prova irrefutável de que a gente é capaz de discutir mesmo a distância, de dialogar mesmo a distância, de debater mesmo a distância e de construir uma reforma de todos nós.

A deputada Celise, a quem gostaria de parabenizar pelo aniversário hoje, disse muito bem: "Não é porque é governo que é contra o servidor". De forma alguma! Eu disse isto na segunda-feira, o governador Romeu Zema já afirmou isto em outras oportunidades: "Essa reforma não é contra o servidor". Pelo contrário, ela é uma reforma a favor do servidor. É a favor do servidor porque garante mais benefícios, porque garante mais benesses, porque dá um merecido aumento pelo seu trabalho? Não! Não é essa a intenção da reforma.

Essa reforma é para o servidor, porque fala de futuro, de sustentabilidade do seu sistema previdenciário, da garantia de que, após anos se dedicando ao Estado, esse servidor terá como ter uma aposentadoria digna e adequada por todo o seu trabalho e dedicação aos cidadãos de Minas Gerais. Por isso ela é para o servidor, porque é uma reforma que vem reconstruir para o servidor a promessa da sua Previdência. Ela adéqua o trabalho em Minas Gerais, o serviço público em Minas Gerais à nossa nova realidade de idade, de saúde, de tempo de serviço. Por isso essa reforma é para o servidor. E quando o servidor, de forma muito legítima e democrática, apresenta as suas contribuições, conforme consta neste relatório e como foi discutido ao longo desta semana, ele demonstra que compreendeu que essa reforma é para ele e escolheu construir a reforma, o que me alegra muito.

Para encerrar, eu gostaria de dizer, secretário Otto, que o Estado de Minas Gerais é, sim, como o Cruzeiro, um gigante que enfrenta hoje o seu pior momento da história, mas vai superar, com atitudes como essa, encarando os seus desafios de frente, encarando os seus problemas, resolvendo os seus problemas. Superando um por um, o Estado de Minas Gerais irá retomar o seu lugar na história, um estado de vanguarda, de pioneirismo. Muito obrigado a todos e até breve.

O presidente – Agradeço ao secretário de Estado de Governo, Igor Mascarenhas Eto, as suas considerações e a disponibilidade para participar deste seminário.

Em nome do presidente, deputado Agostinho Patrus, eu gostaria de agradecer a participação de todos os deputados e deputadas neste importante seminário que finalizamos hoje. Ao longo de toda a semana, discutimos aqui com praticamente 40 entidades que representam os servidores públicos do Estado de Minas Gerais. Diversas ideias estão compiladas neste documento, que agora o governo do Estado leva para fazer a sua análise, obviamente. Agradeço aos deputados, às deputadas, aos servidores desta Casa; agradeço também as mais de 2 mil manifestações pelo *chat* da Assembleia, pelo nosso sistema de participação popular sobre

este seminário. Acho que é dessa forma, é dialogando, é ouvindo, é discutindo que conseguiremos, se Deus quiser, chegar, obviamente, a um consenso, em especial nesta discussão.

A Assembleia do Estado de Minas Gerais manifesta os seus agradecimentos às autoridades presentes, às Sras. deputadas, aos Srs. deputados e a todos e a todas que acompanharam a transmissão deste seminário, ao vivo, pela TV Assembleia e pelo portal. Agradeço, de forma especial, aos secretários de Estado – secretário de Governo Igor Mascarenhas Eto e secretário de Planejamento Otto Levy – que estiveram aqui na abertura deste seminário e retornaram a esta Casa para finalizar este importante seminário.

#### **Encerramento**

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 17, às 9, às 14 e às 18 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.



## **ORDEM DO DIA**

### **ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/8/2020**

#### **1ª Parte**

##### **1ª Fase (Expediente)**

**(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### **2ª Fase (Grande Expediente)**

**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

##### **1ª Fase**

**(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

##### **2ª Fase**

**(das 16h15min em diante)**

**(Regimental)**

##### **3ª Fase**

Pareceres de redação final.



## **TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**

### **RECEBIMENTO DE PROPOSIÇÕES**

Foram recebidos, nos termos do item 3 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada na edição de 21/3/2020, os seguintes ofícios:

**OFÍCIO Nº 496/2020****(Correspondente ao Ofício nº 446/2020/Gabinete do Prefeito)**

Andradas, 31 de julho de 2020.

Assunto: Solicitação

Prezado Senhor,

Com as nossas cordiais saudações, valemo-nos do presente para solicitar reconhecimento, por esta Casa Legislativa, nos termos do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, do estado de calamidade pública do Município de Andradas, declarado através do Decreto nº 2.225, de 30 de julho de 2020 (cópia anexa).

Sendo só o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outras informações que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

Rodrigo Aparecido Lopes, prefeito municipal.

**DECRETO MUNICIPAL Nº 2.225/2020**

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/522/790/1522790.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

**OFÍCIO Nº 497/2020****(Correspondente ao Ofício nº 065/2020)**

Campestre, 27 de julho de 2020.

De: Prefeitura Municipal de Campestre / Gabinete do Prefeito

Para: Agostinho Patrus Filho / DD Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Assunto: Solicitação / Faz

Prezado Sr.,

Com nossos melhores cumprimentos, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), informar que o Município decretou estado de calamidade pública através do Decreto Municipal nº 136, de 21 de julho de 2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Para tanto submetemos o supracitado decreto, cópia em anexo, ao legislativo estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Nivaldo Donizete Muniz, prefeito municipal.

**DECRETO MUNICIPAL Nº 136/2020**

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/522/494/1522494.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

### **OFÍCIO N° 498/2020**

**(Correspondente ao Ofício n° 119/2020 – GP)**

Caparaó, 30 de julho de 2020.

Referência: (Não aplicável)

Assunto: Encaminhamento de Decreto de Calamidade Pública

Senhor Presidente,

1 – Com cordiais cumprimentos e considerando a dificuldade de utilização do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, valemo-nos do presente para encaminhar, nos termos do art. 65 da Lei Complementar Federal n° 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, cópia do Decreto Municipal n° 1.254, de 2020, que “Declara estado de calamidade pública no Município de Caparaó, em razão da pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19)”, para conhecimento e providências que Sua Excelência entender cabíveis.

2 – Sendo o que se apresenta ao momento, despedimo-nos

Atenciosamente,

Cristiano Xavier da Costa, prefeito municipal.

### **DECRETO MUNICIPAL N° 1.254/2020**

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/522/526/1522526.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

### **OFÍCIO N° 499/2020**

**(Correspondente ao Ofício n° 107-A/2020/GP)**

Carmo do Cajuru, 23 de junho de 2020.

Assunto: Reconhecimento de estado de calamidade pública

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Agostinhos Patrus.

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência, para apreciação e ratificação, o Decreto Municipal n° 1.374 de 20 de abril de 2020, que “Declara estado de calamidade pública no Município de Carmo do Cajuru em razão da pandemia decorrente do Coronavírus – Covid-19”, realizamos diversas ações implementadas e investimentos realizados pelo Município de Carmo do Cajuru para equipar as unidades de saúde e o Pronto Atendimento do Município, com respiradores e outros equipamentos para diagnóstico, bem como a aquisição de produtos e insumos para enfrentamento do coronavírus, como máscaras, outros equipamentos de proteção, produtos de assepsia, álcool 70% (setenta por cento), dentre outros.

Além da dificuldade financeira, o Município de Carmo do Cajuru notificou, até a data de hoje, 73 (setenta e três) casos confirmados dos quais 66 (sessenta e seis) recuperados, 4 (quatro) em acompanhamento domiciliar e 3 (três) óbitos.

O reconhecimento por essa Egrégia Casa Legislativa decorre de previsão expressa do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que “Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”.

Por certo, como é de conhecimento dos nobres deputados, é fato público e notório que os Municípios, em especial os mineiros, vêm passando por severa crise financeira, inclusive deixando de receber, em anos anteriores, os repasses constitucionais que lhe são devidos, violando, inclusive, o pacto federativo. Por certo, tal fato gerou danos ao orçamento local deixando fragilizada a economia municipal.

Neste contexto, os Municípios, que são os Entes que recebem a menor parcela da arrecadação e detêm sob sua responsabilidade o maior plexo de competências para com os cidadãos, necessitam buscar alternativas para cumprir, ao menos, as obrigações essenciais. Esse quadro desfavorável compromete o bom funcionamento da máquina pública diante das inúmeras demandas da comunidade, incumbindo ao Município assegurar, em última análise, a continuidade dos serviços essenciais aos munícipes, que não podem ser penalizados.

Agravando-se tal cenário, no corrente exercício, vemos assombradamente a pandemia causada pelo Coronavírus – Covid-19, assim reconhecida pela Organização Mundial de Saúde e, internamente, pela Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde.

A pandemia provocada pelo Coronavírus colocará em risco o sistema de saúde se medidas e investimentos não forem tomados, causando reflexos de toda ordem na prestação dos serviços essenciais aos cidadãos.

O reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência de calamidade pública com efeitos até 31 de dezembro de 2020, em função da pandemia do Coronavírus, será importante medida para propiciar ao Município de Carmo do Cajuru resposta aos inúmeros desafios que se apresentam. E destacamos que esta autorização permitirá ao ente público municipal, sobretudo, se valer do que dispõe o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como das hipóteses autorizativas previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Ademais, tal reconhecimento se revela necessário para que o Município se valha dos efeitos contidos na medida cautelar concedida pelo Col. Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6.357, o qual entendeu por dar interpretação conforme a Constituição aos artigos 14, 16, 17 e 24 da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, durante a emergência em Saúde Pública de importância nacional e o estado de calamidade pública decorrente da Covid-19, afastando a exigência de demonstração de adequação e compensação orçamentárias em relação à criação/expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento do contexto de calamidade gerado pela disseminação de Covid-19; conquanto sejam por ele observados os termos constitucionais e legais, para a decretação do estado de calamidade pública.

São essas, Senhor Presidente, as razões que levaram à propositura da presente medida com a solicitação de reconhecimento por essa Casa Legislativa em caráter de urgência do estado de calamidade pública do Município de Carmo do Cajuru.

Na oportunidade, externo a Vossa Excelência e a todas as Deputadas e Deputados votos de estima e elevada consideração.

Edson de Souza Vilela, prefeito municipal.

#### **DECRETO MUNICIPAL Nº 1.374/2020**

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/522/789/1522789.pdf>



– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

**OFÍCIO N° 500/2020****(Correspondente ao Ofício n° 089/2020)**

Chiador, 15 de julho de 2020.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Em atendimento ao disposto no art. 65 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) servimo-nos do presente para informar que o município decretou estado de calamidade pública através do Decreto Municipal n° 079, de 14 de julho de 2020, tendo como objetivo adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Para tanto submetemos o supracitado decreto, cópia em anexo, ao legislativo estadual visando a sua ratificação.

Na oportunidade, informamos que o município não é dotado de estrutura hospitalar, direcionando todo o atendimento para o município de Juiz de Fora.

Foi considerado ainda o aumento de casos confirmados de Covid-19 bem como o primeiro óbito ocorrido em 13/7/2020.

Colocando-nos à disposição para eventuais esclarecimentos que julgar necessário, apresentamos nossos protestos de estima e respeito.

Maurício Barbosa Monteiro, prefeito municipal.

**DECRETO MUNICIPAL N° 079/2020**

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/522/155/1522155.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

**OFÍCIO N° 501/2020****(Correspondente ao OFÍCIO N° 016/2020)**

Delfim Moreira, 13 de abril de 2020.

Assunto: Comunicado à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais do Decreto que declara Estado de Calamidade Pública no Município de Delfim Moreira para enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus – Covid-19

Serviço: Gabinete do Prefeito

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o Município de Delfim Moreira decretou Estado de Calamidade Pública através do Decreto Municipal n° 4.113, datado de 13 de abril de 2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Para tanto submetemos o supracitado decreto, cópia em anexo, ao Legislativo Estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

José Fernando Coura, prefeito municipal.

#### **DECRETO MUNICIPAL Nº 4.113/2020**

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/522/188/1522188.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

#### **OFÍCIO Nº 502/2020**

**(Correspondente ao Ofício nº 81/2020 – PGM/Galiléia/MG)**

Galiléia, 27 de julho de 2020.

Assunto: Encaminhamento do Decreto Municipal nº 44/2020 referente Declaração de Estado de Calamidade Pública em razão da pandemia (COVID-19).

Cumprimentando-os cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar à Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Decreto Municipal nº 44, do dia treze de julho de 2020, referente à Declaração de Estado de Calamidade Pública em razão do novo coronavírus (COVID-19).

Nada mais havendo a tratar, reitero nossos protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-nos a inteira disposição.

Respeitosamente,

Juarez da Silva Lima, prefeito.

#### **DECRETO MUNICIPAL Nº 44/2020**

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/522/238/1522238.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

#### **OFÍCIO Nº 503/2020**

**(Correspondente ao Ofício nº 103/2020)**

Ibituruna, 20 de julho de 2020.

Serviço: Gabinete do Prefeito

Assunto: Informa decretação de calamidade pública no âmbito do Município de Ibituruna

Excelentíssimo senhor,

Com nossas saudações, vimos a V. Sa. expor o que segue:

O Município de Ibituruna, neste ato representado pelo Chefe do Executivo Municipal, vem por meio deste ofício informar a decretação de estado de calamidade pública, em decorrência dos efeitos financeiros da situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Informo, ainda, conforme anexo, a projeção e a consolidação do impacto financeiro apurado até o momento, os quais afetam sensivelmente o Município de Ibituruna.

É o que se informa, colocando-nos à disposição para ulteriores esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Heitor Camilo dos Santos, prefeito municipal.

#### **RELATÓRIO REDUÇÃO ARRECADAÇÃO**

– O gráfico do relatório está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/522/244/1522244.pdf>

#### **DECRETO MUNICIPAL Nº 042/2020**

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/522/245/1522245.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

#### **OFÍCIO Nº 504/2020**

**(Correspondente ao Ofício GP/60/2020)**

Itamonte, 20 de julho de 2020.

Assunto: encaminhamento de Decreto – Estado de Calamidade Pública – COVID-19 – Município de Itamonte, Estado de Minas Gerais,

Excelentíssimo Sr. Presidente,

Venho por meio deste encaminhar o Decreto Municipal nº 1.741 de 2020 que “Declara Estado de Calamidade Pública no Município de Itamonte, para fins de prevenção e de enfrentamento à da epidemia da doença infecciosa viral respiratória – COVID-19, causada pelo agente Novo Coronavírus – SARS-CoV-2 -1.5.1.1.0 e dá outras providências”, para fins de, submetê-lo a apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição, aproveitando a oportunidade para enviar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Alexandre Augusto Moreira Santos, prefeito municipal.

#### DECRETO MUNICIPAL Nº 1.741/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/522/247/1522247.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

#### OFÍCIO Nº 505/2020

(Correspondente ao Ofício nº 106/2020)

Jacinto, 16 de julho de 2020.

Destinatário: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Secretaria-Geral da Mesa da Assembleia

Remetente: Prefeitura Municipal de Jacinto – Gabinete do Prefeito

Ref.: Reconhecimento / homologação de estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19.

Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais,

Deputado Agostinho Célio Andrade Patrus,

A par de respeitosamente cumprimentá-lo, valho-me do presente instrumento, na qualidade de prefeito de Jacinto e em considerando os impactos sociais e econômicos provocados pela pandemia de Covid-19, para encaminhar o Decreto Municipal nº 51 de julho de 2020, que decreta estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (Covid-19) no Município de Jacinto, a fim de que o mesmo seja avaliado e devidamente reconhecido / homologado / ratificado, nos termos do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Como sabido e consabido por esta Renomada Casa, o Governo Federal por intermédio do Decreto Legislativo nº 06, de 2020, reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública e, na mesma linha de raciocínio, o Estado de Minas Gerais também o fez por intermédio do Decreto nº 47.891, de 2020, este último abrangendo todo o território do Estado de Minas Gerais.

Não obstante, o Município de Jacinto possui, atualmente, casos suspeitos do novo Coronavírus (Covid-19), aguardando resultados dos testes e contraprova, em conformidade com a recomendação externada pelo Ministério da Saúde e Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, incorrendo em inequívoco impacto na saúde pública local.

Há que se registrar, por fim, o evidente embate socioeconômico financeiro decorrente da emergência na saúde pública causada pelo agente Coronavírus no âmbito municipal, o que, por tudo isso, justifica o pleito ante a necessidade de eventuais restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal conforme prevê o art. 65 da lei de Responsabilidade Fiscal, para que sejam tomadas as medidas necessárias para contenção do vírus.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor a presente medida e solicitar a ratificação / reconhecimento dessa Casa legislativa em caráter de urgência.

Atenciosamente,

Valdenir Pereira da Silva Júnior, prefeito municipal.

**DECRETO MUNICIPAL Nº 51/2020**

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/522/158/1522158.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

**OFÍCIO Nº 506/2020**

**(Correspondente ao Ofício GPML nº 105/2020)**

Luislândia, 31 de julho de 2020.

Assunto: Reconhecimento de Estado de Calamidade do Município de Luislândia-MG

Prezado Presidente,

O Município de Luislândia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CPNJ nº 01612887/0001-31, com endereço na Rua Maria Francisca de Oliveira, nº 245, Bairro Cidade Nova, CEP: 39.336-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Edson Rodrigues Suzart Júnior, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 822.459.326-68, com cédula de identidade nº MG – 3.708.382, residente e domiciliado na Praça Antônio Garcia, 247, Centro, Luislândia, CEP: 39.336-000, vem, por meio deste, requerer o reconhecimento desta assembleia legislativa do estado de calamidade decretado no município de Luislândia, conforme decreto 28, de 23 de julho de 2020, para que este ente municipal possa ter maior autonomia financeira e administrativa, com a suspensão de prazos e limites referentes a despesas com pessoal e dívida públicas fixadas pela Lei Complementar 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Informo que a fundamentação para edição do referido decreto foi o aumento expressivo no número de casos da Covid-19 no município.

Atenciosamente,

Edson Rodrigues Suzart Júnior, prefeito municipal.

**DECRETO MUNICIPAL Nº 28/2020**

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/522/787/1522787.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

**OFÍCIO Nº 507/2020**

**(Correspondente ao Ofício nº 113/2020 – GAB)**

Monte Sião, 9 de julho de 2020.

Assunto: Encaminhamento do Decreto Municipal nº 8.114, de 6 de julho de 2020 que “Declara Estado de Calamidade Pública no Município de Monte Sião – Minas Gerais, em decorrência da pandemia pelo Novo Coronavírus (Covid-19)”

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com nossas cordiais saudações, vimos no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 64, VI, da Lei Orgânica do Município, informar a Vossa Excelência e a seus nobres pares a publicação do Decreto nº 8.114, de 6 de julho de 2020 que “Declara estado de calamidade pública no Município de Monte Sião, em decorrência da pandemia causada pelo Novo Coronavírus (Covid-19)”.

Dessa forma, em conformidade com o art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000, submetemos o referido Decreto à deliberação desta Augusta Casa Legislativa, para que seu art. 1º tenha plena eficácia.

Rogamos a sua apreciação e aprovação, com a costumeira atenção e urgência que a medida impõe, na tentativa de minimizar os impactos que a pandemia Covid-19 vem causando à sociedade monte-sionense.

Atenciosamente,

José Pocaí Júnior, prefeito municipal.

#### **DECRETO MUNICIPAL Nº 8.114/2020**

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/522/495/1522495.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

#### **OFÍCIO Nº 508/2020**

**(Correspondente ao Ofício nº 133/2020)**

Muriaé, 16 de julho de 2020.

Assunto: Reconhecimento da situação de calamidade pública no Município de Muriaé.

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, venho informar que foi declarada situação de calamidade pública no Município de Muriaé, através do Decreto nº 9.700, de 6 de julho de 2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros em 14/7/2020.

A situação de calamidade pública verifica-se em razão dos impactos socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia, bem como do aumento no número de pessoas contaminadas pelo novo Coronavírus (Covid-19) no Município.

Ressalta-se, ainda, que o Município de Muriaé já se encontra com status de “Reconhecido”, em relação ao Cobrade 15110 (doenças infecciosas virais), cujo protocolo de reconhecimento fora tombado sob o nº MG-F-3143906-15110-20200320, conforme informado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, através do Ofício Compdec nº 32/2020.

Sendo assim, requero o reconhecimento da situação de calamidade pública pelo Poder Legislativo Estadual, conforme previsão no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Sem mais para o momento, renovo os votos de estima e consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos que se mostrarem pertinentes.

Atenciosamente,

Ioannis Konstantinos Grammatikopoulos, prefeito municipal de Muriaé.

#### **DECRETO MUNICIPAL Nº 9.700/2020**

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:



<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/522/159/1522159.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

### OFÍCIO Nº 509/2020

(Correspondente ao Ofício nº 027/2020/Gab. Pref.)

Olímpio Noronha, 13 de julho de 2020.

Exmo. Senhor Presidente,

A Prefeitura de Olímpio Noronha, Estado de Minas Gerais editou o Decreto nº 048/2020, em que declara Estado de Calamidade Pública no município em razão dos impactos sanitários, socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia causada pelo agente Coronavírus (Covid-19). Isso para fins de prevenção, preparação, mitigação, resposta, recuperação e frente a epidemia do novo Coronavírus até 31/12/2020.

Até então, o município estava em Situação de Emergência em Saúde Pública, desde o dia 20 de março, por causa da pandemia de coronavírus. Como justificativa para o novo decreto, temos a necessidade em dar respostas rápidas para evitar a proliferação da Covid-19, uma vez que se trata de uma situação atípica e que necessita de intervenções de grande amplitude institucional em todo o território do município.

Também pela necessidade de flexibilizar o orçamento público, quanto ao atingimento das metas fiscais e demais responsabilidades da Lei Complementar nº 101/2000, para fins de combate à pandemia do Covid-19.

Por fim, ainda justifico a edição do decreto de Calamidade Pública pelo fato da confirmação do crescimento exponencial de pessoas infectadas pelo novo Coronavírus, além dos óbitos já ocorridos no Estado de Minas Gerais. A interiorização da pandemia em nosso Estado é preocupante, principalmente aqui no Sul de Minas, onde as cidades são muito próximas umas das outras, Olímpio Noronha tem 9 casos confirmados e está a apenas 8 Km da cidade de Jesuânia que já tem 15 casos confirmados e 3 óbitos, a 18km de Lambari que tem 64 casos confirmados e 2 óbitos e a 35 Km de São Lourenço que tem 91 casos confirmados e 2 óbitos.

Em obediência ao que preconiza o art. 65 da Lei Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), encaminhamos para a apreciação desta Casa Legislativa, o Decreto Municipal de nº 048/2020, através do qual houve a decretação.

Contando com sua prestimosa atenção, reitero os protestos de minha estima e consideração.

Carlos Alberto de Castro Pereira, prefeito municipal.

### DECRETO MUNICIPAL Nº 048/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/522/160/1522160.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

### OFÍCIO Nº 510/2020

(Correspondente ao Ofício GAB. PREF nº 65/2020)

Ouro Verde de Minas, 13 de julho de 2020.

Assunto: Encaminha Decreto

Ref.: Reconhecimento de Situação de Calamidade – Covid-19

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar o Decreto Municipal nº 039/2020 que Declara Situação de Calamidade Pública no limites do município de Ouro Verde de Minas devido à Pandemia do Covid-19 e dá outras providências.

Sendo imprescindível a aprovação deste decreto pelo parlamento estadual para que o Município possa fazer investimentos em prevenção e atendimento sem que haja conflito com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que pode ocorrer devido às despesas não previstas no orçamento e provável queda de receitas diante do atual cenário de incertezas econômicas decorrentes da pandemia de Covid-19.

Se por um lado o combate ao Covid-19 eleva os gastos em Saúde para muito além da projeção orçamentaria, os gastos e investimentos na manutenção do ensino são paralisados em virtude do isolamento horizontal, outrossim o decréscimo na arrecadação tributária e nas transferências constitucionais já causa impactos no limite das despesas com pessoal civil e encargos.

À vista do exposto solicitamos com fulcro no art. 65 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) que Vossa Excelência se digne de submeter ao plenário desta Egrégia Casa Legislativa o texto do referido decreto para análise e ratificação deste instrumento normativo.

Atenciosamente,

Josimar Teles Costa, prefeito municipal.

#### DECRETO MUNICIPAL Nº 039/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/522/161/1522161.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

#### OFÍCIO Nº 511/2020

(Correspondente ao Ofício nº 77)

Rio do Prado, 15 de julho de 2020.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio do Prado

“Assunto: Solicitação de Reconhecimento de Situação de Estado de Calamidade Pública do Município de Rio do Prado.”

Senhor Deputado Agostinho Patrus,

Por meio do Decreto nº 157 de 14 de julho de 2020, o Chefe do Executivo Municipal declarou Estado de Calamidade Pública no Município de Rio do Prado, documento em anexo.

Em atenção ainda ao que determina o art. 65, da Lei Complementar nº 101/2000, cabe explicitar as razões pelas quais se requer o reconhecimento.

O Município de Rio do Prado editou, no intuito de controlar o avanço do Covid-19 no território municipal, desde o início da pandemia, os seguintes decretos:

– Decreto 139 de 6 de fevereiro de 2020 – que institui o Comitê Municipal Extraordinário Covid-19, estabelece medidas de prevenção e enfrentamento em face da possibilidade de surto de doença infecciosa viral e dá outras providências logo no início da pandemia;

– Decreto nº 140, de 20 de março de 2020, dispõe sobre medidas de temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do novo (Covid-19), e dá outras providências;

– Decreto 141 de 6 de fevereiro de 2020 – que dispõe sobre medidas emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços e bens públicos e privados cotidianos para prevenção e enfrentamento em face da possibilidade de surto da doença infecciosa viral respiratória;

– Decreto 145 de 24 de abril de 2020 – que dispõe sobre retomada parcial dos serviços, atividades ou empreendimentos, institui novas medidas emergenciais cotidianas, para prevenção e enfrentamento em face da possibilidade de surto da Covid-19;

– Decreto 147 de 22 de maio de 2020 – que estabelece medidas de prevenção e enfrentamento em face da possibilidade de surto de doença infecciosa viral e dá outras providências;

– Decreto 151 de 16 de junho de 2020, estabelece medidas de flexibilização para realização de cultos e missas, realização de fogueiras em festas juninas e dá outras providências;

– Decreto 152 de 30 de junho de 2020, estabelece medidas de restrição para prevenção e enfrentamento em face da possibilidade de surto de doença infecciosa viral respiratória (Covid-19) e dá outras providências.

O Município vem respeitando todas as orientações da Secretaria de Estado de Saúde. Antecipou a campanha de vacinação da H1N1, fazendo o porta a porta para não ocasionar aglomerações; realizou barreiras sanitárias e educativas envolvendo todos os profissionais das áreas de Administração, Educação, Assistência Social, Infraestrutura, Agricultura e Saúde do município, em sistema de revezamento nas 4 entradas e saídas da cidade de Rio do Prado e no Distrito de Vila Formosa de Minas; realizou também a desinfecção dos bairros e ruas, utilizando caminhão-pipa com desinfetante antibactericida.

Os profissionais de saúde da linha de frente do município, quais sejam, Médico, Enfermeiros, Fisioterapeutas, Dentistas, foram capacitados para o enfrentamento do Covid-19.

Foram adotadas medidas de orientação, prevenção e fiscalização para garantir que os servidores da limpeza de rua façam uso correto dos equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

Foram adquiridos produtos de limpeza para intensificação dos procedimentos de limpeza das Vias Públicas do Município, para minimizar os casos de contaminação.

Todas as medidas de prevenção se deram através de deliberações do Comitê Extraordinário da Covid-19, Secretaria Estadual de Saúde e da Gerência Regional de Saúde e o Município, com o apoio e parceria da Polícia Militar e do Meio Ambiente de Rio do Prado.

Os Agentes Comunitários de Saúde e o Setor de Epidemiologia passaram em todos os Comércio do Município entregando Cópia das deliberações para garantir medidas de higiene e orientação quanto às medidas de aglomeração para controle da transmissão da Covid-19.

O Município de Rio do Prado reconhece que a pandemia é situação atípica, e está empenhando todos os esforços e seguindo as medidas implementadas pelo Estado de Minas Gerais, acompanhando as deliberações da Secretaria Estadual de Saúde e da Organização Mundial de Saúde, no entanto, todas as medidas adotadas não foram capazes de impedir a chegada do vírus ao município.

Do Boletim Epidemiológico abaixo, verifica-se que os casos já confirmados e os números que ainda estão em análise, levando em conta a área territorial e o número de habitantes, são altos.

Segue Boletim Epidemiológico Atualizado

Casos Notificados (entre 16/3 a 15/7/2020): 178

Casos Descartados (por teste rápido): 156

Casos em Isolamento (aguardando teste): 2

Casos Descartados (2 critérios clínicos/1 SWAB): 3

Isolamento Domiciliar Rio do Prado – 50/ Vila / Formosa: 30

Casos Positivos (em acompanhamento): 9

Casos Positivos (Curados): 7

Óbito: 1

O reconhecimento do estado de calamidade pública no Município de Rio do Prado, previsto para durar até 31 de dezembro do ano corrente, se faz necessário em virtude do monitoramento permanente da pandemia Covid-19 no âmbito municipal, da necessidade de elevação dos gastos no combate e enfrentamento do Covid-19, bem como pelo impacto econômico severo imposto ao município.

Atenciosamente,

Gilberto Gonçalves de Aguiar, prefeito municipal de Rio do Prado.

#### DECRETO MUNICIPAL Nº 157/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/522/190/1522190.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

#### OFÍCIO Nº 512/2020

(Correspondente ao Ofício nº 195/2020)

Rio Piracicaba, 16 de julho de 2020.

Assunto: Envio do Decreto de Situação de Calamidade à Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Senhor Presidente,

Encaminhamos a Vossa Excelência o Decreto Municipal nº 060 de 15 de julho de 2020, com o qual “Declara Estado de Calamidade Pública decorrente de pandemia de Covid-19, e dá outras Providências” no Município de Rio Piracicaba, e dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento de pandemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo Agente Coronavírus – Covid-19, para reconhecimento e deliberação da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG, conforme previsto nos termos do art. 65 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

Na oportunidade, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, manifestamos expressões de nosso elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Sebastião Torres Bueno, prefeito municipal interino.

**DECRETO MUNICIPAL Nº 60/2020**

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/522/163/1522163.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

**OFÍCIO Nº 513/2020**

**(Correspondente ao Ofício nº 121/2020/Gabin)**

Unai, 13 de julho de 2020.

Senhor Presidente,

Com meus respeitosos cumprimentos, sirvo-me do presente para submeter à apreciação de Vossa Excelência e de seus ilustres pares o Decreto nº 5.385, de 13 de julho de 2020, que “Declara Estado de Calamidade Pública no Município de Unai, em razão da necessidade de ações para conter a propagação de infecção viral, bem como de preservar a saúde da população contra o Coronavírus – Covid-19, nos termos do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – LRF.

O mencionado decreto decorre da necessidade de reconhecimento legislativo, nos termos do supracitado artigo, do Estado de Calamidade em decorrência da Pandemia da doença infectocontagiosa – Covid-19, causada pelo agente viral denominado SARS-CoV-2 – Coronavírus, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde – OMS, em 11 de março de 2020.

Sabe-se que esta Pandemia tem desafiado as autoridades públicas especializadas em Saúde, causando um colapso no sistema de atendimento e gerando impactos na economia e em toda organização administrativa municipal.

A cidade de Unai atende 11 (onze) Municípios pactuados, atendendo desta maneira um público de aproximadamente 250 (duzentos e cinquenta mil habitantes), entretanto é a Prefeitura que arca com mais de 80% (oitenta por cento) do custeio do Hospital.

O País, Minas Gerais e Unai vivem um momento preocupante devido à Pandemia do Covid-19, temos 2.702 (duas mil setecentos e duas pessoas), 685 (seiscentos e oitenta e cinco) casos confirmados de Covid-19 e 4 (quatro) óbitos confirmados, em nosso Município.

Na oportunidade, requeremos que a tramitação da matéria se dê em regime de urgência. Sendo o que se apresenta para o momento, despeço-me com votos de elevada consideração e apreço, extensivos a seus pares.

Atenciosamente,

José Gomes Branquinho, prefeito municipal.

**RELATÓRIO EPIDEMIOLÓGICO DA COVID-19**

– O texto do relatório epidemiológico está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/522/150/1522150.pdf>

**DECRETO MUNICIPAL Nº 5.385/2020**

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/522/151/1522151.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

### OFÍCIO Nº 514/2020

(Correspondente ao Ofício/GAB/Nº 159/2020)

Urucuaia, 30 de julho de 2020.

Assunto: Solicitação (faz)

Excelentíssimo Senhor,

Com meus cordiais cumprimentos, venho por meio desse encaminhar a Vossa Excelência Decreto Municipal que “Dispõe sobre a decretação de Estado de Calamidade Pública no Município de Urucuaia, em razão da disseminação do novo Coronavírus (Covid-19) e dá outras providências”. O qual solicita seja submetido a plenário para aprovação, pelos motivos que se seguem.

Urucuaia é um município pobre, situado na área mineira da Sudene, que ocupa hoje a 720ª posição no ranking IDH-M do Estado de Minas Gerais, com o índice 0,619.

Antes da pandemia, o nosso município já era considerado um município pobre. Ocorre que, com o fechamento do comércio, ocorrido Brasil afora, medida de extrema necessidade para conter o avanço da Covid-19, mas que, em contrapartida, diminuiu mais ainda a arrecadação municipal. Os repasses de ICMS e de IPVA diminuíram consideravelmente, além da arrecadação municipal a título de ISS.

Além disso, a existência de casos confirmados em um Município tão pequeno, aliado a decisão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, após provocação do Ministério Público, que impede que os Municípios decretem a abertura de seu comércio local, contrariando as medidas do Programa Minas Consciente, ou à Deliberação 17 do Conselho Estadual de Saúde, impede qualquer tipo de retomada da economia municipal por iniciativa do prefeito.

Sacrifícios têm sido feito para evitar a dispensa de servidores não efetivos, e assim, manter alguma circulação de dinheiro no município, e diminuir os impactos financeiros na vida dos nossos munícipes.

Assim, solicito o apoio de vossa Excelência na aprovação em plenário do Decreto anexo, de decretação de calamidade pública no Município de Urucuaia.

Sendo só o que se apresenta para o momento, antecipo votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Rutilio Eugênio Cavalcanti Filho, prefeito municipal.

### DECRETO MUNICIPAL Nº 039/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/522/791/1522791.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.



**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 10/8/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Fernando Luiz Rosado, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Irineu;  
exonerando Luciano Maciel, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Irineu;  
exonerando Neila Maria Batista Afonso, padrão VL-45, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;  
nomeando Carla Lúcia Batista Kreefft, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andreia de Jesus;  
nomeando Giovanna Batista Afonso Campos Avendanho, padrão VL-45, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta.

**TERMO DE CONTRATO Nº 31/2020****Número no Siad: 9250590/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Tecnoset Informática Produtos e Serviços Ltda. Objeto: fornecimento de solução continuada de *outsourcing* de impressão, cópia e digitalização corporativa, compreendendo a cessão de direito de uso de equipamentos novos e de primeiro uso. Licitação: adesão a Ata de Registro de Preço do Processo Licitatório nº 14.414/2019-5 (Pregão Eletrônico nº 29/2019), do Ministério Público do Estado do Ceará. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.00013.3.90 (10.1).